

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- MESTRADO E DOUTORADO -
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Rozana Ellwanger

**A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE
(COOJORNAL) COMO ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA
PROFISSIONAL**

Santa Cruz do Sul, março de 2011

Rozana Ellwanger

**A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE
(COOJORNAL) COMO ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA
PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi

Santa Cruz do Sul, março de 2011

Rozana Ellwanger

**A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE
(COOJORNAL) COMO ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA
PROFISSIONAL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi

Professora Orientadora

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Marco André Cadoná

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Seus ensinamentos mudaram a forma como vejo o mundo e com certeza levarei o conhecimento adquirido ao longo do curso para toda a minha vida.

À coordenação do PPGDR e à Capes, pela possibilidade de me dedicar integralmente ao mestrado ao ser contemplada com uma bolsa Capes-I.

À professora Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi, não só pela excelente orientação no desenvolvimento da presente pesquisa, mas também pelo apoio e orientações profissionais. Graças a você, o mestrado foi mais do que a obtenção de um título; foi o primeiro passo de uma carreira que começou a ganhar contornos mais nítidos no PPGDR.

Aos jornalistas Ayrton Centeno, Edgar Vasques, Elaine Lerner, Elmar Bones da Costa, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Rafael Guimaraens e Silvio Corrêa. O legado que deixaram através da Coojornal é minha inspiração para usar o jornalismo como meio, em busca de uma sociedade melhor. Sem as suas contribuições esta pesquisa não seria possível.

Ao Wilson, pelo apoio em todas as minhas decisões e por estar sempre ao meu lado. Nossas discussões sobre desenvolvimento regional enriqueceram meu aprendizado.

Ao meu irmão, Miguel, e à minha mãe, Luci, por estarem sempre ao meu lado, dando apoio e incentivo. Graças a vocês aprendi que devo ter metas cada vez maiores e que podemos realizar qualquer coisa se realmente quisermos. Vocês são meu alicerce.

Ao meu pai, Hugo, que de onde estiver com certeza ilumina o meu caminho.

Os grandes homens, por serem grandes, não deixam de ser homens – e, por isso mesmo, são falhos e imperfeitos, em especial nos momentos de calma. O que importa é que sejam grandes na hora da tempestade, quando a maioria se apequena.

(MARTINS, Franklin)

Essa luta incessante contra o arbítrio e a censura deve nos inspirar sempre, para que cada vez mais tenhamos em nossas mentes que a liberdade de expressão é tão essencial quanto o pão nosso de cada dia. Ou seja, entre a comida na mesa e a informação, fiquemos com as duas. Uma não vive sem a outra.

(CHINEM, Rivaldo)

RESUMO

Com o objetivo de examinar a experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal), que funcionou entre 1974 e 1983, como alternativa de organização cooperativada para jornalistas, analisamos a criação, o funcionamento e o fim da primeira cooperativa de jornalistas do Brasil. Para compreender como a iniciativa foi organizada, inicia-se com uma discussão sobre o cooperativismo e a economia solidária como um todo, assunto permeado pela questão do desenvolvimento regional. Conceito ligado à realização de melhorias qualitativas, o desenvolvimento regional pode ocorrer devido a inúmeros fatores, que rompem a estagnação de determinada região. A economia solidária encontra-se entre as iniciativas com potencial para romper o ciclo de estagnação, seja através do envolvimento da comunidade e dos benefícios gerados por estes empreendimentos, ou, no caso de uma cooperativa de jornalistas, ainda pela oferta de informação qualificada à população, auxiliando na formação de um olhar crítico sobre a realidade que a cerca. Considerando o cooperativismo como um movimento influenciado também pelo contexto em que as iniciativas são criadas, recupera-se a realidade política e econômica brasileira, além do desenvolvimento dos meios de comunicação e do jornalismo, no período estudado. Por fim, examina-se a história da Coojornal, utilizando essencialmente informações obtidas através de entrevistas com oito ex-associados. Assim foi possível verificar que as principais motivações para a fundação da cooperativa foram a possibilidade de criar um local onde os jornalistas pudessem trabalhar com mais liberdade do que nos veículos de comunicação convencionais, além de oferecer à categoria profissional uma alternativa no estagnado mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre. Sua administração se deu seguindo as bases do cooperativismo, com algumas adaptações, como com relação à repartição dos lucros e à centralização de algumas decisões nas mãos da diretoria. Através dos dados obtidos é possível compreender igualmente que o fechamento da Coojornal, em 1983, não teve uma causa, mas sim uma série de problemas correlacionados: a ação da repressão por parte do Estado, problemas financeiros, disputas internas e afastamento dos associados.

Palavras-chave: Economia Solidária, Cooperativismo, Jornalismo, Coojornal, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

In order to examine the experience of the Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojournal), which operated between 1974 and 1983, as an alternative of cooperative organization for journalists, we examined the creation, operation and the end of the first cooperative of journalists in Brazil. To understand how the enterprise was organized, this research begins with a discussion about cooperative and solidarity economy as a whole, subject permeated by the issue of regional development. Concept linked to implementation of quality improvements, regional development can occur because of many factors that break the stagnation of a region. The solidarity economy is among the initiatives with potential to break the cycle of stagnation, because of the community involvement and the benefits created by these enterprises or, in a cooperative of journalists, even because of the provision of quality information to the population, assisting in the formation of a critical look at the reality that surrounds them. Considering cooperativism as a movement also influenced by the context where the initiatives are created, is recovered the Brazilian political and economic reality, and the development of media and journalism in the studied period. Finally, the history of Coojournal is examined, using essentially information obtained in the interviews with eight former associates. Thus it was possible to verify that the main motivations for the foundation of the cooperative was the possibility of create a place where the journalists could work with more freedom than in conventional media, and offers to the professional category an alternative in the stagnant business market in the metropolitan area of Porto Alegre. Its administration followed the basic principles of cooperative, with some adjustments, such as in profit sharing and the centralization of some decisions in the board of directors. With the information obtained is possible to understand either that the end of Coojournal, in 1983, does not have one cause, but series of correlated problems: the repression by federal government, financial problems, infighting and disaffiliation of members.

Keywords: Solidarity economy, cooperative, journalism, Coojournal, regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Causas do fim da Coojournal	165
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 COOPERATIVISMO: A COOPERAÇÃO EM FAVOR DA ECONOMIA E DA POLÍTICA.....	20
1.1 Economia solidária: o ser humano no centro da vida econômica	28
1.2 Cooperativismo para o desenvolvimento regional	31
1.3 Cooperativismo no Brasil: corporativismo e controle estatal.....	33
1.4 Cooperativismo gaúcho e a entrada do capitalismo no campo.....	37
1.5 Governos militares: o cooperativismo como ferramenta das elites rurais.....	41
2 BRASIL: INSTABILIDADES POLÍTICAS E VARIADOS MODELOS ECONÔMICOS	45
2.1 Primeira República: o Brasil rural de capitalismo dependente.....	46
2.2 Com Vargas, o populismo toma o poder	48
2.3 Democracia populista e crise política.....	51
2.3.1 Instabilidades políticas: as justificativas do golpe militar.....	54
2.4 Regime militar: repressão e desenvolvimento dependente.....	59
2.4.1 A política dos militares.....	60
2.4.1.1 Castelo Branco: estruturação do aparelho ditatorial.....	63
2.4.1.2 Costa e Silva: AI-5 e endurecimento da ditadura	66
2.4.1.3 Médici: os anos de chumbo	70
2.4.1.4 Geisel: abertura lenta, gradual e segura.....	72
2.4.1.5 Figueiredo: os militares deixam o poder	75
3 JORNALISMO: DOS TIPOS MÓVEIS À REPRESSÃO DO REGIME MILITAR.....	78
3.1 Jornalismo no Brasil: dos pasquins aos alternativos	79
3.1.1 Expansão das telecomunicações e repressão no regime militar	84
3.1.2 Políticas federais para as telecomunicações	88
3.1.3 Censura	95
3.1.3.1 Do silêncio dos meios de comunicação de massa surgem os alternativos	100
3.1.4 Consolidação da profissionalização: os cursos superiores de Jornalismo.....	103
3.2 Comunicação no Rio Grande do Sul	106
4 COOJORNAL: NOVE ANOS DE SUCESSOS E CRISES	110
4.1 Editora Verbo e jornal <i>Folha da Manhã</i> : o início da Coojornal	111
4.1.1 Trabalho x ideologia: as motivações para a fundação.....	117
4.1.1.1 Uma alternativa de trabalho e renda.....	118
4.1.1.2 A busca pelo jornalismo independente.....	124
4.2 Adaptações no cooperativismo: forma de funcionamento da Coojornal.....	127
4.2.1 Diretoria, conselhos e núcleos: a forma de organização	128
4.2.2 A participação dos associados	131
4.2.2.1 Distribuição das sobras em forma de salários	132
4.2.2.2 Autonomia para decisões editoriais.....	134
4.2.3 Posicionamento político da Coojornal e de seus associados	136
4.2.4 Publicações próprias e terceirizadas equilibram lucros e prejuízos	137
4.2.4.1 De onde vinha o lucro da Coojornal: as maiores publicações.....	140
4.2.4.2 <i>Coojornal</i> : o grande alternativo gaúcho	145
4.3 Crise e fim da cooperativa.....	148

4.3.1 Repressão inicia a crise financeira.....	150
4.3.2 Assembleísmo e ativismo político: a crise interna	153
4.3.3 O fim: dívidas, processos e afastamento de associados.....	156
4.3.4 Mercado de trabalho após a Coojornal	157
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 160
 REFERÊNCIAS	 167
 ANEXO – Lista de associados da Coojornal.....	 179

INTRODUÇÃO

Quase 30 anos após o fechamento da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal) lançamos um olhar sobre a iniciativa que difundiu as sementes da organização em moldes cooperativos para jornalistas. A primeira cooperativa de jornalistas do país, conforme se verá adiante, foi o maior empreendimento do gênero já formado no Brasil. Em seu auge, chegou a reunir mais de 300 jornalistas não só da região metropolitana de Porto Alegre¹, mas de todo o estado do Rio Grande do Sul. Até mesmo profissionais de outras regiões do Brasil se filiavam à iniciativa.

A Coojornal foi fundada em 23 de agosto de 1974, em assembléia com a participação de 66 jornalistas. Iniciativas semelhantes foram criadas em todo o Brasil, muitas vezes inspirados pela organização gaúcha ou através da orientação da diretoria da Coojornal, como registram as páginas do principal periódico da cooperativa² e os antigos associados (COOJORNAL, 1977; GUIMARAENS, CENTENO e BONES, 2011).

O cooperativismo no jornalismo não se firmou como principal forma de organização do trabalho desta categoria profissional, predominando ainda hoje a propriedade privada dos meios de comunicação. Com exceção da Coojornal, as cooperativas de jornalistas não chegaram a se tornar grandes empreendimentos³. Atualmente são poucas as cooperativas de jornalistas existentes no Brasil. Segundo levantamento realizado junto à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2010 havia apenas três em todo o território nacional. Todas elas têm em comum a base da economia solidária: relações de trabalho calcadas na solidariedade e não na busca do lucro, como nos empreendimentos capitalistas. Trata-se, assim como as demais iniciativas de economia solidária, de organizações inspiradas em preceitos socialistas, estruturadas dentro de uma sociedade capitalista.

¹ A região metropolitana de Porto Alegre é composta por 31 municípios. São eles Alvorada, Aracicá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravatá, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia, Taquara, Triunfo e Viamão.

² Na edição número 21, de outubro de 1977, por exemplo, o *Coojornal* noticia a criação da sexta cooperativa de jornalistas do país, em Natal-RN, e recorda a fundação, em julho, de uma cooperativa de comunicação em Salvador (Cooperativa de Jornalistas de Natal e Cooperativa Mista de Comunicação de Salvador – Comcisa, respectivamente) (COOJORNAL, 1977, p. 9).

³ Não foi possível encontrar um levantamento preciso a respeito do número total de cooperativas de jornalistas formadas desde a criação da Coojornal devido à deficiência das organizações de classe na cessão de dados históricos.

Apesar de o conceito de economia solidária ter surgido apenas na década de 1980, as cooperativas se enquadram na definição. Esse tipo de iniciativa seria a forma básica de economia solidária. Segundo Singer (2002), uma empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, divisão que é a base do capitalismo. Além disso, sua finalidade não é a maximização dos lucros, mas sim o trabalho, sua quantidade e qualidade. Assim, trabalho e capital se fundem, pois todos os trabalhadores são proprietários.

A organização cooperativa em um regime caracterizado pelo extremo combate às formas alternativas de governo e gestão econômica, como o socialismo, pode representar uma contradição dentro do sistema capitalista, adotado no Brasil, pois trata-se de sistemas de organização baseados em preceitos socialistas, como propriedade coletiva, e não visam a produção de lucro ou a apropriação do excedente do trabalho pelos capitalistas proprietários dos meios de produção. Segundo Singer (2002, p. 127), ainda está no começo a construção de modos de produção alternativos ao capitalismo no Brasil. Por isso cabe compreender iniciativas do gênero como alternativas de organização, de produção de renda e de promoção do desenvolvimento, já que o país carece de organizações solidárias a nível local, regional e nacional.

Sabe-se que o desenvolvimento regional está ligado à noção de melhorias qualitativas. Estas podem advir de inúmeros fatores, entre eles iniciativas em economia solidária. Essas iniciativas podem ser responsáveis por acabar com o ciclo de estagnação e iniciar um processo de causação circular cumulativa rumo ao desenvolvimento, através do envolvimento da comunidade e dos benefícios gerados por empresas solidárias. Por isso, o desenvolvimento regional está presente em todo o debate acerca da economia solidária e do cooperativismo.

Esta discussão está presente no primeiro capítulo, onde são apresentados alguns conceitos caros à economia solidária e ao cooperativismo, como sua principal forma de manifestação. A discussão é permeada pela importância de tais empreendimentos para o desenvolvimento regional, uma vez que seriam capazes de gerar mudanças locais capazes de alterar para melhor a vida das pessoas envolvidas. Utilizou-se pesquisa bibliográfica para compreender a economia solidária e o cooperativismo, com base principalmente em pesquisadores como Singer (1998, 1999, 2002, 2003), Rios (1989), Rech (2000), Benetti (1985a, 1985b), Souza, Cunha e Dakuzaku (orgs) (2003), Duarte (1986) e Búrigo (2010).

O primeiro capítulo inicia com uma discussão acerca do capitalismo e alternativas a este sistema excludente, como a economia solidária. Após a definição destas iniciativas, os seus fundamentos são cruzados com as principais características do cooperativismo, considerado a forma básica de economia solidária. Após uma breve discussão a respeito do papel do cooperativismo e da economia solidária para o desenvolvimento das regiões em que tais iniciativas estão inseridas, segue um pequeno histórico a respeito do cooperativismo, uma vez que os princípios norteadores de tais organizações continuam os mesmos até hoje. Além disso, é demonstrada a importância deste movimento para o Brasil e o Rio Grande do Sul, especialmente durante os anos que interessam ao presente estudo: a década de 1970 e início de 1980.

No segundo capítulo é realizada uma análise histórica sobre a realidade política e econômica brasileira. Fez-se um resgate a respeito das instabilidades político-econômicas pelas quais o país passou ao longo do século XX a fim de compreender as motivações que levaram ao golpe militar de 1964. Destacam-se os anos anteriores à tomada de poder pelos militares para entender porque as forças armadas conseguiram o apoio de grandes parcelas da população em seu projeto de direita. São abordados a ascensão da esquerda e o fantasma do comunismo, sempre presente durante a Guerra Fria, para possibilitar uma compreensão mais adequada do período pós-1964.

A adoção de uma política econômica visando atrair investimentos e inserir o Brasil na nova ordem mundial de forma dependente, visando promover o “desenvolvimento” associado às nações mais poderosas, levou a uma série de problemas, demonstrados ao longo do segundo capítulo. A seguir faz-se uma síntese das principais medidas tomadas em cada período do regime militar, principalmente nos âmbitos político e econômico. O foco nestas áreas deve-se à possibilidade de a fundação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre ter sido motivada tanto por questões políticas quanto econômicas, tornando imprescindível entender o contexto em que ela atuou no que tange a estes dois temas. Sobre esse assunto, pode-se apontar entre as principais referências utilizadas Fausto (2000), Gaspari (2002a, 2002b), Ianni (1981, 1977) Chiavenato (1994) e consulta à legislação vigente na década de 1970.

Ao longo do terceiro capítulo é feito um levantamento a respeito do desenvolvimento do mercado de bens culturais e de comunicação, além de relato sobre a realidade enfrentada

no período estudado (1974 a 1983) pelos profissionais da comunicação. Inicia-se com uma recordação a respeito do surgimento da imprensa, do cinema, do rádio e da televisão, para após relatar como se deu o desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil e no Rio Grande do Sul, sempre com foco no período estudado e no jornalismo impresso, uma vez que esta era a principal atividade da Coojournal. Entendendo o desenvolvimento da comunicação, é possível compreender a realidade em que surgiu a cooperativa objeto deste estudo.

Igualmente são abordadas as políticas governamentais para a comunicação, as formas adotadas para distribuir incentivos e controlar os meios de comunicação, além da criação e proliferação de cursos superiores de comunicação em todo o país, com o objetivo de esclarecer a realidade com relação ao mercado de trabalho para jornalistas na década de 1970. Para além das ações governamentais para o setor, recorda-se a instauração da censura e a emergência de um novo tipo de jornalismo. Chamados de jornais alternativos, surgiram centenas ao longo da década de 1970, caracterizados principalmente pela crítica ao regime militar, em um período de forte repressão. Dentro desse movimento se encaixa a principal publicação da cooperativa estudada, o *Coojournal*. Estes temas são ancorados nas discussões propostas por pesquisadores como Bahia (1990), Caparelli (1982, 1986, 1989), Ortiz (1989, 2006), Kucinski (1991), Chinem (1995, 2004) e Rosa (2002, 2005).

Por fim, no quarto capítulo, são retomados os conceitos e discussões abordados ao longo dos três primeiros capítulos para examinar a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. O objetivo é entender a experiência cooperativa da Coojournal como alternativa de organização de categoria profissional. Concentram-se esforços para compreender os fatores que viabilizaram a sua criação, mantiveram-na em funcionamento por nove anos e determinaram o seu fechamento. Isso é feito a partir do cruzamento da teoria com os dados levantados em campo, a partir de entrevistas semi-estruturadas com antigos membros da cooperativa, conforme metodologia detalhada adiante, além de considerar o mercado de trabalho para jornalistas no período, igualmente com base especialmente nas entrevistas, devido à falta de dados quantitativos a respeito. Acredita-se que através da compreensão do seu funcionamento, o empreendimento pode apresentar-se como uma alternativa de organização da categoria profissional. Além disso, pode-se avaliar de que forma esta primeira experiência de cooperativa jornalística no Brasil pode servir de base para iniciativas semelhantes, como alternativa de produção jornalística qualificada, de emprego e renda à categoria profissional. A importância do estudo aparece também ao se considerar que, através

da compreensão do seu funcionamento, podem surgir questões para pesquisas futuras a respeito da viabilidade de iniciativas semelhantes hoje.

Sabe-se que são raros os estudos acerca das formas de organização adotadas por jornalistas. Com relação às cooperativas jornalísticas, o número de pesquisas é ainda menor. Sobre a Coojornal, após realizar pesquisa bibliográfica, verificou-se que poucos autores tratam da entidade e, em geral, a história da primeira cooperativa de jornalistas do Brasil é abordada brevemente, focada no estudo da principal publicação da cooperativa, o *Coojornal*, e seu papel dentro do movimento alternativo da década de 1970. Como exemplos de autores que dedicaram mais espaço à cooperativa gaúcha, pode-se citar Kucinski (1991), Rosa (2002 e 2005) e Chinem (1995 e 2004).

Além da falta de pesquisas e conseqüentemente de dados a respeito da Coojornal e do cooperativismo no jornalismo, vale lembrar a importância que a entidade teve para a imprensa brasileira, já que sua principal publicação, o *Coojornal*, foi o único alternativo editado fora do eixo Rio - São Paulo a atingir circulação nacional (KUCINSKI, 1991). Mais do que produzir um jornal próprio, a cooperativa consolidou-se através da prestação de serviços jornalísticos, editando publicações para outras entidades, o que lhe deu aporte financeiro para alcançar seu objetivo maior, de editar um jornal próprio.

Prestando serviços e editando publicações próprias, a Coojornal chegou a reunir, conforme dito anteriormente, mais de 300 associados (KUCINSKI, 1991), ocupando a mão-de-obra destes profissionais, que viam na cooperativa uma alternativa de renda e a possibilidade de trabalhar de forma independente. No período, acabava o milagre econômico brasileiro. Com relação à comunicação, todos os anos, dezenas de novos profissionais ingressavam no mercado de trabalho, oriundos dos novos cursos de graduação em Comunicação Social, especialmente Jornalismo, criados a partir de meados do século XX no país e no estado. Em 1977 eram 60 cursos de jornalismo no Brasil (ROXO, 2006). No Rio Grande do Sul, o curso já havia sido criado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), na Universidade Rio dos Sinos (Unisinos), na Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Cabe ressaltar que no período já vigorava o Decreto-Lei número 972, de 17 de outubro de 1969, que estabelecia a exigência de diploma de curso superior para o exercício da profissão.

Os jornalistas também já contavam com entidades a fim de organizar a categoria, como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), criada em 1946. No Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Jornalistas profissionais já funcionava desde 1942. Com o crescimento dos cursos de Jornalismo, a partir da década de 1960, aumentou também o número de profissionais no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que as vagas dos meios de comunicação diminuía devido à concentração dos veículos, à situação econômica do país e ao regime ditatorial em vigor, que inibia a livre ação da imprensa.

Assim como o proposto por Falkembach (1985), nesta pesquisa o cooperativismo é tratado como movimento social, buscando situá-lo historicamente. Parte-se também da posição adotada por Duarte (1986, p. 22), de considerar o fenômeno do cooperativismo dentro de uma perspectiva histórica e estrutural, analisando-o através dos seus movimentos externos e internos, “como um processo único inserido em uma totalidade mais ampla, que comporta a inter-relação de seus elementos e articulações, muitas vezes contraditórias, determinadas historicamente enquanto decorrentes da estrutura social da qual emergem”. Para melhor esclarecer o que significou a cooperativa, recorre-se à pesquisa bibliográfica a fim de tratar questões pós-1964, como a censura, a repressão, a perseguição à imprensa, a criação da imprensa alternativa, a realidade política e econômica do período, a economia solidária, o cooperativismo e o mercado de trabalho para jornalistas.

Conforme dito anteriormente, há poucos autores que abordam a cooperativa e a maioria das pesquisas sobre o objeto empírico deste estudo são, de certa forma, até mesmo superficiais, por apenas citarem alguns aspectos da Coojornal. Ainda há uma série de informações que permanecem guardadas apenas na memória de quem participou da Coojornal. Por isso, uma das etapas da pesquisa foi realizada através da metodologia história oral, utilizada principalmente para compor o último capítulo. Delgado (2006, p. 20), citando alguns desafios de tal método, afirma que o mesmo pode ser aplicado apenas “às épocas contemporâneas, à história do tempo presente”, servindo ao propósito e ao período que a presente pesquisa contempla. Sabe-se que “a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico” (DELGADO, 2006, p. 16). Porém, nele se cruzam intersubjetividades e há também, em determinados momentos, a influência do pesquisador. Entretanto, acredita-se que se trata de uma metodologia válida devido à falta de dados detalhados sobre a Coojornal, pois

[...] história oral e pesquisa documental, normalmente, caminham juntas e se auxiliam de forma mútua. É comum, por exemplo, selecionar-se um possível depoente através de informações consideradas relevantes, que foram obtidas no decorrer da pesquisa documental. [...] Na verdade, a relação história oral e pesquisa documental é bidirecional e complementar. Ambas fornecem simultaneamente subsídios e informações à outra, tornando o processo de construção de fontes orais extremamente desafiante e rico. (DELGADO, 2006, p. 24-25)

A metodologia qualitativa, garante Delgado (2006), tem como uma de suas principais características a singularidade e o fato de não ser compatível com generalizações. Assim, a história oral contribui para relativizar pressupostos que tendem à generalização. Para Dias (1994, p. 105), hoje o estudo de organizações se mostra mais apto, do ponto de vista teórico e metodológico, “a assimilar e tratar a informação de natureza histórico-qualitativa”. Os dados quantitativos teriam problemas de interpretação, além de serem, em alguns momentos, parciais ou improdutivos. Enquanto isso, a história oral pode colaborar para apresentar novas hipóteses e versões sobre questões já conhecidas anteriormente, para recuperar memórias sob diferentes óticas, além de recuperar informações não registradas em documentos, ou, caso registradas, que não estão disponíveis (DELGADO, 2006, p. 19). Além disso, os “arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os tortuosos meandros dos processos decisórios. [...] Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia” (FERREIRA, 1994, p. 7).

Frota (1985) justifica o uso da entrevista para obtenção de dados porque até mesmo os documentos escritos são orais na sua origem. Além disso, a autora afirma que a história oral diminui o risco de interpretar determinado fato sob um ponto de vista, de direcionalidade e interpretação oficial, pois permite a comparação entre diversas declarações. Isso, claro, considerando-se sempre que a memória e conseqüentemente o relato de fatos passados se faz com a interferência do presente. Durante o desenvolvimento da presente pesquisa teve-se em mente a noção proposta por Mariani (1998), de que a memória é uma construção que sofre interferências do presente. Ou seja, ao recordar o passado, o entrevistado relembra o período em questão, sempre a partir do contexto atual. Portanto, suas experiências e vivências influenciam suas recordações sobre o passado.

A história oral igualmente requer cuidados por parte do pesquisador. Para Delgado (2006), a recordação inclui ênfases, esquecimentos, omissões, entre outros aspectos, que contribuem para que o passado seja reconstruído conforme o ponto de vista de cada entrevistado. Delgado (2006) cita ainda outros desafios da metodologia, como o predomínio

da subjetividade, a possível influência (mesmo involuntária) do pesquisador, influência da conjuntura atual sobre o documento oral, entre outros desafios. Para Dias (1994), a pesquisa em história oral requer, em primeiro lugar, um amplo conhecimento da bibliografia pré-existente, para não repetir informações obtidas por outros meios ou de domínio público. “Evidentemente, após a realização do depoimento, ele mesmo pode fornecer pistas adicionais à investigação, retroalimentando todo o processo” (DIAS, 1994, p. 120). Por isso, ressalta-se que toda a pesquisa foi embasada no referencial bibliográfico disponível sobre o tema.

As entrevistas são utilizadas como forma principal para obtenção de dados, já que há pouco material disponível sobre a Coojornal. Devido ao fato de a cooperativa ter sido criada há menos de 40 anos, a maioria dos profissionais que participaram da iniciativa poderiam ser encontrados para falar a respeito. Logo, foi necessário elaborar uma forma objetiva de seleção dos entrevistados, considerando a sua relevância para a Coojornal e, portanto, a qualidade das informações que poderiam ser prestadas.

A pesquisa de campo teve início com uma entrevista exploratória, realizada em julho de 2010 com o jornalista Silvio Corrêa. O profissional atuou na Coojornal nos anos de 1978 e 1979 e atualmente mora em Santa Cruz do Sul, município em que cursamos o mestrado, facilitando o acesso ao entrevistado e justificando a sua escolha para a pesquisa exploratória. Os objetivos principais da entrevista foram verificar a qualidade e confiabilidade das informações repassadas, considerando-se que os temas abordados ocorreram há quase 40 anos, bem como avaliar as perguntas elaboradas para as entrevistas da pesquisa. A seguir, foi realizada a seleção dos demais entrevistados.

Conhecendo a história da cooperativa, tinha-se em mãos alguns nomes essenciais à pesquisa, como os ex-presidentes da Coojornal. Durante os nove anos em que esteve em funcionamento, a cooperativa teve apenas três presidentes: José Antônio Vieira da Cunha (durante os três primeiros mandatos), Osmar Trindade e Gerson Schirmer (cada um por um mandato). Como o segundo presidente faleceu em 2009 e o último a assumir o cargo na cooperativa não concede entrevistas a respeito do tema⁴, entrevistamos apenas o jornalista Vieira da Cunha, que presidiu a cooperativa entre 1974 e 1979.

⁴ Após o envio de dois e-mails solicitando uma entrevista sobre a Coojornal, entramos em contato por telefone. Somente após a ligação o jornalista respondeu a uma das mensagens eletrônicas, afirmando: “eu não falo do episódio Coojornal. Infelizmente as duas pessoas que poderiam confirmar qualquer declaração minha a respeito

Optou-se ainda por entrevistar mais dois membros da diretoria da cooperativa que desempenharam importante papel na Coojornal: o responsável pela área comercial, Jorge Polydoro, e o editor do *Coojornal*, Elmar Bones da Costa. Considerando, a partir da bibliografia consultada, que duas possíveis causas do fechamento da cooperativa foram uma crise financeira e a repressão política (KUCINSKI, 1991; CHINEM, 1995, 2004; ROSA, 2002, 2005), tornou-se imprescindível obter informações a respeito. Jorge Polydoro estaria apto a relatar como ocorreu a crise financeira e porque a cooperativa não conseguiu superá-la. Já Elmar Bones foi escolhido como um dos entrevistados devido ao importante papel político desempenhado pelo *Coojornal*, uma vez que as pressões sofridas pela cooperativa, por parte do governo, foram desencadeadas por matérias publicadas no principal jornal da organização.

Para a escolha dos demais entrevistados, foi realizado contato com os profissionais que estavam presentes no lançamento do livro *Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar* (GUIMARAENS, CENTENO e BONES, 2011), em julho de 2011, solicitando sua participação na pesquisa⁵. Optou-se pela aproximação através deste evento por ter reunido muitos ex-associados, tornando possível um contato mais pessoal com os profissionais e o levantamento de informações prévias a respeito da iniciativa. Assim, foram selecionados mais quatro jornalistas que atuaram na cooperativa nas mais variadas funções: Rafael Guimaraens, Ayrton Centeno, Elaine Lerner e Edgar Vasques. Solicitou-se ainda indicações dos entrevistados, de nomes relevantes à pesquisa, dados os seus objetivos. Porém, as sugestões coincidiam com os contatos já realizados, reforçando a importância dos nomes selecionados para compor o *corpus* de entrevistados.

Foi considerado ainda o fato de a cooperativa ter sofrido com disputas internas em determinado momento, quando os seus membros se dividiram entre os que apoiavam a diretoria encabeçada por Vieira da Cunha e os contrários à forma como a Coojornal era gerenciada durante os primeiros mandatos. Assim sendo, seria necessário entrevistar profissionais contrários e a favor da diretoria, o que foi contemplado nos nomes indicados. Entre os quatro jornalistas citados acima, um era da oposição (Rafael Guimaraens), um apoiava a situação (Ayrton Centeno) e dois (Elaine Lerner e Edgar Vasques) se disseram sem

do episódio de fechamento da Coojornal, J.B Aveline e o Trindade o último presidente eleito, ambos estão mortos.” (SCHIRMER, 2011)

⁵ Elaborada pelos ex-associados Elmar Bones da Costa, Rafael Guimaraens e Ayrton Centeno, a obra traz uma seleção das matérias mais marcantes publicadas pelo *Coojornal*. Também conta com um texto onde consta um resumo da história da principal publicação e alguns dados a respeito da cooperativa. É um dos poucos livros a respeito da iniciativa.

posicionamento quanto a estas questões⁶. Devido à negativa do último presidente em falar sobre o tema, não foi possível obter entrevista com esse jornalista. Por se tratarem de entrevistas em profundidade, acredita-se que estes oito entrevistados contemplam os objetivos deste trabalho, já que entre eles estão profissionais da diretoria e apenas associados, ao mesmo tempo em que considera seu posicionamento a favor ou contra a diretoria que permaneceu durante mais tempo à frente da Coojornal.

Depois de realizadas as entrevistas, foi feita a análise dos dados apurados. Para tanto, as informações obtidas foram categorizadas em três grandes grupos: criação, funcionamento e crise que levou ao seu fechamento. A partir dessa divisão foram abordados os temas secundários envolvidos em cada uma destas categorias, tornando possível analisar os aspectos organizacionais da cooperativa, as razões de sua fundação e de seu fechamento.

O presente trabalho contempla, então, três eixos temáticos para a plena realização dos objetivos propostos: economia solidária, realidade político-econômica brasileira e o desenvolvimento dos meios de comunicação no país. Dessa forma, tendo em mente os aspectos destes três temas fundamentais, é possível compreender no último capítulo como se deu a criação, a organização e o fechamento da cooperativa objeto desta pesquisa, contemplando assim os objetivos propostos.

⁶ Apesar de afirmar não se posicionar politicamente dentro da cooperativa, Elaine Lerner afirma durante a entrevista que deixou a Coojornal após o último mandato de Vieira da Cunha, demonstrando uma tendência a apoiar a sua gestão (LERNER, 2011). Já Edgar Vasques afirma ter tido uma posição neutra, embora afirme durante a entrevista que achava prioritária a luta pelo fim da ditadura, deixando transparecer uma posição um pouco mais inclinada à oposição.

1 COOPERATIVISMO: A COOPERAÇÃO EM FAVOR DA ECONOMIA E DA POLÍTICA

O conceito de cooperação ainda é motivo de debates entre os pesquisadores da área. Para Barreto (2003), uma definição mais estrita ou semi-técnica está ligada à luta socialista nascida das transformações iniciadas pela revolução industrial inglesa e a ascensão do capitalismo. Logo, trata-se claramente de um conceito anti-capitalista, “vinculado aos ideais de autonomia, liberdade política, igualdade econômica, democracia radical e autogestão, responsabilidade social e valorização humana” (BARRETO, 2003, p. 291-292). Portanto, só há cooperação em relações horizontais, com igualdade de opinião e ação.

As cooperativas, para Rech (2000), são sociedades de pessoas com o objetivo de se dedicar a atividades econômicas, de forma livre e em benefício de todos os envolvidos. Uma iniciativa do gênero seria “uma associação voluntária com fins econômicos, podendo nela ingressar os que exercem uma mesma atividade. A mesma é regulamentada democraticamente à base de 'um homem, um voto'” (RIOS, 1989, p. 16-17). Já conforme o *Informe V: Promoción de las cooperativas*, estas podem ser definidas como “uma associação autônoma de pessoas que se unem de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática”⁷ (OIT, 2001).

A cooperativa é, pois, um meio através do qual certas funções podem ser levadas a cabo mais efetiva e economicamente, quando realizadas pelas empresas associadas e não individualmente. [...] Disso resulta que a única finalidade de uma cooperativa consiste em prestar serviços a seus próprios associados-proprietários-usuários, e suas atividades constituem uma parte das atividades totais da empresa individual de cada associado. (RIOS, 1989, p. 15)

De acordo com a OIT, as cooperativas devem estar baseadas nos valores de auto-ajuda (ajuda mútua), auto-responsabilidade (responsabilidade de todos os membros), democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Já os princípios que norteiam a ação cooperativa são adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, proporcionar educação, formação e informação aos sócios, buscar a cooperação entre cooperativas e o interesse pela comunidade (OIT, 2001). Como fruto do

⁷ No original: “una asociación autónoma de personas que se han unido de forma voluntaria para satisfacer sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales en común mediante una empresa de propiedad conjunta y de gestión democrática” (OIT, 2001).

movimento operário, o cooperativismo resultou em um modelo de associação baseado em três características: propriedade cooperativa, ou seja, trata-se de associação de pessoas e não de capital; gestão cooperativa, já que o poder final de decisão está nas mãos dos associados, independente do capital investido por cada um (um homem, um voto); e repartição cooperativa, diferente de uma empresa capitalista (RIOS, 1989).

Pinho (1977) conceitua cooperativa como uma sociedade de pessoas, formada por livre iniciativa dos associados e por eles dirigida democraticamente, em bases rochdaleanas⁸, cujo objetivo é prestar serviços aos membros e à comunidade na qual está inserida. Também podem ser consideradas como “uma associação voluntária com fins econômicos, podendo nela ingressar os que exercem uma mesma atividade. A mesma é regulamentada democraticamente à base de ‘um homem, um voto’” (RIOS, 1989, p. 16-17). Para Singer (1999), o fim maior da cooperativa é sempre resolver o problema do desemprego. Ou seja, seu objetivo principal estaria ligado à esfera econômica deste tipo de empreendimento solidário, e não à questão política. Esteves (2003, p. 271) aponta que nas sociedades cooperativas é necessário “que o sujeito econômico seja o sócio-trabalhador – e não o proprietário (sociedades privadas), o capital (sociedades anônimas) ou o Estado (empresas estatais) – reunindo, em um só sujeito econômico, o capital e o trabalho”.

Neste tipo de iniciativa, os associados são usuários e empresários ao mesmo tempo, pois exercem uma atividade econômica, dividindo entre si os riscos, os ganhos e as perdas do negócio. Para Pinho (1977), o cooperativismo é movimento, doutrina e técnica:

Movimento nascido nos meios populares da Europa Ocidental de meados do século XIX, para uma ação pacífica de defesa e de emancipação sócio-econômica de trabalhadores urbanos e rurais; *Doutrina* surgida originalmente em oposição ao capitalismo desbragado, mas que depois reagiu também contra os sistemas econômicos que se instalaram em vários países, embasados em crescente intervencionismo estatal ou no socialismo revolucionário; e *Técnica* organizatória dos usuários-empresários cooperativados. (PINHO, 1977, p. 24)

A pesquisadora resume como características essenciais desta “sociedade de pessoas, constituída para prestar serviços aos cooperados-usuários-empresários”: ser uma empresa sem fins lucrativos; ter nos cooperados a qualidade de usuário e empresário; haver igualdade de direitos e obrigações entre os associados, com decisões tomadas na base de um homem um

⁸ Referência aos operários têxteis de Rochdale, na Inglaterra, que fundaram em 1844 uma organização com o objetivo de realizar compras coletivas. É considerada a primeira cooperativa do mundo.

voto, independente do capital investido por cada um; indivisibilidade do Fundo de Reserva em caso de fechamento; e tratamento das sobras como fator de produção a serviço do cooperado (como a distribuição das sobras conforme operações realizadas pelo associado na cooperativa, com o capital não rendendo juros ou no máximo juros módicos) (PINHO, 1977, p. 21-22).

Conforme dito anteriormente, para uma grande gama de autores, entre os quais se destaca Paul Singer, a economia solidária insere-se num processo de revolução social, contrapondo-se à idéia de conquista do poder estatal como caminho para a revolução socialista. Assim, a transferência dos meios de produção para os trabalhadores deve ser iniciativa desta classe. Esse longo processo, com a formação de modos de produção socialistas em sistemas capitalistas, estaria ocorrendo há mais de um século. Durante a primeira revolução industrial, na Inglaterra, foram formadas as primeiras associações a fim de diminuir os problemas do capitalismo (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2003).

Foi na Grã-Bretanha, no final do século XIX, que o associativismo e o cooperativismo começaram a tomar forma. As corporações de ofício de artesãos geraram os sindicatos, e estas as cooperativas (SOUZA, 2003, p. 35). Búrigo (2010) recorda que o fenômeno apareceu como uma forma de resistência dos trabalhadores à exploração. Já Schneider (1981) considera que a Revolução Industrial motivou a criação de uma proposta de superação pacífica do capitalismo e de seus problemas. “A cooperação mútua, tomando o lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrando as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituiria a base da nova sociedade, mais justa e mais humana, pois não comportaria nem exploradores, nem explorados.” (SCHNEIDER, 1981 p. 11). O movimento logo se consolidou e em 1881 já existiam na Europa mais de mil sociedades (BÚRIGO, 2010, p. 47).

Nota-se que o surgimento do cooperativismo como é conhecido hoje está ligado ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, no século XIX. Nasceu como uma reação do movimento operário à exploração no trabalho. Inicialmente, em alguns países, como na França e na Inglaterra, as associações operárias foram proibidas. Por isso, as primeiras sociedades de ajuda mútua eram clandestinas. Logo o movimento cresceu e em 1823 já havia em Paris 160 associações do gênero que reuniam cerca de 12 mil membros (RIOS, 1989).

Formalmente, é reconhecida como a primeira cooperativa da história os Pioneiros de Rochdale. Em 1844 operários têxteis de Rochdale formaram uma cooperativa de consumo para baratear os custos e melhorar a qualidade de sua alimentação. Estabeleceram oito princípios de funcionamento, que basicamente permanecem até hoje:

1) haveria democracia na sociedade, sendo para cada sócio reservado o direito a um voto nas assembléias gerais; 2) a sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a quota de capital mínima igual para todos; 3) qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4) o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa; 5) as vendas seriam à vista; 6) os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade; 7) a sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; 8) a sociedade seria neutra política e religiosamente. (SOUZA, 2003, p. 36)

A sociedade de Rochdale logo se expandiu e chegou a reunir dezenas de milhares de sócios em fábricas cooperativas, como de sapatos e tecelagem, uma cooperativa de habitação e uma sociedade beneficente para serviços de saúde. Sucumbiu com a crise do capitalismo do século passado, mas seu exemplo ficou. Antes da chegada do século XX, em 1895, foi criado o primeiro órgão internacional de reunião de cooperativas, a Aliança Cooperativa Internacional, que reúne os empreendimentos do gênero até hoje.

Independente das motivações para a fundação, todas as cooperativas trazem duas dimensões principais:

uma dimensão econômica, enquanto atividades econômicas que garantam meios de vida aos seus integrantes; e uma dimensão política, enquanto organizações coletivas onde prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes. Embora muitas vezes apenas uma delas tenda a ser enfatizada, ambas são fundamentais para que a economia solidária se concretize. (CUNHA, 2003, p. 47)

A faceta econômica pode ser vista claramente ao se considerar que a economia solidária representa uma alternativa aos trabalhadores desempregados ou inseridos de forma precária no mercado de trabalho (CADONÁ, 2004). Já a política é visível ao se considerar os preceitos da economia solidária de autogestão e participação, que induzem e incentivam os participantes à atividade política, ao exercício de direitos e deveres.

Além disso, é preciso recordar que o cooperativismo é considerado a forma típica da economia solidária, conforme será visto adiante, especialmente as cooperativas de produção

ou de trabalho, que pertencem coletivamente aos trabalhadores que nela produzem e a administram de forma democrática e igualitária (CUNHA, 2003). “Nessa perspectiva, a economia solidária vai além, portanto, do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática.” (SOUZA, 2003, p. 38). Singer (2003, p. 13) defende que a cooperativa de produção possui as principais características de um empreendimento solidário por prever a posse coletiva dos meios de produção por aqueles que produzem, a gestão democrática, a repartição da receita e a destinação do excedente conforme critérios decididos democraticamente.

Apesar de os princípios rochdaleanos de democracia, posse e gestão igualitária entre os membros permanecerem até hoje como bases do cooperativismo (SOUZA, 2003), existem algumas desconfianças com relação às cooperativas. Isso acontece devido a muitos casos de degenerescência, onde as instituições acabam sendo administradas por alguns poucos membros, enquanto os demais atuam quase como empregados. Há também casos em que falsas cooperativas são formadas como forma de baratear a mão-de-obra, uma vez que os associados não têm necessidade por lei de cumprir normas trabalhistas, como férias, 13º salário e licença maternidade. Uma deturpação dos princípios do cooperativismo, já que estas iniciativas devem surgir da vontade dos trabalhadores e, a fim de evitar a exploração dos associados, devem prever em seu estatuto um sistema de remuneração adicional e garantias que substituam as proteções legais de um emprego formal (SOUZA, 2003).

Estas deturpações do cooperativismo mostram-se como desafios do movimento hoje, especialmente por gerarem desconfiança de muitas classes com relação a este tipo de iniciativa. Cunha (2003) aponta que a desconfiança dos sindicatos é motivada pelas falsas cooperativas utilizadas para baratear mão-de-obra. No campo, os agricultores desconfiam porque a imagem das cooperativas está associada às grandes agroindustriais, que exploram os pequenos agricultores⁹. Algumas lideranças de esquerda, por sua vez, acreditam ser o cooperativismo uma forma de criar novos capitalistas entre os pobres, além de impedir a

⁹ Neste trabalho, consideramos pequenos produtores os agricultores que produzem em pequenas áreas de terra, independente dos tipos de relações de produção estabelecidas (se utilizam mão-de-obra familiar ou estabelecem relações capitalistas de produção, com compra de capacidade de trabalho). Optamos pelo termo por comportar a ampla gama de possibilidades de relações de produção nas pequenas propriedades. Outros conceitos parecem ser restritos a determinadas formas de produção. Agricultura familiar, por exemplo, diz respeito à produção realizada essencialmente com mão-de-obra, gestão e propriedade de membros da mesma família, em geral em pequenas propriedades (ALTAFIN, 2007), enquanto o campesinato já não comporta as modificações pelas quais passaram as pequenas propriedades, pois conforme Wanderley (2004) refere-se à forma de produção familiar para subsistência.

transformação socialista por serem apenas paliativos às más-condições dos trabalhadores, geradas pelo capitalismo.

Uma das questões que se coloca sobre o cooperativismo é como um empreendimento baseado em valores contrários ao capitalismo pode sobreviver em uma sociedade guiada pelo mercado. Isso porque, apesar de para muitos autores as iniciativas de economia solidária representarem embriões socialistas dentro do capitalismo, estes devem se desenvolver em meio ao mercado e competir com empresas capitalistas. Assim, muitos valores cooperativistas acabam sendo deixados de lado em nome da sobrevivência na economia de mercado.

Observa-se que à medida que as cooperativas crescem, diminui a participação dos associados. As decisões acabam se concentrando nas mãos da diretoria, que administra o empreendimento como uma empresa. É o que aconteceu nas décadas de 1960 e 1970 com as cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul, por exemplo. Quanto maior ficava a cooperativa, mais sua administração se distanciava dos associados, se concentrando nas mãos da diretoria, com uma gestão próxima da empresarial. Para Machado (2003), esta mudança é na realidade uma degeneração dos princípios do cooperativismo. A saída seria a adaptação das modernas regras de racionalidade econômica aos princípios do cooperativismo, já que tanto as cooperativas quanto as empresas estão sujeitas aos mesmos imperativos de eficiência e rentabilidade (PINHO, 1977). Porém, isso pode levar à transformação das cooperativas em grandes empreendimentos com estruturas organizacionais cada vez mais complexas, muitas vezes inviabilizando a participação e o controle democrático pelos associados (SCHNEIDER, 1981). Para o pesquisador, a tendência é diminuir a participação à medida que aumenta o tamanho do quadro social.

Para alguns autores, como Benetti (1985a), este é o caminho natural. Seria necessária a diminuição da representatividade da assembléia geral em favor de um grupo de representantes para que haja autonomização da cooperativa. Isso ocorre devido a fatores como o grande crescimento do corpo social e da cooperativa em si, que passa a se assemelhar a uma grande empresa. À medida que cresce, a gestão passa a exigir quadros especializados para a gestão e a tomada de decisões diariamente, inviabilizando a participação constante dos associados. Para a cooperativa se transformar em uma grande empresa e competir no mercado capitalista, precisaria se autonomizar do cooperado (BENETTI, 1985a).

Sendo assim, penso que o processo de crescimento da sociedade cooperativa *supõe o rompimento do controle do corpo de produtores sobre a mesma em favor de um grupo de verdadeiros produtores-empresários perfeitamente identificados com a cooperativa a quem passará a responsabilidade de decidir sobre os rumos a serem impressos ao seu desenvolvimento*. [grifo da autora] (BENETTI, 1985a, p. 153)

Apesar disso, o cooperativismo e a economia solidária como um todo têm cada vez mais defensores. Prova disso é a proliferação, na década de 1990, de cooperativas na zona urbana, uma vez que no passado o cooperativismo no Brasil esteve ligado a iniciativas rurais (PARRA, 2003), com algumas exceções de iniciativas urbanas, como a Coojornal. Assim, a economia solidária se torna um novo componente do processo de transformação das relações de trabalho, buscando criar relações de trabalho seguras, democráticas e igualitárias. O autor afirma que neste cenário, as cooperativas de trabalhadores ajudam a definir o caráter das relações entre Estado, sociedade, economia e política. Para Souza (2003), esta organização coletiva do trabalho aponta um novo rumo de mobilização política.

A relevância do cooperativismo é demonstrada por Cunha (2003), ao apontar que o número de cooperativas no Brasil aumentou muito na última década do século XX: em 1990 eram 3,5 mil cooperativas com 2,8 milhões de cooperados cadastrados na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), enquanto em 2001 registrou-se sete mil cooperativas e cinco milhões de cooperativados. Mas o número de empreendimentos deve ser ainda maior, uma vez que muitas iniciativas não conseguem seu reconhecimento oficial por não cumprirem exigências previstas em lei, como contarem com pelo menos 20 sócio-fundadores. Estas mobilizações, entretanto, muitas vezes caracterizam-se mais como verdadeiras cooperativas do que as filiadas à OCB, onde muitas são na verdade desvirtuações dos princípios do cooperativismo. Nas grandes organizações filiadas à OCB, aponta Cunha (2003, p. 65), mais de um terço dos trabalhadores são funcionários, e não cooperativados.

Se Singer (2002) defende que ainda hoje está no começo a construção de modos de produção alternativos ao capitalismo no Brasil, como a economia solidária, cabe neste trabalho considerar que a conjuntura na década de 1970, quando foi criada a Coojornal, era ainda mais complicada para iniciativas deste tipo. A organização cooperativa em um regime caracterizado pelo extremo combate às formas alternativas de governo e gestão econômica representa uma contradição dentro do sistema capitalista, adotado no Brasil. Isto porque concebe sistemas de organização baseados em preceitos socialistas, como propriedade coletiva, e não visam a produção de lucro do trabalho, bem como sua apropriação pelos

capitalistas proprietários dos meios de produção. Ou seja, o regime militar instaurado em 1964 no Brasil parece um momento extremamente inadequado para criação de uma cooperativa de jornalistas. Além de ser uma iniciativa que adota princípios socialistas, criada em um governo instituído com a justificativa de combater o comunismo e o socialismo, foi organizada por uma das categorias profissionais vistas pelos militares como subversivos: a dos jornalistas. Porém, a realidade é mais complexa, uma vez que os governos historicamente utilizaram o cooperativismo, especialmente nas zonas rurais, como forma de aumentar a produção.

A Coojornal, conforme será visto adiante, foi uma cooperativa de trabalho, ou seja, a reunião de um grupo da mesma área profissional para produzir em conjunto e assim encontrar uma alternativa de renda. Tais iniciativas são a superação do trabalho subordinado, do modo de produção capitalista onde os trabalhadores contam apenas com sua força de trabalho enquanto alguns poucos capitalistas concentram os meios de produção e apropriam-se do lucro do trabalho dos demais. A cooperativa também possuía, segundo classificação de Rech (2000), características de cooperativa de produção, pois nela os associados desenvolvem suas atividades produtivas de forma conjunta, produzindo produtos para o mercado.

Cabe recordar que existem cooperativas com as mais variadas finalidades e igualmente uma infinidade de tentativas de classificar tais iniciativas. Em geral estas classificações não conseguem dar conta de todos os modelos de cooperativas existentes, mas fornecem pistas para se compreender os objetivos destas organizações. Rech (2000), por exemplo, aponta que uma das classificações mais comuns considera a natureza das cooperativas, categorizando-as como cooperativas de distribuição ou serviços, de colocação da produção ou de trabalho. Também é comumente utilizada como critério a variedade de funções exercidas, pois uma cooperativa pode ser unifuncional (realiza apenas uma função), multifuncionais (várias funções ou atividades) ou integrais (que buscam atender todas as necessidades dos associados). Elas também podem ser classificadas conforme o nível de organização: se reúnem pessoas físicas ou jurídicas são consideradas cooperativas singulares; se agregam pelo menos três cooperativas singulares são consideradas cooperativas centrais ou federações; ou ainda, quando reúnem mais de três centrais ou federações, são consideradas confederações de cooperativas (RECH, 2000, p. 35-37). Segundo o autor, os tipos mais comuns de cooperativas são as de crédito, de consumo, agrárias ou agropecuárias, de pesca, habitacionais, de eletrificação, escolares e cooperativas-escola ou educacionais.

1.1 Economia solidária: o ser humano no centro da vida econômica

O capitalismo caracteriza-se por ser um sistema em que os meios de produção, de distribuição e o trabalho se tornam mercadorias. São apropriados pelos capitalistas e tratados como capitais, negociados em um mercado regido pela competição e pela busca de lucros cada vez maiores. Enquanto os capitalistas possuem os meios de produção e distribuição, a maioria da população conta apenas com sua capacidade individual de trabalho (SINGER, 2003). Parte desta capacidade ainda é tomada pelos capitalistas, uma vez que seu lucro vem da apropriação do excedente do trabalho. Ou seja, um funcionário produz mais mercadorias do que o correspondente ao seu salário, parcela que é apropriada pelo capitalista, gerando o lucro. Assim, há autores que consideram as relações de trabalho no capitalismo como de exploração.

Mas mesmo dentro de um sistema como este, que tende a ampliar cada vez mais as desigualdades, surgem alternativas de desenvolvimento não atreladas à propriedade privada nos moldes convencionais do capitalismo nem seguindo os modelos desenvolvimentistas adotados pelos países de economia avançada. São alternativas de produção que visam eliminar o acúmulo capitalista, evitando a apropriação do excedente do trabalho pelo proprietário dos meios de produção. Nestas iniciativas busca-se a igualdade, um modo de produção baseado na propriedade e repartição coletiva, aproximando-se de ideais que seriam princípios de outros sistemas políticos e econômicos, como o socialismo e o comunismo. É o caso das ações de economia solidária, que surgem como alternativa às relações de produção capitalistas. São novas formas de organização da produção, baseadas em preceitos opostos aos do mercado capitalista. Singer (2002) define uma empresa solidária como a organização onde é negada a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, divisão base do capitalismo. Além disso, sua finalidade não é a maximização dos lucros, mas sim o trabalho, sua quantidade e qualidade. “Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa” (SINGER, 2002, p. 83).

Apesar de o conceito de economia solidária ter surgido apenas na década de 1980, quando a cooperativa objeto deste estudo já havia sido fechada, cabe uma discussão a respeito deste fenômeno. Isso porque apesar de o termo ser posterior à Coojornal, a iniciativa dos jornalistas de Porto Alegre pode ser classificada como uma organização solidária, como todas

as cooperativas. Segundo Búrigo (2010), a economia solidária possui quatro características complementares, que não devem ser encaradas de forma isolada: a cooperação, a autogestão, a viabilidade econômica e a solidariedade. São formas de produção com base na associação e na ajuda mútua, cujo exemplo principal é o cooperativismo. Para Singer (2002), a base da economia solidária é a unidade entre posse e uso dos meios de produção e de distribuição com a socialização destes meios. O objetivo da produção, ao contrário das empresas capitalistas, não é a maximização dos lucros, mas sim a quantidade e a qualidade do trabalho. Ou seja, o foco deixa de ser o lucro para dar prioridade ao bem-estar dos indivíduos. Barreto (2003, p. 287) resume a economia solidária como a “abordagem que, recolocando o ser humano no centro da vida econômica, procura conciliar produção e circulação de riqueza com emancipação humana em direção a uma sociedade mais justa e igualitária”.

Mesmo com a variedade de iniciativas, com diferentes objetivos e estratégias, Cunha (2003, p. 52) aponta traços comuns a todas as formas de economia solidária: insatisfação com o modelo econômico, democracia inclusiva e participativa e busca por crescimento econômico justo. Baseia-se na autogestão, na participação igualitária e na transparência. Para Barreto (2003), é uma abordagem que traz o homem novamente ao centro da vida econômica, visando uma sociedade mais igualitária. Por isso, o autor enxerga a economia solidária como parte de um projeto maior de transformação social e não simplesmente como uma forma de compensação às mazelas causadas pelo capitalismo e pela crise no trabalho.

Singer (1999, p. 139) acredita que se este movimento se consolidar e atingir dimensões significativas pode competir com o grande capital em vários mercados. Seria, portanto, uma competição entre dois modos de produção opostos, mas não excludentes: um movido pela concorrência intercapitalista e outro pela cooperação e solidariedade. “Sem guerra fria, sem ameaça atômica, os homens voltarão a poder escolher e experimentar formas alternativas de organizar sua vida econômica e social” (SINGER, 1999, p. 139). Este ponto de vista é defendido igualmente por Búrigo (2010). O pesquisador afirma que no final do século XX, depois que tanto o capitalismo, quanto as experiências do socialismo real entraram em crise, a economia solidária passou a ganhar expressão mundial. Atualmente, as experiências são diversas, com variadas formas organizacionais, de gestão democrática, de vinculação com o local onde surgem e de geração de serviços de proximidade (BÚRIGO, 2010, p. 195).

Há duas vertentes para a compreensão da economia solidária. A primeira tem mais cautela em ver a economia solidária como alternativa ao capitalismo devido às suas várias contradições internas. Isso porque os valores de solidariedade e democracia coexistem, segundo Cunha (2003), com outros baseados no individualismo e na desigualdade. Para estes autores, a economia solidária não é a única saída para a crise do trabalho, pois esta seria apenas uma parte da economia gestada nos setores populares. Cabe destacar ainda que alguns críticos vêem o fenômeno como uma forma disfarçada de reprodução do próprio capitalismo, criada por ele para “equacionar suas contradições”. Por isso, ocuparia apenas pequenos espaços em uma sociedade capitalista, sem influenciá-la. A economia solidária atuaria, no máximo, como um paliativo para se obter novas formas de ajuste social dentro da economia capitalista dominante, assim como ocorre com o terceiro setor (BÚRIGO, 2010, p. 200).

Este seria um ponto de vista capitalista, pois vê as cooperativas apenas como uma forma de correção dos defeitos deste sistema. Em geral, é a postura assumida nos países capitalistas, tendo inclusive baseado a legislação e a política cooperativista brasileira (RECH, 2000). Portanto, questiona o potencial transformador da economia solidária, a possibilidade de construir novas relações sociais e econômicas para os trabalhadores, em oposição às impostas pelo capitalismo (CADONÁ, 2004).

Para os autores da segunda vertente, a economia solidária seria um “germe do socialismo” dentro das sociedades capitalistas. Ou seja, formas de resistência ao capitalismo que surgem, contraditoriamente, no seio de sociedades capitalistas. Em suma, modos de produção socialistas dentro de formações capitalistas. Seria uma alternativa ao capitalismo, recriada constantemente por quem fica à margem neste modelo econômico e político excludente. Trata-se de um modo de produção solidário que representa uma síntese entre capitalismo e pequena produção de mercadorias, superando ambos. O foco em valores como solidariedade, democracia, autogestão e autonomia, acima de valores mercantis, aliado à eficiência econômica, faria com que estas experiências coexistam com o mercado capitalista, sem, entretanto, deixar de questioná-lo (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2003, p. 150).

Para os autores desta linha de pensamento, além de representar uma solução a uma situação de crise em determinado grupo social, a economia solidária mostra uma vocação para a transformação social, bem como uma opção ideológica. Tal postura fica evidente em Singer

(1999). Para Rech (2000), este seria um ponto de vista mais socialista, pois vê no cooperativismo o embrião para uma nova sociedade.

Observa-se nesta vertente a busca por questões que comprovem a economia solidária como fonte de elementos de uma nova cultura do trabalho. Tais autores vêem a economia solidária não apenas como uma saída à marginalização e ao desemprego, mas como símbolo da luta dos trabalhadores contra o capitalismo e a favor de uma nova sociedade. “Assim, a partir da economia solidária se define uma estratégia transformadora, que cria condições para a gestação de uma nova concepção de economia e de sociedade” (CADONÁ, 2004, p. 222-223). Entre os pesquisadores que vêem a economia solidária como resistência e alternativa ao capitalismo, há três formas de compreensão do fenômeno:

[...] como resposta da tradição socialista de base associativa e autogestionária ao colapso do socialismo real (uma economia socialista), ou pode ser analisado dentro do contexto de formas mais recentes de resistência social por meio da organização da sociedade civil, ou ainda pode levar em conta que a economia dos setores populares se contrapõe à economia capitalista porque envolve setores do trabalho e não do capital (daí os termos economia popular e economia do trabalho, muito usados na América Latina). (CUNHA, 2003, p. 46-47)

A economia solidária seria parte de um projeto maior, visando a transformação social, e não uma medida compensatória aos problemas do capitalismo. Este projeto liga-se à antiga tradição socialista, ao mesmo tempo em que se origina de uma crítica ao movimento (BARRETO, 2003, p. 287). Segundo Singer (1999), o grande dilema da economia solidária é eliminar o desemprego e a exclusão social, inerentes ao capitalismo. Parte deste objetivo já foi alcançado através de “implantes socialistas”, como o sufrágio universal, a barganha coletiva, legislação trabalhista e previdência social pública e universal. Em suma, o estado de bem-estar social, que para Singer parece estar sendo questionado desde o final do século XX.

1.2 Cooperativismo para o desenvolvimento regional

Devido aos seus objetivos, formas de organização e de atuação, a economia solidária é considerada por inúmeros autores como um importante instrumento para o desenvolvimento. Conforme dito, tais iniciativas mostram ser eficientes instrumentos de desenvolvimento endógeno. Isso se dá porque estes empreendimentos envolvem dois aspectos principais: o econômico e o político. Um grupo, ao se reunir em torno de um objetivo comum através da

economia solidária, busca alternativas de renda, desenvolvendo a economia. Ao mesmo tempo, promove uma educação política, ao incentivar a participação, a busca de direitos e a conscientização sobre deveres, além do espírito coletivo e das relações horizontais.

Para Becker (2003), a cooperação pode ser um fator indicativo do poder de determinada comunidade, já que as mesmas adquirem maior capacidade de competição à medida que a cooperação é mais desenvolvida. Nota-se, então, que a organização cooperativa, além de ser um indicativo do nível de capital social¹⁰, pode ser uma importante alternativa de desenvolvimento para uma comunidade e região. Desde que os tecelões de Rochdale se reuniram para melhorar suas condições de vida através da ajuda mútua, o cooperativismo tem sido adotado como alternativa econômica a determinadas situações, “sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social” (DUARTE, 1986 p. 13).

Magalhães e Todeschini (2003, p. 152) são claros a respeito do potencial da economia solidária, cujas redes seriam “instrumentos com grande potencial de desenvolvimento local, integrado, sustentável e ainda um caminho para a transformação social”. Esta postura é adotada até mesmo por organismos internacionais, que buscam motivar os países em desenvolvimento a incentivar a cooperação nos moldes de países desenvolvidos. Aponta-se o cooperativismo como instrumento para garantir harmonia entre as dimensões econômica, social e cultural do processo de desenvolvimento (SCHNEIDER, 1981). A posição é defendida também por Cunha (2003). Segundo o pesquisador, a economia solidária está entre as propostas de desenvolvimento alternativo. Isso porque apesar da variedade de iniciativas, com objetivos e estratégias diversas, o autor aponta que se identifica nas organizações solidárias uma insatisfação com o modelo econômico, a democracia inclusiva participativa e o crescimento econômico justo. Ou seja, aspectos essenciais para o desenvolvimento, entendido não como apenas crescimento econômico, mas sim como os múltiplos processos possíveis organizados com o objetivo de atender as necessidades e interesses regionais, articulados com os interesses globalizados (BECKER, 2000).

¹⁰ Termo cunhado pela primeira vez por Robert Putnam, em estudo buscando identificar características presentes nas regiões italianas mais desenvolvidas. O pesquisador concluiu que as regiões com maior participação política e comunitária e com a predominância de relações horizontais tendiam a se desenvolver mais do que as outras. (PUTNAM, 2002)

O papel da economia solidária para o desenvolvimento é defendido também por Singer (2003). O autor exemplifica o caso de pessoas humildes que se reúnem em projetos solidários, para as quais o cooperativismo significa um resgate da cidadania.

Em todos sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores por exemplo. (SINGER, 2003, p. 27-28)

A economia solidária apresenta grande potencial para ampliar a geração de novas oportunidades de trabalho, proporciona democratização na gestão do trabalho, valorização de relações humanas e é um caminho para a distribuição de renda (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2003). Isso se verifica desde o início do cooperativismo, nascido da tentativa dos trabalhadores em resolver, através da entreajuda, seus problemas econômicos e sociais. “As cooperativas provenientes desse esforço foram, a princípio, toleradas, depois reconhecidas legalmente. Mais tarde, tiveram aceitação dos Poderes Públicos, em geral, como instrumento de melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora” (PINHO, 1977, p. 73).

Para Becker (2003), a cooperação pode ser um fator indicativo do poder de determinada comunidade, já que as mesmas adquirem maior capacidade de competição quando a cooperação é mais desenvolvida. Nota-se, então, que a organização cooperativa pode ser uma importante alternativa de desenvolvimento para uma comunidade e região. Para Santos e Rodríguez (2002), o associativismo e o cooperativismo se desenvolveram como alternativas ao individualismo liberal e ao socialismo centralizado.

1.3 Cooperativismo no Brasil: corporativismo e controle estatal

Antes da República e da Constituição de 1891, as associações eram mal vistas no Brasil, tanto que as cooperativas eram oficialmente proibidas pela constituição monarquista de 1824. A primeira cooperativa brasileira foi criada apenas após a mudança na constituição. Tratou-se de uma sociedade anônima do ramo de consumo, fundada por empregados públicos em Ouro Preto, Minas Gerais. Depois, surgiram cooperativas na cidade paulista de Limeira em 1891, na capital do Rio de Janeiro em 1894, no município pernambucano de Camaragibe

em 1895 e em Campinas-SP em 1897. No Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa de produtores rurais data de 1892, na região de Veranópolis e Antônio Prado (BÚRIGO, 2010).

Com a proliferação das cooperativas, logo o Estado viu a necessidade de estabelecer normas para regulação, especialmente das de crédito, no início do século XX. Estas normas, porém, só foram firmadas efetivamente na década de 1920, visando regular o funcionamento de associações financeiras cooperativas, como bancos e caixas rurais. Segundo Búrigo (2010), a primeira lei específica sobre cooperativismo é o Decreto 22.239, de 1932, que visava garantir a manutenção dos princípios de Rochdale e a liberdade de funcionamento. Foi suspensa em dois períodos (de 1934 a 1938 e de 1943 a 1945) e revogada em 1966, quando o Decreto-Lei número 59 a substituiu. Em dezembro de 1971 entrou em vigor a Lei número 5.764, definindo a Política Nacional de Cooperativismo e instituindo o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para Schneider (1981), trata-se de normas com orientação claramente empresarial, estimulando a fusão das cooperativas agrícolas e a sua integração vertical. Ocasinou uma diminuição na quantidade de cooperativas, mas um aumento de sua importância na economia.

No período, as cooperativas foram utilizadas pelo governo federal como uma forma de modernizar a agricultura, uma vez que grande parte das associações localizava-se na zona rural. A Lei 5.764 de 1971, à qual a Coojournal precisou se adaptar e que ainda está em vigor, estabelece que a fiscalização e o controle das cooperativas estaria dividido entre três órgãos federais: as entidades de crédito ficariam ligadas ao Banco Central, as de habitação ao Banco Nacional de Habitação e as demais ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Logo, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre foi registrada junto ao Incra, apesar de ser uma cooperativa de trabalho urbana. A primeira cooperativa de jornalistas foi fundada em agosto de 1974, após enfrentar uma série de empecilhos legais. Kucinski (1991) cita como exemplo uma série de decretos baixados nos dois primeiros anos do regime militar, que limitava a liberdade das cooperativas. Segundo Rech (2000), a Lei 5.764 impôs uma estrutura rígida para organização de cooperativas e tantos limites que tornou difícil a sua constituição e funcionamento.

Mas além do estabelecimento de normas de funcionamento através de leis específicas para o setor, o Estado possui, ao longo da história, papel fundamental para o cooperativismo. Em alguns períodos reprimindo e em outros incentivando, de uma forma ou outra os governos

influenciaram a formação de cooperativas no Brasil. Benetti (1985b) trata de forma detalhada do tema. Dadas as funções básicas do Estado capitalista, de acumulação (criar e manter as condições para acumulação provada de capital) e legitimação (buscar a harmonia social para alcançar a legitimação da ordem social que representa), este deve intervir apenas quando os conflitos sociais ameaçam o sistema. Assim, sua atuação com relação ao cooperativismo objetiva apoiar as atividades cooperativadas e principalmente o setor agrícola a elas vinculados. “Em outras palavras, a atuação do Estado no cooperativismo deve ser entendida como uma forma privilegiada de intervenção na própria agricultura” (BENETTI, 1985b, p. 6).

Especialmente a partir da década de 1930, as cooperativas no Brasil estiveram atreladas ao Estado, que regulamenta sua criação e funcionamento, além de fiscalizá-las. “Após 1930, o tônica corporativista do associativismo proposto por Vargas se acentuou: propõe a congregação e colaboração entre as classes sociais e o controle do Estado sobre as mesmas.” (FALKEMBACH, 1985, p. 112). Mas a intervenção estatal fica mais clara ao se analisar o cooperativismo rural, conforme proposto por Loureiro (1981): a necessidade de expandir a produção agrícola brasileira, especialmente para abastecimento da zona urbana em crescimento e para exportação, levou o Estado a fomentar o cooperativismo como forma de gerar condições mais favoráveis de produção e distribuição na agricultura, além de sua modernização (ou expansão do capitalismo no campo).

Conforme dito, o cooperativismo passou a ser uma ferramenta utilizada pelo Estado para desenvolver o campo na década de 1930. Entretanto, a forma como se deu este processo deixa clara a intenção do governo em interferir e controlar estas organizações. A solução para o chamado atraso no campo, gerado principalmente pelo latifúndio, estaria, segundo o tenentismo¹¹ em geral, na organização política, econômica e social dos pequenos produtores, ou seja, da sindicalização e cooperativização. O governo claramente corporativista incentivava a representação por entidades formais (os sindicatos), que por sua vez estimulariam a formação de cooperativas (BENETTI, 1985b, p. 27). A estas, caberia suprir as lacunas deixadas pelo Estado com relação às populações marginalizadas, caracterizando um cooperativismo de bem-estar social. Porém, esse modelo caiu ainda no final da década de

¹¹ Como ficou conhecido o movimento de oficiais das forças armadas tentando intervir contra a política vigente na década de 1920. Seus objetivos eram realizar uma reforma na política, visando principalmente o fim do voto de cabresto e a corrupção (SODRÉ, 1985).

1930 pela resistência da burocracia oficial, elites políticas estaduais e grupos econômicos ligados às atividades exercidas pelas cooperativas (BENETTI, 1985b).

Considerando-se esse período é possível compreender a postura do governo com relação às cooperativas, adotada também nas décadas seguintes. Pode-se dizer que o cooperativismo no Brasil é visto como uma forma de suprir as necessidades da parcela da população marginalizada pelo capitalismo, cumprindo uma função que o Estado não exerce a contento. Além disto, trata-se em geral não de iniciativas do proletariado, como na Europa, mas de ações impostas “de cima para baixo”. No Brasil o cooperativismo aparece em geral como uma iniciativa das elites econômicas e políticas. “Não é o caso pois de um movimento social de conquista, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal. Não ocorreu a criação de uma fórmula associativa, mas apenas sua importação e adequação aos interesses das elites políticas e agrárias” (RIOS, 1989, p. 24).

Após esta fase inicial do cooperativismo como ferramenta do Estado, nas décadas seguintes o Governo passou a incentivar a produção de grãos, especialmente no Sul do país, o que pode ser exemplificado pela produção de trigo: de 100 mil toneladas em 1940, saltou para quase 1 milhão em 1955 (MÜLLER, 1981). Em 1973, as cooperativas comercializaram 45% da soja brasileira, 84% do trigo, 62% da lã e 15% da uva. Entre 1974 e 1977 as exportações brasileiras de produtos básicos realizadas por cooperativas cresceram 44,8%, atingindo 5,1% do total de exportações e 8,8% das vendas ao exterior de produtos básicos. As cooperativas detinham também um quinto da capacidade de estocagem no Brasil. Em 1975 eram 794.911 produtores cooperativados no país (SCHNEIDER, 1981).

Porém, toda esta atividade não se distribuiu de forma homogênea pelo território brasileiro. O maior número de cooperativas em 1975 foi registrado nas regiões Sul e Sudeste, que detinham 70% das cooperativas brasileiras e 80% dos produtores associados. Rio Grande do Sul e São Paulo possuíam juntos mais cooperativas e associados do que as outras três regiões brasileiras somadas (SCHNEIDER, 1981). Neste cenário, o Rio Grande do Sul alcançou destaque devido à grande quantidade de cooperativas agrícolas existentes, empreendimentos que, como recorda Duarte (1986), desenvolveram-se de acordo com as determinações do sistema capitalista, do qual fazem parte. O caráter concentrador do capitalismo pode ser verificado no cooperativismo, pois no período da centralização das empresas capitalistas (especialmente de 1970 a 1983) ocorreu também uma centralização

organizacional de empresas cooperativas, através principalmente da incorporação (DUARTE, 1986 p. 52). Em 1975, mais da metade dos recursos de crédito a cooperativas foram destinados às de trigo e soja do Sul do país (RIOS, 1989).

Devido principalmente ao seu caráter corporativista e ao fato de muitas cooperativas serem na realidade iniciativas impostas aos trabalhadores pela classe patronal, o cooperativismo nacional sofre, segundo Búrigo (2010), com a falta de identificação política com demandas sociais, o que se acentuou no final do século XX. O autor aponta que isso ficou mais evidente com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969, cujo objetivo era centralizar o cooperativismo nacional. No entanto, com apoio de grandes produtores rurais, do Ministério da Agricultura e do governo militar, a entidade conseguiu canalizar investimentos e privilégios às filiadas, beneficiando especialmente as grandes cooperativas agropecuárias. Nos anos 80, a OCB reforçou sua imagem conservadora ao não participar das lutas pela redemocratização e pela formação de sindicatos, além de ter conduzido campanha para evitar mudanças na legislação do setor, que tiraria dela a condição de única representante do sistema cooperativista nacional. A lei só foi alterada com a Constituição de 1988, artigo 5º, inciso XVIII, que garante a liberdade de associação, proibindo ingerência do Estado no setor (BÚRIGO, 2010).

Já a década de 1990 foi marcada pelo crescimento do cooperativismo no Brasil, principalmente após 1994, com a estabilidade monetária trazida pelo Real. Proliferaram especialmente as cooperativas urbanas. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) do Ministério do Trabalho, atualmente existem no Brasil 21.861 organizações caracterizadas como de economia solidária, que engloba iniciativas além do cooperativismo, como associações, grupos informais e sociedades mercantis. Destas, o órgão federal aponta a existência de 2.115 cooperativas (SIES, 2011).

1.4 Cooperativismo gaúcho e a entrada do capitalismo no campo

A história do cooperativismo no Rio Grande do Sul remete ao início do século passado. Búrigo (2010) relata que a primeira cooperativa de crédito do Brasil foi fundada em 1902 na região de Nova Petrópolis por um padre jesuíta, a fim de ajudar os colonos alemães. Em 1906 foi criada outra no município de Lajeado. Desde então, foi na região Sul que a

proposta cooperativista mais se firmou. Até a década de 1940 foram criadas 55 cooperativas de crédito no estado, processo que serviu para integrar os pequenos agricultores e os pequenos comerciantes. Com o apoio das entidades religiosas, se desencadeou “uma cultura política e organizacional de rica expressividade e forjaram um ambiente de cooperação em que as instituições com preocupações solidárias estavam quase sempre presentes” (BÚRIGO, 2010, p. 93).

Para Duarte (1986), o cooperativismo agrícola se desenvolveu no Rio Grande do Sul como instrumento que viabilizou a penetração e a expansão do capitalismo no meio rural, sendo então mais do que um sistema econômico alternativo como seus pioneiros propuseram. Serviu como uma tentativa de solução dos problemas gerados pela penetração do modo de produção capitalista no campo, ao mesmo tempo em que visava facilitar este processo e auxiliar a modernização do campo. Assim, a pesquisadora aponta três elementos presentes na genealogia do cooperativismo agrícola do estado: a evolução da pequena produção com penetração do capitalismo, os intermediários na venda dos produtos coloniais e o Estado. Os produtores buscavam no cooperativismo uma reação contra a ação dos intermediários na comercialização dos seus produtos, o que provocava a diminuição do seu lucro. O terceiro elemento – o Estado – atuou incentivando a associação, pelos motivos explicitados anteriormente (DUARTE, 1986).

No entanto, esse primeiro movimento do cooperativismo no Rio Grande do Sul fracassou, tendo inclusive durado apenas um ano a primeira associação de cooperativas, a União das Cooperativas do Rio Grande do Sul, dissolvida em 1913. O cooperativismo ressurgiu só 15 anos mais tarde, novamente como reação dos pequenos produtores coloniais à descapitalização e aos problemas que enfrentavam, agravados pelas transformações capitalistas que se sentia a nível nacional e regional (DUARTE, 1986). Em 1929 e 1930 foram criadas inúmeras cooperativas de produtores, especialmente de suínos, com o objetivo de enfrentar os comerciantes de banha. Enquanto as cooperativas mistas se proliferavam na zona rural, na urbana cresciam as cooperativas de consumo. No período também surgiram cooperativas de laticínios, vinícolas, madeireiras e de fumo (FALKEMBACH, 1985).

Nesse momento, o Estado passou a intervir, tutelando e estimulando o cooperativismo, pois esta forma de organização se adequava aos interesses do novo modelo de desenvolvimento nacional. No período, houve fechamento do comércio internacional e, no

Brasil, crise do setor cafeeiro pela falta de mercado, substituição de importações e industrialização de bens não duráveis. A agricultura ganhou papel primordial, pois coube a ela a função de produzir alimentos para o mercado interno, barateando o custo da força de trabalho urbano, então em expansão. As cooperativas eram vistas como forma de organizar a produção em moldes associativos, atendendo aos interesses do Estado e dos produtores (DUARTE, 1986 p. 38).

Neste período, predominavam cooperativas mistas ou coloniais. O cooperativismo era movimento eminentemente comunitário, de pequenos grupos de produtores e pequenas organizações associativas. Na década de 1950, cerca de 600 cooperativas de comercialização de produtos agrícolas funcionavam no Rio Grande do Sul. “Essas cooperativas, que não chegaram a se constituir de fato num movimento orgânico, cumpriram de forma satisfatória com seu objetivo principal que foi dar maior estabilidade ao mercado da produção ‘colonial’” (FALKEMBACH, 1985, p. 113). Um dos exemplos da utilização das cooperativas pelo Estado visando promover o desenvolvimento rural é citado por Müller (1981): em 1957 o Estado condicionou a doação das unidades armazenadoras no interior do Rio Grande do Sul à formação de cooperativas de tricultores, que passaram a ser intermediárias entre os produtores de trigo e o Banco do Brasil. Como consequência, só em 1957 foram criadas 20 cooperativas tritícolas no estado. Além disso, é importante notar que no período modificou-se a estrutura produtiva do setor rural e, conseqüentemente, do cooperativismo gaúcho.

De um lado apresenta-se o Estado, interessado na modernização da agricultura e na produção de grãos, criando condições favoráveis às organizações cooperativas desenvolvidas em moldes empresariais, através de injeção de crédito subsidiado e de infra-estrutura de armazenamento; de outro, apresenta-se uma nova camada de agricultores capitalista que se propunha a investir na agricultura moderna e especializada, e a associar-se em cooperativas tritícolas. [sic] (DUARTE, 1986 p. 47)

A partir do fim da década o setor rural e o cooperativismo agrícola sofreriam profundas transformações, devido ao novo modelo de desenvolvimento nacional inserido no padrão de acumulação capitalista internacional baseado no incentivo ao desenvolvimento industrial de bens duráveis e do complexo agroindustrial de capital nacional e internacional. A introdução de tecnologia no setor rural e a preocupação em produzir para o mercado externo fez com que o Estado visse o cooperativismo como um dos instrumentos que melhor viabilizaria a execução de políticas econômicas para o setor rural, inserindo-o no novo padrão de acumulação de capital. Entre as vantagens das cooperativas estavam reduzir custos

operacionais e gastos com circulação da produção, facultar a compra de grãos, oportunizar a difusão de tecnologia e garantir maior produtividade da lavoura. Por isso, os processos de formação e desenvolvimento do cooperativismo gaúcho devem ser vistos como resultado das políticas estatais de estímulo e a capacidade e anseio dos produtores de auto-organização. “O que equivale a dizer que assim como sem o auxílio estatal o cooperativismo não prosperaria, também cairiam no vazio as políticas de fomento, se não fosse a firme determinação dos produtores a defender organizadamente seus interesses” (BENETTI, 1985a, p. 41). Outro aspecto apontado pela autora com relação aos incentivos estatais às cooperativas são os interesses políticos, pois o governo buscava incentivar o associativismo a fim de neutralizar os fortes movimentos sociais surgidos nas antigas regiões coloniais.

Porém, o cooperativismo ainda era inexpressivo economicamente e sem estrutura que possibilitasse sua operação conforme requeria o Estado. No mercado competitivo do novo modelo econômico, restou ao cooperativismo se transformar, através da modernização organizacional e da expansão econômica (DUARTE, 1986).

Resultou daí um novo momento no cooperativismo gaúcho, caracterizado pela concentração em entidades com organização semelhante às empresas capitalistas. Três elementos principais fizeram parte desta transição para um cooperativismo empresarial, registrado especialmente nas organizações ligadas ao cultivo do trigo e da soja: incentivos governamentais (especialmente crédito subsidiado às cooperativas), os granjeiros (com capital acumulado em atividades rurais e urbanas) e os pequenos produtores coloniais. “Desta forma, o cooperativismo empresarial foi um dos instrumentos que viabilizou a penetração do capitalismo no setor rural gaúcho” (DUARTE, 1986 p. 43). As que não se adequaram à nova realidade, acabaram desaparecendo ou sendo incorporadas por outras cooperativas.

O exemplo mais recorrente do cooperativismo empresarial são as cooperativas tritícolas gaúchas. Estas organizações, estudadas por Benetti (1985a), registraram um grande crescimento entre 1957 e 1980, especialmente em meados da década de 1960. Isso ocorreu devido principalmente a dois fatores: a centralização da comercialização nas cooperativas, causada pela diminuição de outros intermediários e pelo “monopólio” da comercialização outorgado pelo Estado, e a incorporação de novos produtores (BENETTI, 1985a). O incentivo do Estado às cooperativas agrícolas continuava, pois em 1967 o Ministério do Planejamento anunciou programas de modernização para estimular a iniciativa privada no setor agrícola,

intensificar a assistência técnica, ampliar os incentivos financeiros e integrar no sistema de abastecimento mecanismos bancários eficientes para incentivar a criação de cooperativas e empresas agrícolas (DELGADO, 1985). O início da década de 1970 é reconhecido por Benetti (1985a) como de formação da multicooperativa, pois nesse período os empreendimentos ampliaram seu leque de atividades.

Como exemplo da importância do setor no Rio Grande do Sul, pode-se citar dados da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs). Segundo a entidade, em maio de 2010 eram 779 cooperativas filiadas. Já o Ministério do Trabalho registra atualmente a existência de 382 cooperativas. Quando se trata de empreendimentos baseados na economia solidária no estado, o que, como dito, não se resume às cooperativas, mas contempla também associações, sociedade e grupos informais, o número salta para 2.085. Conforme dados do Sies (2011), na década de 1970 foram criados 28 empreendimentos no Rio Grande do Sul, número que cresceu nas décadas seguintes: de 1981 a 1990 foram 193, de 1991 a 2000 o número saltou para 788 e, na primeira década do século XXI, foram criados 1024. Do total de empreendimentos solidários no Rio Grande do Sul atualmente, 791 são rurais, 862 urbanos e 420 contemplam ambos. Ao todo, são mais de 364 mil pessoas envolvidas nestes projetos. Mesmo assim, segundo Búrigo (2010), o cooperativismo continua tendo menos expressão que em outros países.

1.5 Governos militares: o cooperativismo como ferramenta das elites rurais

Há quem afirme que durante o regime militar (1964-1984) as cooperativas não receberam incentivos; pelo contrário, medidas tomadas pelos militares teriam restringido ainda mais a atuação das mesmas. O que ocorreu com as cooperativas de crédito exemplificaria o período: “Aqui, no Brasil, a política de concentração do capital financeiro estimulada pelos governos militares extinguiu uma ativa rede municipal de cooperativas de crédito rural, favorecendo a concentração bancária e burocrática em detrimento da descentralização de caráter associativo” (RIOS, 1989, p. 45). Porém, Benetti (1985a) diz que o cooperativismo rural foi muito beneficiado pelas políticas públicas de incentivo aos setores agrícolas.

Com relação especialmente às tritícolas, Benetti (1985a) afirma que houve um surto de crescimento a partir de meados da década de 1960. Na década de 1970, a concentração observada nas empresas passou a ocorrer também nas cooperativas. Duarte (1986) recorda que no período as cooperativas coloniais de pequenos produtores foram em sua maioria fechadas ou incorporadas por organizações maiores. Por isso, observa-se que as cooperativas bem sucedidas adotaram formas de gestão e organização empresariais, inserindo-se na realidade capitalista de forma semelhante às empresas.

Para se ter uma idéia da importância da produção de trigo e de soja no Rio Grande do Sul e o importante papel desempenhado pelas cooperativas do setor, basta recordar que em 1979 a Cooperativa Regional Tritícola Serrana (Cotrijuí), a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (Fecotrigo) e a Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo (Cotrisa) ocupavam respectivamente o 69º, 223º e 237º lugares entre as 500 maiores empresas brasileiras, conforme dados recolhidos por Benetti (1985a). Entre 1967 e 1977, as cooperativas filiadas à Fecotrigo foram responsáveis por 90% da produção estadual de trigo¹². A mesma organização era responsável por beneficiar um milhão de toneladas de soja por ano, sendo uma das maiores do ramo. As cooperativas se destacavam também nas exportações, setor no qual a Cotrisa foi em 1977 a principal exportadora de grãos do país. Consolidava-se então o reconhecimento do Rio Grande do Sul como “celeiro do país” e local de grande desenvolvimento de cooperativas (BENETTI, 1985a).

Principalmente a partir da década de 1970, a modernização conservadora adotada no campo teve como conseqüências a concentração de terra e renda, o êxodo, o empobrecimento e o desemprego na zona rural. “Houve uma profunda transformação da estrutura do setor agrário brasileiro, impulsionada por uma rápida e intensiva modificação da base técnica e pela integração de capitais agrícolas, industriais e financeiros” (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2003, p. 145). Houve um aumento da importância do cooperativismo na economia, mas com

¹² Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Comida e Agricultura (FAOSTADT – Food and Agriculture Organization of the United Nations), em 1961 o Brasil figurava em 12º lugar no ranking da produção de trigo mourisco mundial, com uma produção de 500 toneladas. Já em 1970, o país ocupava o 6º lugar e em 1980 o 5º, com produções, respectivas, de 10.500 e 27.000 toneladas (FAOSTADT, 1961, 1970 e 1980). Ou seja, ao longo de 20 anos o país ampliou muito a sua participação na produção de trigo mundial. Independente da colocação do Brasil no ranking de produção mundial, o Rio Grande do Sul teve importante participação na produção brasileira até a década de 1970. Conforme o Censo Agropecuário do IBGE (1960, 1970 e 1980), em 1960 a produção gaúcha correspondeu a 75% da nacional, em 1970 a 83% e em 1975 a 71%, caindo para apenas 38% de participação em 1980.

um distanciamento das diretrizes originais do movimento. Devido às muitas fusões, diminuiu a quantidade de cooperativas (SCHNEIDER, 1981).

Assim, pode-se questionar a postura do governo com relação às cooperativas. Houve um incentivo ao cooperativismo, seguido de uma postura claramente favorável aos grandes produtores rurais. O cooperativismo agrícola no estado passou a ser utilizado como uma ferramenta das elites rurais e as iniciativas dos pequenos produtores, que não adotam os preceitos empresariais de gestão e seguem os princípios do cooperativismo de Rochdale, acabaram sendo incorporadas pelas grandes cooperativas de tricultores. Ou seja, “as cooperativas coloniais, que surgiram da iniciativa dos pequenos produtores, foram, na sua maioria, canceladas e/ou incorporadas, permanecendo em funcionamento apenas as cooperativas que surgiram da iniciativa da burguesia rural” (DUARTE, 1986 p. 57).

Ao mesmo tempo em que algumas cooperativas se tornavam grandes empresas e davam forma ao setor do “agronegócio”, várias cooperativas de menor porte eram incorporadas ou obrigadas a se fundir, seguindo o modelo estratégico que a OCB e o governo estabeleciam para o setor. Outras acabaram sendo liquidadas por apresentarem fragilidades no seu controle social, por problemas de má gestão ou desvios financeiros. Essas mazelas, além de prejudicarem milhares de associados, redundaram na formação de uma imagem negativa do cooperativismo nacional, que perdura em certas regiões do país e prejudica a gênese de novas cooperativas. (BÚRIGO, 2010, p. 55-56)

Apesar disto, oficialmente o cooperativismo era incentivado. Tanto que, conforme dito, é de 1971 a Lei número 5.764, que dá as diretrizes ao cooperativismo. Mas o setor que enfrentou mais problemas com o regime militar foi o cooperativismo de crédito. Búrigo (2010) recorda que só no Rio Grande do Sul, no fim da década de 1960, fecharam mais de 50 cooperativas de crédito. Para Rech (2000), a Lei 5.764 de 1971 contribuiu para a decadência do cooperativismo brasileiro nas décadas seguintes, pois facilitou a concentração das cooperativas nas mãos dos grandes produtores e industriais.

Mas período realmente difícil viveu o cooperativismo no final da década de 1970. Segundo Benetti (1985a), ocorreram diversas safras ruins de trigo e soja no período, prejudicando as operações das cooperativas tritícolas. Houve igualmente uma redução na rentabilidade destas lavouras e efeitos contrários devido a alterações na política de crédito agrícola a partir de 1976, com menos volume de financiamentos para o setor. “Por fim, as dificuldades do sistema cooperativista refletem a tendência à estabilização do ritmo de crescimento da lavoura de soja no Estado” (BENETTI, 1985a, p. 95).

Todos esses movimentos do cooperativismo brasileiro não ocorreram apenas devido ao incentivo do Estado ou à vontade dos trabalhadores. Como lembra Pinho (1977), nenhuma cooperativa existe de forma isolada, sem o ambiente que a cerca. Uma organização deste tipo é influenciada, por exemplo, pelos concorrentes no ramo de atuação da cooperativa, pela política estatal para o setor, pela comunidade na qual está inserida, pelo mercado, pela demanda do seu produto, pela economia do país ou mesmo por problemas políticos. Mas ao mesmo tempo em que são influenciadas, as cooperativas também influenciam o ambiente, “quer através de mudanças provocadas por inovações tecnológicas, criação de economias externas, emprego de mão-de-obra local, e outras, quer através de resistências, de adaptações do meio às suas necessidades etc.” (PINHO, 1977, p. 37).

Schneider (1981) reforça que as condições estruturais são determinantes para o funcionamento do cooperativismo, sendo necessário então situar as iniciativas em um contexto maior. Por isso, torna-se necessário compreender a realidade no período de funcionamento da Coojornal, bem como alguns fatos relevantes que levaram à conjuntura política e econômica da época. Só assim é possível compreender de fato o papel cumprido pela primeira cooperativa de jornalistas do país.

Assim como Duarte (1986), o presente trabalho busca olhar o fenômeno do cooperativismo em uma perspectiva histórico-estrutural, considerando-o um processo único, inserido em uma realidade maior “que comporta a inter-relação de seus elementos e articulações, muitas vezes contraditórias, determinadas historicamente enquanto decorrentes da estrutura social da qual emergem.” (DUARTE, 1986 p. 22). Cabe recordar as duas perspectivas de estudos sobre cooperativismo elencadas pela pesquisadora: a primeira vê o fenômeno como um modelo econômico alternativo entre o capitalismo e o socialismo, caracterizando as cooperativas como empresas e sociedades de pessoas; a segunda o percebe na totalidade em que está inserido, observando a conexão histórica entre o cooperativismo e o contexto onde ele surge e se desenvolve. Opta-se pela segunda perspectiva. Portanto, torna-se relevante agora lançar um olhar a respeito da realidade brasileira no período.

2 BRASIL: INSTABILIDADES POLÍTICAS E VARIADOS MODELOS ECONÔMICOS

A história do Brasil como república independente é marcada por muitos períodos de instabilidade política, bem como por políticas econômicas que variam desde o extremo nacionalismo até o liberalismo e o desenvolvimento dependente ou associado. Pode-se exemplificar estas variações com o período de 1930 a 1970. Segundo Ianni (1977), nestas décadas a história econômica brasileira mostra movimentos perpendiculares que variam desde o projeto de criar um capitalismo nacional até a tentativa de desenvolvimento socialista, passando pela implantação de um sistema capitalista associado, predominando, entretanto, a última alternativa. “Nem o projeto de capitalismo nacional, nem o projeto de desenvolvimento socialista chegaram a impor-se. Ao contrário, eles existiram muito mais em nível ideológico. E somente o projeto de capitalismo nacional foi ensaiado em algumas ocasiões.” (IANNI, 1977, p. 309).

A fim de compreender como se estruturou e se manteve em funcionamento durante nove anos a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal), é preciso entender a realidade política e econômica brasileira no período. Antes, porém, cabe voltar no tempo a fim de demonstrar que as instabilidades políticas marcaram a história do Brasil como república independente. Além disso, é importante verificar quais processos levaram o país a entrar em um regime militar a partir de 1964, para após verificar com maior clareza as políticas adotadas pelos governos militares com relação à economia brasileira, à política trabalhista e ao cooperativismo. Isto se mostra necessário para entender a realidade que levou centenas de jornalistas a buscar no cooperativismo uma alternativa de renda e de jornalismo independente.

O regime político imposto a partir de 1964 pode ser caracterizado como autoritário de direita. No campo econômico, o país adotou políticas visando o rápido crescimento, baseado principalmente em investimentos internacionais e em planos que visavam essencialmente o controle da inflação e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). As proposições políticas e econômicas dos governos brasileiros são explicitadas adiante, seguidas de um relato a respeito do regime militar no qual nasceu a Coojornal.

2.1 Primeira República: o Brasil rural de capitalismo dependente

A Proclamação da República, em 1889, resultou de um processo que teve início com a Proclamação da Independência em 1822, conseqüência do grande crescimento econômico do Brasil, incompatível com seu estatuto de colônia portuguesa. Segundo Prado Júnior (1980), a Constituição de 1822 era a manifestação dos interesses da classe dominante, deixando claro que o país buscava, além da soberania nacional, liberdade econômica. Sodré (1985) mostra que no período a sociedade brasileira era dominada pela nobreza imperial, uma classe agrária cujo poder era mensurado, até a Lei Áurea, pela propriedade de escravos e terras. Porém, no final do século XIX já começava a se expandir a burguesia, com a ampliação do comércio.

O período entre 1822 e 1889 é marcado pela exportação de produtos agrícolas e importação de bens manufaturados, posição que se manteria por um longo período. Tratava-se de um país especializado na produção dependente do mercado externo e com um mercado interno débil. As principais características econômicas do período podem ser resumidas a três: “1) preponderância da exportação; 2) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola; 3) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico.” (FERNANDES, 1987 p. 87). Com a Proclamação da República, teve início uma nova fase na evolução política brasileira, mas muitos aspectos econômicos continuaram iguais à economia colonial.

A herança que a República encontrou foi a de um país que se assemelhava a uma grande fazenda mal administrada, em que, internamente, uma estrutura agrário-exportadora impunha as medidas que lhe preservavam os interesses, enquanto, externamente, dependia das exigências imperialistas, denunciadas nas diferenças negativas na troca de mercadorias e no pesado e crescente ônus do serviço da dívida externa (SODRÉ, 1985, p. 12-13)

O período entre 1890 e 1930, chamado Primeira República, caracterizou-se por uma preocupação do Estado com os interesses agroexportadores. A industrialização não era prioridade do governo e o Brasil ainda era reconhecido como essencialmente agrícola. Apesar disso, os governos desta fase adotaram algumas medidas para incentivar a importação de maquinaria. “Resumindo, se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial.” (FAUSTO, 2000, p. 289).

É igualmente neste período que teve início a aproximação entre Brasil e Estados Unidos, postura que caracteriza a opção brasileira pelo desenvolvimento dependente e associado, adotada ao longo de praticamente toda sua história (SINGER, 1998). Fausto (2000) recorda que apesar de a maior parte dos empréstimos e investimentos ainda se originar da Inglaterra, o país norte-americano já aparecia como principal importador do café brasileiro (principal produto de exportação nesta época). Com o passar dos anos, a tendência a manter um relacionamento mais próximo com os Estados Unidos foi aumentando, ficando mais evidente na década de 1920, quando o valor das importações deste país superou as da Grã-Bretanha.

Outra característica da Primeira República que predominou nas décadas seguintes diz respeito ao papel do capital estrangeiro, concentrado em setores estratégicos. Também data deste período o surgimento das primeiras grandes organizações de trabalhadores, como partidos que se diziam operários, sindicatos e a organização de greves, além da tentativa dos anarquistas de organizarem os trabalhadores em nível nacional através da Confederação Operária Brasileira, criada em 1906 (FAUSTO, 2000). No entanto, a classe média urbana passou a participar mais ativamente da política apenas após a Primeira Guerra Mundial, tendendo a apoiar o liberalismo.

Entre o final do século XIX e o início do XX registrou-se pouca industrialização, mas houve crescimento do setor terciário e da urbanização, com o surgimento de novos grupos sociais, como os núcleos proletários e as primeiras manifestações da burguesia industrial, além do grande aumento da parcela da população situada na classe média. Foi neste cenário que, na década de 1920, começaram a aparecer novos atores políticos. Ianni (1977) lembra que data do período o surgimento de movimentos políticos e artísticos. No campo político o autor destaca como exemplos o nascimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do tenentismo e do partido de inspiração fascista Legião do Cruzeiro do Sul. Já no meio artístico, o fato mais importante foi a Semana de Arte Moderna de 1922.

Também neste período se consolidaram algumas posturas que o Brasil adotaria nas décadas seguintes. Fernandes (1987, p. 224) identifica três fases do desenvolvimento capitalista na história moderna do Brasil, com início ainda no período do Brasil colônia: “a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista”. A

primeira, de transição neocolonial, corresponde ao período desde a abertura dos portos até logo depois da metade do século XIX. Já a formação e expansão do capitalismo competitivo, com a consolidação do mercado, se estende até a década de 1950. Segue-se a última fase, marcada pela reorganização do mercado e do sistema de produção pelas operações das grandes corporações, que adquire caráter estrutural após 1964. Segundo o autor, depois da Revolução de 1930 cristaliza-se a decisão interna de adotar um modelo capitalista dependente, permitindo, facilitando e acelerando o capitalismo monopolista. Esta postura se tornará o “principal dínamo político de todo o processo” após o golpe militar de 1964 (FERNANDES, 1987 p. 258).

2.2 Com Vargas, o populismo toma o poder

O século XX foi marcado pela presença de dois períodos com governos ditatoriais, que se utilizaram sistematicamente da repressão e do autoritarismo como política governamental: o governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, e o Regime Militar, de 1964 a 1984. Ambos tiveram origem em crises políticas e iniciaram através de golpes, pela deposição dos presidentes.

O caminho de Vargas ao poder teve início em 1929, quando lançaram-se as candidaturas a presidente de Júlio Prestes, candidato apoiado pelo então presidente Washington Luís, do Partido Republicano Paulista, participante da chamada República Café com Leite, que defendia os interesses da elite agrária através da sucessão presidencial de paulistas e mineiros, e Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, de oposição, com posturas mais populistas e visando reformas sociais que agradavam aos operários (FAUSTO, 1975). As eleições de 1930 foram vencidas pelo candidato do governo, apesar de a Aliança Liberal ter conquistado o apoio da massa operária. Entre as principais propostas da candidatura de Vargas estavam o incentivo à produção nacional de outros produtos além do café, combate aos esquemas de valorização do café e medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão dos beneficiados pelo direito à aposentadoria, aplicação da lei de férias e a regulamentação do trabalho de menores e das mulheres (FAUSTO, 2000).

Em 3 de outubro teve início um levante em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, cujo objetivo foi levar Getúlio Vargas ao poder, apesar de ter perdido as eleições. O gaúcho tomou

posse em 3 de novembro de 1930, marcando o fim da Primeira República (FAUSTO, 2000). O governo centralizou o poder nas mãos do Executivo e, principalmente, na figura do presidente. Vargas dissolveu o Congresso Nacional e os poderes legislativos estaduais e municipais, além de demitir todos os governadores (exceto o de Minas Gerais) e nomear interventores em seus lugares, ainda no ano em que tomou posse. Para Ianni (1977), a chamada Revolução de 1930 foi uma ruptura política, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico das décadas anteriores. Isso porque o presidente, apoiado pela classe média, defendia a aplicação de políticas sociais e mudanças no setor agrário, para que o país deixasse de ser um grande exportador apenas de café.

Getúlio Vargas assumiu a presidência como chefe de um governo que seria provisório. Nos anos seguintes, diz Resende (2005, p. 4-5), o que se viu foi “uma exacerbação do autoritarismo [...] com intenção explícita de controlar corações e mentes dos brasileiros”. Para ganhar legitimidade, o governo buscou o apoio das massas, como em geral ocorre com os governos populistas. A fim de fortalecer a indústria de base, adotou a substituição das importações, postura que ganhou força pelos problemas do balanço de pagamentos desde 1930 e pelos riscos de uma guerra mundial, o que geraria grandes restrições às importações. Até 1942 não houve um planejamento geral, propondo-se ações para cada setor específico. Com a continuidade da guerra e a entrada do Brasil no conflito, o governo passou a supervisionar de forma mais consistente a economia (FAUSTO, 2000, p. 370). Na época, a tônica dos discursos dos governantes, bem como das diretrizes constitucionais e mesmo nas ações do Estado, era o nacionalismo (IANNI, 1977).

No setor econômico, o governo Vargas trabalhou para promover a industrialização; na questão social, buscou dar mais proteção aos trabalhadores urbanos; e com relação às Forças Armadas, utilizou-se principalmente do Exército para manter a ordem interna e como suporte para a criação de uma indústria de base. Em suma, “o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho de Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana.” (FAUSTO, 2000, p. 327). Na prática, segundo Ianni (1977), grande parte da política econômica adotada entre 1930 e 1945 refletia os interesses dos grupos econômicos e políticos a fim de reestruturar a dependência da economia brasileira do capital internacional.

Já com relação aos trabalhadores, adotou-se uma política trabalhista inovadora, reprimindo as formas de organização trabalhistas que não fossem controladas pelo Estado. Tanto que em 1931, o Decreto nº 19.770 estabeleceu o enquadramento dos sindicatos, definindo-os como “órgão consultivo e de colaboração com o poder público. Adotou-se o princípio da unidade sindical, ou seja, do reconhecimento pelo Estado de um único sindicato por categoria profissional.” (FAUSTO, 2000, p. 335). Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, a organização e o funcionamento dos sindicatos passaram a depender do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (IANNI, 1977).

O período de 1930 a 1945 foi marcado pelo estabelecimento ou reformulação de muitos direitos trabalhistas, como salário mínimo, jornada máxima de oito horas, igualdade salarial (independente de idade, sexo, estado civil ou nacionalidade), repouso semanal remunerado, férias remuneradas, proibição de trabalho para menores de 14 anos e à noite para menores de 16 anos, assistência médica, carteira profissional, regras jurídicas para funcionamento de sindicatos, federações e confederações. Logo o sindicalismo passou a fazer parte do sistema político-administrativo estatal. Mas para Ianni (1977), a legislação trabalhista criada durante o governo Vargas não teve como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, mas sim a formalização das relações políticas entre as classes sociais urbanas, ou seja, pacificar as relações entre vendedores e compradores de mão-de-obra. Tal ação teria sido motivada pelo desenvolvimento de novas técnicas de ação política na zona urbana, pois havia aumentado os movimentos e lutas operárias.

Vargas chegou ao poder como chefe de um governo provisório, mas em 1937 outro golpe o manteve na presidência por mais oito anos. Tropas da Polícia Militar impediram congressistas eleitos de entrarem no Congresso, iniciando assim o Estado Novo.

Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. (FAUSTO, 2000, p. 367)

No campo político, o Estado recorria às classes populares, ainda desarticuladas, para obter legitimidade. Para isso, segundo Goldenstein (1987), buscava atender, ao menos em

parte, as necessidades desta parcela da população e promoveu lentamente a sua incorporação política.

Desde o fim do período colonial diminuía cada vez mais a influência da Inglaterra sobre o Brasil, enquanto os Estados Unidos consolidavam uma hegemonia inédita sobre o país (FERNANDES, 1987). A tendência observada no período era para a associação com capitais estrangeiros norte-americanos e alemães. Entretanto, a proximidade com os Estados Unidos ficou mais evidente com o ingresso no Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, quando se associou e subordinou-se às diretrizes norte-americanas. Esta postura freou a industrialização e a emancipação econômica brasileira, mostrando que “o projeto de capitalismo nacional não só foi pouco elaborado politicamente, mas já surgiu num contexto histórico dominado pela redefinição da hegemonia econômica, política, militar e cultural dos Estados Unidos.” (IANNI, 1977, p. 71).

Getúlio Vargas deixou a presidência, em 29 de outubro de 1945, da mesma forma que nela chegou: através de um golpe de Estado organizado por forças civis e militares. “Em seguida, iniciou-se um programa de desmantelamento de quase tudo que estivesse identificado com a ditadura do Estado Novo e a figura de Vargas. A própria estrutura do Estado passou a ser reformulada” (IANNI, 1977, p. 75). Com a redemocratização e a Constituição Democrática de 1946, surgiram diversos partidos e lideranças das mais diversas ideologias. De 1945 até o Golpe Militar de 1964, o país viveu uma fase de renovação cultural, durante um dos poucos períodos democráticos da história (ORTIZ, 1989). Iniciava-se um período democrático, porém conturbado, na política brasileira.

2.3 Democracia populista e crise política

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, Fernandes (1987) aponta que teve início uma nova era. O capitalismo lutava por sua sobrevivência em todos os lugares onde não havia ocorrido revoluções socialistas bem-sucedidas. Isso porque mesmo nestes locais existiam crescentes movimentos socialistas. Os países subdesenvolvidos¹³ passaram a ser vistos como

¹³ No presente trabalho optou-se pela utilização dos conceitos desenvolvido e subdesenvolvido ao invés de outros termos em uso, como desenvolvidos e emergentes, periférico e central, ou primeiro, segundo e terceiro mundos. A escolha se deu em virtude de estes serem os termos adotados recorrentemente nas referências

áreas vitais ao capitalismo, pois as economias centrais necessitavam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para que ocorresse a expansão do capitalismo.

Após a deposição de Vargas, o Brasil adotou abertamente o princípio de abertura ao capital estrangeiro, o que inspirou a Constituição de 1946 e a política governamental da segunda metade da década de 1940. Para Fausto (2000), tratava-se de um documento liberal-democrático, que definiu o Brasil como uma República Federativa e distribuiu atribuições à União, aos estados e aos municípios, bem como aos três poderes. Segundo Ianni (1977), diminuiu o intervencionismo e foi facilitada a entrada e saída do capital estrangeiro. “Passou-se de uma política de desenvolvimento econômico e intervenção estatal na economia para uma política de redução das funções econômicas do poder público e descompromisso com o desenvolvimento econômico.” (IANNI, 1977, p. 83).

Segundo Goldenstein (1987), após 1945 nenhum político poderia ser bem-sucedido se ignorasse as classes populares, que haviam ganhado espaço ao longo do governo Vargas. Vivia-se o entusiasmo da volta à democracia. O governo presidencial do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) foi marcado, inicialmente, pelo respeito à legalidade. “É comum lembrar que, em caso de dúvida sobre alguma decisão, o general perguntava o que dizia o ‘livrinho’ – a Constituição – e seguia o que aí estava escrito. Mas, quando se tratava dos comunistas e dos trabalhadores organizados, o legalismo era muitas vezes esquecido.” (FAUSTO, 2000, p. 401).

Proliferavam as mais diversas correntes políticas e crescia o Partido Comunista do Brasil (PCB), que em pouco tempo se tornou o quarto partido em força eleitoral e um dos primeiros com relação à capacidade de organização e mobilização das massas. Logo, o governo começou a reagir ao crescimento das ideologias de extrema esquerda. Já em 1946 foram demitidos funcionários públicos federais membros do Partido Comunista e logo teve início a repressão com uso de violência. O registro do partido e os mandatos dos seus

bibliográficas consultadas, como Schramm (1970), Cardoso (1979), Cardoso e Faletto (2004) e Singer (1998). Para Schramm (1970), os países desenvolvidos são aqueles que passaram pela Revolução Industrial ou seu equivalente, enquanto os subdesenvolvidos não passaram por estas transformações ou ela ocorreu de maneira limitada, restrita apenas a alguns setores. Já Cardoso e Faletto (2004) apontam que estes conceitos envolvem a idéia de diferenciação de etapas do sistema produtivo, bem como da posição na estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Subdesenvolvimento seria normalmente empregado para designar países onde o setor primário predomina no sistema econômico, há grande concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e predomínio do mercado externo sobre o interno. Esses pontos, entretanto, não contemplariam todas as características destas economias.

deputados foram cassados em 1947 (IANNI, 1977). À medida que crescia a campanha anticomunista, aumentava a importância do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como representante do proletariado industrial nos centros urbanos. Com o líder popular Luiz Carlos Prestes na clandestinidade, ressurgiu Vargas como líder popular. Para Almeida (2004), a República de 1946 foi caracterizada por instabilidades políticas, o que se tornou um entrave para os governos realizarem planejamentos econômicos e para a própria administração.

O ex-ditador Getúlio Vargas voltou à presidência em 31 de janeiro de 1951, eleito pelo voto direto. Mas não chegou a terminar o seu mandato, pois se suicidou em agosto de 1954. Durante o seu governo, buscou incentivar o desenvolvimento econômico com foco na industrialização e grandes investimentos públicos em transportes e energia (FAUSTO, 2000). Segundo Beskow (1999), seu governo foi marcado pela intensificação da intervenção estatal no setor agrícola. Entre as dificuldades enfrentadas pelo governo estavam a inflação, o desequilíbrio da balança de pagamentos, a necessidade de importação de máquinas e equipamentos, a insuficiência de energia e transporte e de oferta de gêneros alimentícios para os centros urbanos em expansão (IANNI, 1977). Enquanto Vargas esteve no poder, abandonou as diretrizes liberais, apostando na intervenção do Estado na economia. Com isso, houve aceleração do desenvolvimento industrial.

Além de não ter o apoio do Congresso e do Poder Público em geral, ainda comprometidos com a política econômica anti-intervencionista do governo anterior, Getúlio Vargas, ao voltar ao poder, encontrou uma sociedade bastante diferente. Os setores industrial e terciário haviam crescido, assim como cresceram os centros urbanos dominantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e Salvador (IANNI, 1977). Em 1954 as contradições internas estavam mais explícitas e os conflitos de classe quase se desdobraram em uma “luta de classes aberta e violenta. Naquele momento, a sociedade brasileira viveu uma situação pré-revolucionária.” (IANNI, 1977, p. 132). Com o suicídio de Vargas, veio a instabilidade política.

De agosto de 1954 até a posse do presidente Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956, o Brasil foi governado pelo vice-presidente João Café Filho, pelo presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz e pelo presidente do Senado Nereu Ramos. Houve também o golpe de Estado de 11 de novembro de 1955, encabeçado pelo General Henrique Teixeira Lott, chamado golpe preventivo ou contragolpe porque seu objetivo foi, supostamente, garantir que

os partidos derrotados na eleição anterior não tentassem impedir a posse de Kubitschek (IANNI, 1977, p. 141).

No governo Kubitschek (1956-1961), o Brasil viveu uma das mais importantes fases da história econômica. Houve uma profunda transformação do sistema econômico brasileiro, sustentada pelo Programa de Metas, gerando uma mudança qualitativa na economia. O poder público passou a atuar no sistema econômico com todos os recursos disponíveis para acelerar o desenvolvimento econômico, principalmente a industrialização, e impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro, consolidando o capitalismo dependente (IANNI, 1977). Kubitschek adotou uma política de sobrevalorização cambial, buscou a instalação de indústria automotiva no país e a ampliação da malha rodoviária, posturas que influenciaram diretamente o setor agrícola (BESCOW, 1999). Para o autor, o aumento da produção agrícola foi deixado de lado neste governo, que teria incentivado apenas a cultura do trigo.

Fausto (2000) considera o governo como um período de estabilidade política e de otimismo, alimentado pela construção de Brasília, pelo crescimento econômico e pelo famoso slogan “Cinquenta anos em cinco”. Assim, passou-se da política de desenvolvimento interno nacionalista de Vargas para um desenvolvimento dependente no governo Kubitschek. Apesar de as taxas de crescimento na década de 1950 terem sido significativas, Almeida (2004) considera que a grande expansão demográfica contribuiu para reduzir o crescimento per capita. Fausto (2000) defende que a política econômica da segunda metade da década de 1950 foi um prenúncio do que fariam os militares ao chegarem ao poder, em 1964.

2.3.1 Instabilidades políticas: as justificativas do golpe militar

A década de 1960 se caracterizou pelo grande fluxo migratório para as cidades. Foi no final da década que a população urbana brasileira superou a rural. Com a modernização da agricultura diminuía a mão-de-obra necessária no campo, ao mesmo tempo em que a acelerada industrialização atraía cada vez mais brasileiros para as cidades, expulsos do meio rural também pela grande concentração de terras. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1950, 1960, 1970), em 1950 o país tinha 18.782.891 moradores na zona urbana e 33.161.506 na zona rural, passando para 32.004.817 habitantes urbanos e 38.987.526 rurais em 1960 e 52.904.744 urbanos e 41.603.839 rurais em 1970. Ao

mesmo tempo em que ocorreu uma integração econômica, aumentaram as desigualdades regionais e os cinturões de miséria nas metrópoles (CAPARELLI, 1982).

No campo político, a década começou com a eleição de Jânio Quadros para a presidência, em outubro de 1960. A primeira posse de um presidente da República em Brasília, recém construída, trouxe muitas esperanças de melhoria para a população brasileira. No entanto, as expectativas seriam desfeitas em menos de sete meses de governo, com a renúncia do presidente e a entrada do país em mais uma grave crise política.

Jânio Quadros, apesar de indiscutível vencedor das eleições, ficou em uma situação desconfortável durante a campanha, pois concorria aliado a uma corrente política impopular liderada pela União Democrática Nacional (UDN)¹⁴. Para atrair os votos nacionalistas e populistas, se aliou ao candidato a vice-presidente da chapa comandada pelo PTB, João Goulart¹⁵. A dobradinha Jan-Jan deu certo e a população elegeu o candidato da UDN à presidência e o do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como vice (CHIAVENATO, 1994).

No governo, segundo Fausto (2000), Jânio Quadros começou a se ocupar de assuntos de menor importância e não se posicionou politicamente, adotando medidas que agradavam tanto a esquerda quanto a direita, acabando por desagradar ambas. Entre os problemas enfrentados em seu breve governo, Ianni (1977) destaca a crescente influência e importância do Poder Público no sistema econômico nacional, o agravamento de desequilíbrios econômicos regionais e setoriais, a ineficácia da administração pública, a necessidade de renegociação da dívida externa, o agravamento da inflação (considerado o maior problema), a necessidade de um programa de investimentos públicos e de uma política de incentivos à empresa privada, principalmente às pequenas e médias. A cada dia aumentava o descontentamento das massas urbanas, pois a política antiinflacionária fazia aumentar os preços internos, enquanto o salário mínimo continuava igual.

¹⁴ A UDN representa um agrupamento, organizado a partir de 1945, dos que faziam anteriormente a oposição liberal contra o Estado Novo. Era contra o populismo e via as classes populares como incapazes de tomar decisões sérias. Seu caráter antipopular ficou mais evidente a partir de 1950. Na década de 1960 a UDN retomou a crítica, como fazia a Vargas e que havia diminuído com Juscelino Kubitchek. Mas ela aprimorava suas campanhas, utilizando inclusive técnicas varguistas do populismo. Passou a fazer acordo com outros partidos para aumentar suas chances eleitorais e, em sua maioria, apoiou a candidatura do populista Jânio Quadros por ser a única chance de o partido chegar ao poder através das urnas. (GOLDENSTEIN, 1987)

¹⁵ Na época, a legislação permitia votar no candidato a presidente de uma chapa e escolher para ser vice o de outra.

Jânio Quadros atribuiu sua renúncia a “forças terríveis”. Para Fausto (2000), a hipótese mais convincente para a decisão reúne uma personalidade instável com cálculos políticos errados. O presidente teria a intenção de, ao anunciar que renunciaria, ganhar mais poderes para governar, pois se considerava indispensável para o Brasil. A manobra deu errado e o cargo acabou sendo assumido pelo seu vice, João Goulart.

A renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 resultou em um “colapso da ‘democracia representativa’ e o ensaio da ditadura” (IANNI, 1977, p. 203). A posse do vice-presidente não foi tranqüila. Setores militares intervieram, tentando evitar a posse, porque viam em Jango a “encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder. Por um acaso carregado de simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista.” (FAUSTO, 2000, p. 442). O plano militar de impedir a posse foi insuflado pela postura anticomunista, que pretendia a realização de uma eleição indireta a fim de eleger um general como presidente. Aconteceram muitas manifestações populares em todo o país, a fim de garantir a posse do vice, conforme previa a Legislação, em uma campanha liderada por Leonel Brizola que ficou conhecida como Campanha Legalista. Enquanto isso, militares ameaçavam fechar o Congresso se os políticos não encontrassem uma brecha na Constituição que impedisse a posse de Goulart. “Moralmente a nação colocou-se ao lado de João Goulart. Mesmo os que não o viam com simpatia repudiavam a quebra do processo democrático e a violação da Constituição.” (CHIAVENATO, 1994, p. 12).

João Goulart só assumiu o cargo em 7 de setembro de 1961, após o Congresso mudar o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista, reduzindo os poderes do presidente. “Tratava-se de mero ensaio para o golpe de abril de 1964” (SODRÉ, 1999, p. 409). Para Gaspari (2002a, p. 46), o presidente tinha uma “biografia raquítica [que] fazia dele um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional”. Durante seu governo o Brasil presenciou um cenário político rico em alternativas, pois se configuraram várias opções de desdobramentos políticos, que variavam desde o capitalismo dependente até o socialismo. Havia grande crescimento da participação política dos operários urbanos e rurais e da classe média (IANNI, 1981). Porém, dentro do governo a crise política e econômica iniciada ainda no governo de Jânio Quadros se agravava.

Nos anos anteriores ao Golpe Militar foram reduzidos os investimentos e o capital externo, caiu a taxa de lucro e aumentou a inflação. Segundo Ianni (1977), os problemas se

multiplicavam tão rápido que o governo não conseguia combatê-los. Na política, tanto os partidos de esquerda, quanto os de direita se radicalizaram. O governo tentava propor programas de desenvolvimento. Além da reforma agrária, as reformas de base, propostas pelo Executivo, continham medidas nacionalistas com intervenção maior do Estado na economia (nacionalização de empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e indústria farmacêutica, regulamentação da remessa de lucros ao exterior e extensão do monopólio da Petrobrás) (FAUSTO, 2000, p. 448).

Em janeiro de 1963 foi realizado plebiscito para decidir pela permanência do parlamentarismo ou pela volta do sistema presidencialista. Dos 12,3 milhões de votantes, 9,5 milhões disseram não ao parlamentarismo e o Brasil voltou a ter no presidente a figura central do Governo Federal (FAUSTO, 2000). A situação financeira, que já era péssima no governo de Jânio Quadros, piorava. Para tentar solucionar os problemas brasileiros, o ministro do Planejamento, Celso Furtado, anunciou o Plano Trienal, buscando combinar crescimento econômico, reformas sociais e combate à inflação, com medidas de longo e curto prazo (FAUSTO, 2000, p. 455). Previa reforma agrária e reformas no setor administrativo. A curto e médio prazo propunha medidas semelhantes aos planos anteriores visando diminuir a inflação e manter a capacidade de importação. Buscava ainda a redução dos gastos públicos mas não dos investimentos, o corte de subsídios à importação de certos produtos e às indústrias estatais, além do aumento dos impostos sobre os grupos com maior renda (FAUSTO, 2000). Para Ianni (1977), o Plano Trienal deu mais poder ao Executivo e ao órgão de planejamento do que a estrutura de poder vigente no país podia suportar.

Segundo Chiavenato (1994), a marca do governo de Jango foram as reformas que, mesmo no papel, assustavam as elites. As medidas anunciadas geraram nos círculos militares a certeza de que um movimento armado era imprescindível para acabar com a “anarquia populista” (FAUSTO, 2000). Aos poucos, nos últimos meses do governo democrático, os atores políticos foram descartando a possibilidade de resolver os conflitos de forma democrática. Ao mesmo tempo, conservadores moderados foram aderindo ao ideal de uma revolução, defendido pela direita. O objetivo da ação seria purificar a democracia e pôr fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e ao comunismo.

O Golpe Militar ganhou contornos mais reais com as ações de Jango em março de 1964. Gaspari (2002a) recorda que o presidente inclinou o governo à esquerda e, no dia 13

daquele mês, anunciou em um grande comício que pretendia promover uma campanha pelas reformas de base e assinou decretos desapropriando terras ociosas, nas margens de rodovias e açudes federais, e encampando as refinarias particulares de petróleo.

Apoiando Jango estavam os nacionalistas e esquerdistas, enquanto na oposição uniam-se as elites econômicas e a direita. Com o comício do dia 13 de março, o presidente pretendia conquistar o povo, e de fato seu pronunciamento foi um sucesso popular. A gota d'água para incitar a direita a intervir no governo foi o anúncio de que caso o Legislativo Federal demorasse a ratificar as Reformas de Base, se realizaria um plebiscito. “Se os políticos da Câmara Federal e do Senado demorassem a sancioná-las, o povo decidiria, ignorando o Congresso.” (CHIAVENATO, 1994, p. 16). Nos jornais, apareceram agressões ao presidente e as medidas que propunha eram classificadas como ameaças de subversão. Os meios de comunicação passaram a pedir abertamente a intervenção das Forças Armadas. “A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda.” (GASPARI, 2002a, p. 52).

Para continuar no poder, Jango teria que golpear o Congresso, intervir em alguns governos estaduais e entre oficiais das Forças Armadas, censurar a imprensa e se apoiar na máquina sindical. “Tratava-se de buscar tamanha mudança no poder que, em última análise, durante o dia 31 de março tanto o governo (pela esquerda) como os insurretos (pela direita) precisavam atropelar as instituições republicanas.” (GASPARI, 2002a, p. 83).

As eleições presidenciais estavam previstas para ocorrer em 1965, mas militares e civis contrários ao governo decidiram se mobilizar e tomar o poder com o golpe de Estado de 31 de março de 1964. “Diante da possibilidade de formação de um Governo de Base popular, ou da possibilidade de surtos revolucionários, de base operária e camponesa, as forças mais reacionárias do País, aliadas ao imperialismo, organizaram e realizaram o golpe.” (IANNI, 1981, p. 34). O governo não resistiu e a direita¹⁶ venceu.

¹⁶ A esquerda era representada pelas políticas adotadas no governo de Jango, buscando diminuir a desigualdade social no país e realizar reformas que beneficiariam as classes populares. A direita, representada pelas forças armadas que tomaram o poder, defendia o liberalismo e a entrada de capital estrangeiro, beneficiando as classes altas.

2.4 Regime militar: repressão e desenvolvimento dependente

O que aconteceu no Brasil em 1964 não foi um fato isolado. Houve irrupções semelhantes em vários países da América Latina, como Argentina, Chile e Uruguai. Antes do Brasil, ocorreram golpes militares no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e em Honduras, no ano anterior (MOTTER, 2001). Ianni (1981) explica que o movimento brasileiro se tratou de uma contra-revolução, pois representou uma resposta da grande burguesia, aliada a setores da classe média, da Igreja, das Forças Armadas, burocratas e latifundiários, à ascensão política da classe operária e do campesinato no início da década de 1960. O General Ernesto Geisel, presidente do Regime Militar no período de 1974 a 1979, também defendeu, em entrevista concedida a Elio Gaspari, que não se tratou de uma revolução:

O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma idéia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução. (GASPARI, 2002a, p. 138)

As nações latino-americanas que passaram por este processo tinham muitos pontos em comum, como o fracasso do modelo de industrialização baseado na substituição das importações, a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento industrial, a abertura dos mercados às empresas estrangeiras e a busca de uma política econômica condizente com os interesses do capital estrangeiro (CAPARELLI, 1989). Nas últimas décadas, a região havia passado por grandes transformações econômicas, devido ao reordenamento da economia mundial e mesmo da dinâmica interna de desenvolvimento destes países. Segundo Caparelli (1989), a inserção dos países no modelo de desenvolvimento desigual e combinado exigiu a repressão.

Além disso, o mundo estava assustado pelo fantasma da Guerra Fria. Nos países em que se adotava o capitalismo, o comunismo era visto como um mal que deveria ser expurgado. Por isso, os países que, assim como o Brasil, se alinharam ao bloco capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos, combateram ferozmente todas as ideologias atreladas ao comunismo. “Contra a ‘ameaça comunista’ a *pax americana*, isto é, a defesa de uma ordem mundial conveniente aos seus interesses (da reorganização da Europa à Guerra do Vietnã), se impõe como uma situação de fato.” (ORTIZ, 2006, p. 150).

Isso demonstra claramente o conflito mundial que se delineou, após a segunda metade do século passado, entre socialismo e capitalismo. O alinhamento brasileiro com a política dos Estados Unidos se confirmou com o Golpe Militar. A intenção foi legitimá-lo como única alternativa para evitar que o comunismo chegasse ao Brasil, claramente vinculado ao bloco mundial capitalista. Isto fica claro no preâmbulo do primeiro Ato Institucional promulgado pelo governo militar, em 9 de abril de 1964:

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o govêrno, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. [...] Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que êste possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do govêrno como nas suas dependências administrativas. [sic] (ATO INSTITUCIONAL, 1964)

No Brasil, após o golpe de 64, as classes possuidoras e privilegiadas passaram logo da automobilização social para a ação militar e política, enquanto o Estado foi posto a serviço dos interesses da iniciativa privada. O desenvolvimento econômico no capitalismo monopolista dependente exigia grande estabilidade política, garantida apenas por uma extrema concentração do poder político estatal (FERNANDES, 1987 p. 267). Por isso o golpe militar teve intervenção favorável dos Estados Unidos. O país norte-americano esteve a tal ponto envolvido na situação que a Agência Central de Inteligência norte-americana (Central Intelligence Agency - CIA), segundo Gaspari (2002a), inclusive passou a vigiar os principais exilados pelo regime em Montevideú, a pedido de sua base no Rio de Janeiro.

2.4.1 A política dos militares

O Golpe Militar foi cimentado com o medo de mudanças da classe média, das forças armadas e da Igreja. Eles temiam as medidas que João Goulart propunha, visando diminuir a miséria social brasileira. “Depois do golpe, esse medo às mudanças transformou-se em medo à ditadura e à repressão.” (CHIAVENATO, 1994). Os objetivos oficiais da ação foram livrar o país do comunismo e da corrupção, a fim de restaurar a democracia. Porém, logo as noções democráticas foram deixadas de lado. Com a promulgação de decretos, chamados Atos Institucionais (AI), o governo modificava aspectos da Legislação à vontade.

Devido às características observadas no regime militar instaurado em 1964, Touraine (1996) explica que se tratou de um governo autoritário, e não totalitário. Já Caparelli (1989) especifica que os movimentos ocorridos no Brasil, no Chile e na Argentina podem ser classificados como neo-autoritarismo. A instauração destes regimes autoritários na região, segue o autor, deveu-se à forma como se deu a inserção destes países no novo modelo de desenvolvimento desigual e combinado, o que exigiu a presença de grande repressão. Segundo Fausto (2000, p. 513), há quem considere que o período militar, com exceção dos anos de chumbo do governo Médici (1969-1974), se caracterizou mais por uma situação autoritária do que por um regime autoritário. Isso porque os governantes, apesar das arbitrariedades, não assumiram a postura de que um regime autoritário era desejável ao país e superior à democracia.

Quanto à organização do governo, Ianni (1981) destaca o desenvolvimento de uma vasta tecnocracia, civil e militar, paralelamente ao crescimento do poder estatal. Houve grande aumento no número de funcionários, bem como na presença de técnicos. Esse processo teve início junto com o golpe, quando o Executivo absorveu e subordinou os demais poderes. “Em última instância, toda a parafernália burocrática e tecnocrática do poder público foi hipertrofiada, quantitativa e qualitativamente, com a transformação do Poder Executivo no poder todo-poderoso do Estado.” (IANNI, 1981, p. 146). Tanto que, apesar de oficialmente ser o Congresso quem escolhia o presidente, na realidade o Legislativo Federal apenas sacramentava a decisão das Forças Armadas (FAUSTO, 2000).

Todo esse crescimento do Estado foi motivado pela chamada “indústria do anticomunismo” (IANNI, 1981, p. 158), que apareceu antes mesmo do golpe militar. Aos poucos, tudo o que fosse contrário aos interesses do governo militar passou a ser rotulado como subversivo e combatido como se ameaçasse a segurança nacional (IANNI, 1981). A crença na existência de uma “guerra revolucionária” no Brasil intensificou a Doutrina de Segurança Nacional, resultando em uma repressão inédita, num estado policial torturador onde os direitos constitucionais eram solenemente ignorados (CHIAVENATO, 1994).

Assim, dentro do aparelho estatal, instaurou-se um vasto processo de criminalização de amplos setores da sociedade. O Estado se relacionava com a sociedade pela dominação, exploração e opressão de muitos setores, violando sua cidadania. Agia-se como se a população “estivesse infiltrada, contaminada, por idéias e práticas indesejáveis, perturbadoras,

alienígenas, inimigas.” (IANNI, 1981, p. 156). Segundo o autor, a estruturação destas idéias começou antes do golpe, quando as camadas reacionárias desencadearam a propagação da tese de que o Brasil estava infiltrado e a população prestes a escapar do controle das classes dominantes. Sob esse imaginário nasceram, já durante o regime militar, organizações destinadas a apoiar os governantes militares, se preciso com o uso de violência. Ianni (1981) cita como exemplos o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o grupo Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o Esquadrão da Morte. No outro extremo, a esquerda também se organizou em resistências armadas. Mas todas as iniciativas do gênero no Brasil foram reprimidas pelo aparelho estatal.

Conforme se verá a seguir, cada governo militar teve características próprias, apesar de todo o período ter aspectos em comum. Um desses pontos similares foi a adoção do planejamento como política de governo. Dessa forma, se sucederam planos econômicos ao longo dos 20 anos de regime militar. Segundo Ianni (1981), os planos não se restringiam à política econômica nacional, mas abordavam outros campos como finanças, indústria e comércio, agricultura, mineração, educação, cultura, meios de comunicação, organização política, entre outros. Na prática, os planos alcançaram todos os campos da vida nacional, influenciando-os, dinamizando-os, bloqueando-os ou reprimindo-os. “A ditadura militar adotou o planejamento como técnica e retórica de governo. Tratava-se de fortalecer o aparelho estatal – basicamente o Poder Executivo – de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital.” (IANNI, 1981, p. 5). Essa postura foi utilizada também como forma de legitimar a ditadura, através da idéia de coerência, operatividade e racionalidade que o planejamento proporcionava.

No âmbito trabalhista, a violência do governo apareceu nas tentativas de garantir e reforçar a subordinação dos operários e camponeses, econômica e politicamente (IANNI, 1981). Ocorre o combate a quase todas as formas de organização de trabalhadores e suas reivindicações, bem como a política de arrocho salarial. Aumentar a exploração era uma das políticas governamentais, ao lado de outras ações como:

A doutrina de “segurança e desenvolvimento”; o planejamento econômico governamental; a política antiinflacionária; a reabertura do subsistema econômico brasileiro ao capital imperialista; a política de isenções de impostos e tarifas; as facilidades creditícias; as inversões do poder público em serviços e empreendimentos infra-estruturais; a articulação do setor produtivo estatal com os setores privado nacional e estrangeiro; os incentivos ao crescimento intensivo e

extensivo do capitalismo no campo; o impulso à concentração e centralização do capital; a repressão política contra as classes assalariadas, em geral, e o proletariado e o campesinato, em especial – muitas foram as atuações que exerceram influência direta e indireta na acumulação de capital, na expansão da grande empresa, no florescimento dos grandes negócios. Tudo isso, no entanto, compreendeu, em algum grau, e às vezes em grande medida, a política de arrocho salarial dos governos militares. Tratava-se de refazer, aperfeiçoar e acentuar a exploração dos trabalhadores na indústria, agricultura, agroindústria, mineração, extrativismo e outras atividades econômicas; tratava-se de desenvolver a exploração dos trabalhadores produtivos, principalmente operários e camponeses. (IANNI, 1981, p. 59)

Essa exploração pode ser compreendida também pelo posicionamento político do novo governo. O golpe militar deu um novo tom ao populismo, que utilizava a classe operária como recurso de poder, diminuindo a força dos grupos que haviam crescido em importância no cenário político nas décadas anteriores, como operários, estudantes e camponeses. Os sindicatos permaneceram em funcionamento e recebendo o imposto sindical (FAUSTO, 2000). Entretanto, vários dirigentes sindicais sofreram com a repressão.

Gaspari (2002a) aponta que as ações do governo modificavam-se conforme o presidente à frente do Executivo. Assim, de 1964 até 1967 o general Humberto de Alencar Castello Branco comandou uma ditadura que pretendia, pelo menos oficialmente, ser temporária. Nos anos de 1967 e 1968 o marechal Arthur Costa e Silva promoveu o governo dentro de um sistema constitucional, baseado na Constituição de 1967. Já no período em que o general Emílio Garrastazú Médici esteve no poder, de 1968 a 1974, o país viveu um governo “escancaradamente ditatorial”. Em 1974 tomou posse o general Ernesto Geisel, que anunciou a intenção do governo de promover a abertura política, de forma lenta, mas visando a volta à democracia, processo concluído pelo último presidente militar, João Batista Figueiredo. Segue um breve levantamento das principais medidas que caracterizaram cada governo ditatorial de 1964 a 1984.

2.4.1.1 Castelo Branco: estruturação do aparelho ditatorial

Desde 1962, o Brasil se encontrava em fase de desaceleração do crescimento econômico, com aumento da capacidade ociosa da indústria, aceleração da inflação e da dívida externa. Na política, havia maior mobilização dos trabalhadores e reivindicações pelo crescimento da economia registrado no período anterior (DELGADO, 1985). Devido a essa ascensão política, o governo do General Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967),

instaurado em 1964, fez com que a ditadura concentrasse a repressão sobre operários e camponeses, aniquilando suas conquistas econômicas e políticas (IANNI, 1981).

Já na segunda semana após o golpe militar foi promulgado o primeiro Ato Institucional (AI), sem número, pois deveria ser o único. Entre suas principais proposições Fausto (2000) destaca a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional, que escolheu, em 15 de abril, Castelo Branco para comandar a nação. Há também uma centralização do poder nas mãos do Executivo, pois “a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Êste é que recebe dêste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.” [sic] (ATO INSTITUCIONAL, 1964). Além disso, suspendeu as garantias de estabilidade de servidores públicos, a possibilidade de suspensão dos direitos políticos por dez anos e de cassação de mandatos legislativos.

A partir deste governo, o conceito de segurança nacional ganhou um novo significado, pela adoção do termo “guerra revolucionária” (CAPARELLI, 1986). Acreditava-se que havia inimigos dentro da nação, por isso todos os que mostravam não ser favoráveis ao regime militar e às suas proposições tornavam-se inimigos. Para Ortiz (1989), o Estado militar se definiu tanto por sua dimensão política quanto pelas transformações que propôs no nível da economia. Se caracterizou pela intervenção maior na esfera produtiva, determinando um caráter expansionista e concentrador do capital monopolista (CAPARELLI, 1982).

Em 1964, o país vivia uma crise de hegemonia. Segundo Caparelli (1989), a burguesia não conseguia vencer os desafios da reordenação econômica mundial, mas não havia ainda um projeto definido para resolver os problemas brasileiros. Porém, ao assumir o poder, em 15 de abril de 1964, Castelo Branco possuía um programa particular para reorganizar o aparelho estatal e o sistema produtivo. Logo em 1964 o governo lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que vigorou até 1966. Entre os seus objetivos, Delgado (1985) destaca acelerar o desenvolvimento econômico, conter a inflação para que houvesse crescimento com preços equilibrados a partir de 1966, melhorar a vida da população reduzindo os desníveis econômicos (entre setores e regiões) e os desequilíbrios sociais, aumentar o volume de empregos através de investimentos e corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos.

Ianni (1977) diz que o Paeg teve metas semelhantes às do governo anterior. Porém a política antiinflacionária agravou o problema da liquidez, o que provocou falências e concordatas e a absorção e associação de empresas nacionais por multinacionais, assim como ocorreu com as cooperativas, conforme visto anteriormente. O plano buscava ainda controlar os acordos salariais privados, favorecer o imperialismo e incentivar a entrada de capital e tecnologia estrangeiros (IANNI, 1981). Assim, segundo Delgado (1985), a política do governo Castelo Branco caracterizou-se por ser ortodoxa no campo econômico. Se não acabou com a inflação, os primeiros anos do regime militar conseguiram diminuir muito os índices. Cysne (1993) mostra que em 1964 a taxa anual de inflação era de 91,9% e em 1966 havia caído para 38,2%.

Com relação aos trabalhadores, entre os anos de 1964 e 1966 sete em cada dez confederações e sindicatos com mais de cinco mil associados tiveram suas diretorias depostas, retomando a repressão praticada anos antes, na ditadura de Getúlio Vargas (GASPARI, 2002a).

Em outubro de 1965 realizaram-se as primeiras eleições do período, para o parlamento e governos de 11 estados, quando o Partido da Democracia Social (PDS) saiu vitorioso, graças ao apoio das forças populistas do regime anterior. Isso provocou reações entre os mais conservadores. “Através de atos institucionais, o governo mudou as regras do jogo político, suspendendo as eleições presidenciais e implantando uma política de achatamento salarial.” (CAPARELLI, 1989, p. 47). A direita militar via-se num dilema: “a democracia com derrota ou a vitória sem ela” (GASPARI, 2002a, p. 240). Três semanas depois Castelo Branco baixou o Ato Institucional nº 2. O preâmbulo do AI-2 deixa claro que o ato foi motivado pelas eleições.

Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional. (ATO INSTITUCIONAL Nº 2, 1965)

O ato fez com que o Congresso Nacional passasse a escolher o presidente, com votação nominal a fim de evitar as surpresas que poderiam vir com o voto secreto. Além disso, reforçou poderes do presidente e extinguiu partidos políticos, passando a ser reconhecidos apenas a Aliança Renovadora Nacional (Arena), representante do governo, e o

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição (FAUSTO, 2000). Gaspari (2002a) recorda que com o AI-2 a Justiça Militar passou a ser responsável pelos processos políticos, ocorrendo o primeiro passo em direção a um processo de militarização da ordem política. Além disso, permitiu que o presidente decretasse em recesso o Poder Legislativo e Estado de Sítio “para prevenir a subversão da ordem interna” (ATO INSTITUCIONAL Nº 2, 1965).

Alguns meses depois, em 5 de fevereiro de 1966, foi publicado o Ato Institucional nº 3 (AI-3), que estabeleceu eleições indiretas também para governadores (FAUSTO, 2000). O ato tratou principalmente sobre as eleições, fixando o dia 3 de setembro para as eleições de governadores, 3 de outubro para presidente e 15 de novembro para senadores e deputados federais e estaduais (ATO INSTITUCIONAL Nº 3, 1966). Sob estas determinações foi eleito o segundo presidente do período militar, general Artur da Costa e Silva.

2.4.1.2 Costa e Silva: AI-5 e endurecimento da ditadura

Antes da posse do novo presidente foi publicado o Ato Institucional nº 4 (AI-4), em 7 de dezembro de 1966. Seu objetivo era convocar o Congresso Nacional de forma extraordinária para discussão, votação e promulgação do projeto da nova Constituição (ATO INSTITUCIONAL, 1966). O documento foi promulgado em 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor em março de 1967.

No cenário internacional, o biênio 1966-1967 foi marcado pela formação do mercado do eurodólar e pela contração do crédito, sinalizando para uma redução do poder dos Estados Unidos na regulamentação do sistema financeiro internacional. Também teve início, nos países do terceiro mundo e especialmente na América Latina, uma onda de industrialização fordista competitiva, gerada principalmente pelas políticas de substituição das importações adotadas nestas nações. O crescimento de países como Japão e nações da Europa Ocidental desafiaram a hegemonia norte-americana, a ponto de acabar com o acordo de Bretton Woods e desvalorizar o dólar, fazendo com que fossem adotadas taxas flutuantes de câmbio (HARVEY, 2001).

Enquanto isso, no Brasil, tomava posse em março de 1967 o general Artur Costa e Silva. No mesmo ano, o Ministério do Planejamento anunciou programas de modernização,

cuja orientação geral era estimular a iniciativa privada no setor agrícola, intensificar assistência técnica, ampliar incentivos financeiros e integrar no sistema de abastecimento mecanismos bancários eficientes para estimular a criação de cooperativas e empresas agrícolas (DELGADO, 1985). Na área trabalhista, incentivou a organização de sindicatos e a formação de lideranças alinhadas com o governo.

No campo político a oposição, que se manteve na clandestinidade desde o golpe militar, começou a aparecer de forma mais violenta a partir do final da década de 1960. Em 1967 foi formada a Aliança de Libertação Nacional (ALN), liderada pelo comunista Carlos Marighella, reunindo dissidentes do PCB que viam a luta armada como forma de derrubar o governo. Novos grupos foram surgindo, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e o país registrou várias ações armadas a partir de 1968, como ataques com bombas e assaltos para reunir fundos. Gaspari (2002a) estima que entre 1966 e 1968 a oposição realizou mais de 50 atentados, entre ataques com bombas, assaltos a bancos, atentados pessoais, assaltos a depósitos de armas e explosivos. O governo não conseguia combater de forma eficaz a atividade da esquerda.

O planejamento oficial começou com as Diretrizes de Governo, em 1967. Seu objetivo principal, recorda Ianni (1981), foi auxiliar o fortalecimento da empresa privada. No mesmo ano, contemplando um planejamento até 1976, entrou em vigor o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Para Ianni (1981), foi a expressão do caráter totalitário que a ditadura estava ganhando, pois mostrava a decisão de permanecer no poder por muito tempo. Por outro lado, demonstrava a amplitude do planejamento estatal.

Apesar do amplo planejamento em vigor desde o ano anterior, em 1968 o governo lançou o Programa Estratégico de Desenvolvimento, que propunha ações até 1970. Segundo Delgado (1985), um dos pontos fundamentais do documento foi reconhecer as falhas da política de estabilização do governo Castelo Branco. Ianni (1981) aponta que o programa tornava mais aberto o comprometimento do governo com a empresa privada. Entre 1967 e 1969, a média anual da inflação foi de 23,5% (CYSNE, 1993). As medidas econômicas do governo transformaram o Brasil em um “paraíso burguês”, pois foi a vontade desta classe que prevaleceu no planejamento do governo (FERNANDES, 1987, p. 359).

Vivia-se um período de tensão no governo, que oscilava entre uma certa tolerância com a oposição e uma permanente ameaça de estado de sítio, apesar de não se considerar a hipótese de atender qualquer reivindicação da oposição (GASPARI, 2002a). Até então, o governo agia como se não houvesse uma ditadura. Por isso, militares e políticos da Arena discutiam “instituir uma ditadura”. Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o AI-5, fechando o Congresso. O preâmbulo do documento demonstra claramente a idéia de que se travava uma guerra revolucionária no Brasil e que os “subversivos” deveriam ser punidos:

Considerando que o Govêrno da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro [...]. Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária [sic] (ATO INSTITUCIONAL Nº 5, 1968).

O Congresso foi fechado por tempo indeterminado. O AI-5 estabeleceu as demissões sumárias, cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos, além de suspender garantias constitucionais, como liberdade de expressão e de reunião. Permitia proibir cidadãos de exercer sua profissão e possibilitava o confisco de bens. O que mais não agradasse ao governo poderia ser mudado pelo presidente (GASPARI, 2002a).

Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional nº 5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo. (GASPARI, 2002b, p. 13)

Como se o AI-5 já não fosse suficiente para estabelecer um governo que, em realidade, se assemelhava ao estado de sítio, foi criado em 1969 um dos símbolos da repressão e da tortura: a Operação Bandeirantes (Oban). Com apoio de grandes grupos comerciais e industriais paulistas, institucionalizou-se a tortura através deste órgão.

Com relação aos trabalhadores, em 12 de junho de 1968 foi publicada a Lei número 5.451, que tornou permanente o controle salarial imposto desde 1964. Mas como isso não diminuiu a inflação, esta política passou a ser justificada por permitir o livre curso da acumulação de capital (aumento do lucro das empresas). “Não houve apenas arrocho salarial. A pretexto de combater a inflação através da política salarial, os governos lançaram mão

também da *manipulação* dos índices de custo de vida.” (IANNI, 1981, p. 66). A política de arrocho salarial foi também justificada, entre o final da década de 1960 e início da de 1970, como fundamental para a construção do “Brasil potência”, com o discurso de que seria necessário primeiro fazer crescer o bolo para depois reparti-lo.

O último ano da década de 1960 foi marcado pela edição de muitos atos institucionais. Até Costa e Silva deixar a presidência foram seis ao todo. O AI-6, de 1º de fevereiro, modificou a Constituição em vigor, alterando as competências do Supremo Tribunal Federal. No dia 26 foi editado o AI-7, que tratou essencialmente da remuneração dos deputados e vereadores. Em 2 de abril passou a vigorar o AI-8, cujo assunto principal eram as competências do Legislativo nos três níveis. Já o AI-9, de 25 de abril, modificou a Constituição nos artigos referentes à desapropriação de terras. Em 16 de maio entrou em vigor o AI-10, sobre as penas de políticos cassados e cidadãos que perdessem seus direitos políticos. Já o AI-11, de 14 de agosto de 1969, decretou intervenção federal nos municípios e fixou datas para as eleições a nível municipal. O 12º Ato Institucional resultou de uma crise que deixou vaga a presidência da República.

A década de 1960 terminaria com Costa e Silva pretendendo outorgar uma nova Constituição, que seria uma “versão radicalizada da Carta de 1967”, aumentando poderes do Executivo e reduzindo os do Legislativo, e prevendo eleições indiretas para governador já em 1970 (GASPARI, 2002b, p. 75). Os planos foram interrompidos quando o presidente adoeceu, com problemas no cérebro. As discussões do governo passaram a girar em torno da sua sucessão. Nove meses depois do AI-5, o presidente deixou o cargo. O Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, entregou a presidência a uma junta militar formada pelos ministros Lira Tavares do Exército, Augusto Rademaker da Marinha e Márcio de Sousa e Melo da Aeronáutica. Fausto (2000) recorda que o poder não foi entregue ao vice-presidente Pedro Aleixo por se tratar de um civil que tinha se oposto ao AI-5. Durante seu curto governo, a Junta Militar adotou medidas de repressão e tortura para combater a “escalada da esquerda radical” (FAUSTO, 2000, p. 481).

Coube à Junta Militar a publicação dos quatro últimos atos institucionais do regime militar. O AI-13 instituiu o banimento do território nacional, enquanto o AI-14 complementou a resolução, modificando a Constituição quanto às punições “nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva” (ATO INSTITUCIONAL Nº 13, 1969).

Ambos são de 5 de setembro de 1969. O AI-15 alterou as datas para eleições municipais do AI-11. O AI-16 declarou vagos os cargos de presidente e vice e marcou data para a eleição dos sucessores de Costa e Silva. Por fim, o AI-17, de 14 de outubro de 1969, autorizou o presidente a transferir para reserva militares que “hajam atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas” [sic] (ATO INSTITUCIONAL Nº 17, 1969).

Em outubro, o alto comando das Forças Armadas escolheu o general Emílio Garrastazú Medici para ocupar a presidência. “A Junta despediu-se outorgando uma nova Constituição, que se tornou conhecida pelo nome de Emenda nº 1. Produto de um poder usurpado, viveu até 1988, sob a maldição da origem militar.” (GASPARI, 2002b, p. 131).

2.4.1.3 Médici: os anos de chumbo

O período do governo do general Emílio Garrastazú Médici (1969-1974) contou com a continuidade da expansão registrada desde o pós-guerra, mantida por uma política monetária frouxa dos Estados Unidos e Inglaterra (HARVEY, 2001). No Brasil, ao lado da radicalização do regime militar e da luta pelo fim do autoritarismo, se consolidava uma cultura de mercado (ORTIZ, 1989). Com relação à comunicação governamental, Médici buscou a consolidação e legitimação do regime militar através do uso de extensa propaganda (CAPARELLI, 1982).

Combatendo à esquerda, a Organização Bandeirantes (Oban), cujas ações se concentravam no eixo Rio - São Paulo, serviu de modelo para a criação, em todo o Brasil, do Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que logo se tornaram os principais centros de tortura (FAUSTO, 2000).

Os primeiros seis anos do regime militar foram caracterizados por diretrizes econômicas parecidas, cujos objetivos, de maneira geral, eram reduzir a inflação, incentivar a exportação, estimular sob controle do governo o mercado de capitais, estimular a entrada de capital e tecnologia estrangeiros, conter níveis salariais, estimular a modernização das estruturas urbanas, plano habitacional, criar indústria petroquímica, modificar a política de ocupação e dinamização econômica da Amazônia, ampliar o mar territorial, estimular a indústria do café solúvel, criar uma política brasileira de energia nuclear, modernizar estruturas universitárias, retomar estudos para reforma agrária, plano de integração nacional,

etc. Assim, o poder público interferiu em praticamente todos os aspectos da realidade nacional nacional (IANNI, 1977, p. 226). No mesmo período, a política salarial favoreceu a concentração de renda e a pauperização dos assalariados. Também foram estabelecidas novas normas para realização de greves, para aposentadoria, assistência médica, estabilidade no emprego, entre outros (IANNI, 1977).

A partir da década de 1970 as economias capitalistas avançadas passaram a abrir seus mercados para os produtos industrializados nos países subdesenvolvidos. Data desta época também um salto no comércio internacional e, portanto, dos investimentos diretos estrangeiros nas nações do Terceiro Mundo. Graças a esses investimentos, ampliou-se a industrialização nestes países, inclusive o Brasil (SINGER, 1999).

No início da década de 1970 abriu-se ainda mais o país ao capital internacional e aumentou a exploração do proletariado e do campesinato¹⁷. Nessa época também cresceu a propaganda em torno do “Milagre Brasileiro” (IANNI, 1981). O governo Médici especificou o seu planejamento no documento Metas e Bases para a Ação do Governo, que previa ações para o período entre 1970 e 1972. Foi complementado pelo Orçamento Plurianual de Investimentos (1971-1973) e pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974) (DELGADO, 1985). Este é fruto do crescimento gerado pelo Milagre Brasileiro, deixando clara a associação com os Estados Unidos, que via o Brasil como “aliado preferencial na América do Sul” (IANNI, 1981, p. 12).

Na época, o Brasil vivia o período conhecido como Milagre Brasileiro, quando houve grande crescimento econômico e baixa inflação. Entende-se que o Milagre ocorreu entre 1969 e 1973, quando o PIB cresceu em média 11,2% ao ano e a inflação anual sempre foi menor que 18%. Para Fausto (2000), isso foi possível graças a uma conjuntura internacional favorável, com grande disponibilidade de recursos, o que facilitou a tomada de empréstimos que alavancou o aparente crescimento da economia brasileira.

O crescimento acelerado tornou-se mais visível no aumento do PIB per capita, por exemplo, que quase dobrou entre 1970 e 1980. O crescimento médio anual brasileiro no período foi de 6,1% e a população considerada pobre caiu de 39,3% para 24,4% em dez anos

¹⁷ Termo adotado pelo autor.

(SINGER, 1999). Mas segundo o autor, isto não durou: “Os choques do petróleo criaram um desequilíbrio nas contas externas do Brasil e os déficits progressivos foram cobertos por um crescente fluxo de empréstimos externos (petrodólares) feitos por bancos privados.” (SINGER, 1999, p. 83). Além disso, percebia-se que o preço a pagar por este crescimento era caro demais: o modelo econômico aparecia para a maioria da população através da falta de liberdade, da perda de quase 50% do seu poder aquisitivo, pela concentração de renda e desnacionalização da economia (CAPARELLI, 1982).

O crescimento proporcionado pelo Milagre Brasileiro serviu como forma de legitimar a ditadura. Graças ao controle da imprensa e da propaganda governamental, difundiu-se a idéia de que a permanência do governo militar era garantia de prosperidade. Falava-se em “Brasil Grande” e na supressão dos conflitos internos (GASPARI, 2002b). Os anos de rápido crescimento chegaram ao fim entre 1973 e 1974, coincidindo com o fim do governo Médici e a crise do petróleo (CAPARELLI, 1989). Assim que os países árabes produtores de petróleo se organizaram para reduzir a oferta e aumentar os preços, desencadeou-se uma crise que atingiu o mundo todo (FAUSTO, 2000). Entre suas conseqüências, Harvey (2001) aponta uma rápida transição do regime de acumulação fordista. Na política, as Forças Armadas brasileiras se movimentavam, no início de 1974, para escolher o sucessor de Médici: general Ernesto Geisel.

2.4.1.4 Geisel: abertura lenta, gradual e segura

O presidente militar conhecido como o general que iniciou a abertura política tomou posse em 15 de março de 1974. Foi o primeiro presidente “eleito” por uma nova fórmula instituída pela Emenda nº 1, de 1969. A norma criou um Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados das assembleias estaduais, para eleger o presidente. O governo teve como marca a abertura “lenta, gradual e segura”, que na verdade teve muitos avanços e recuos (FAUSTO, 2000, p. 489).

Geisel encontrou o Brasil em meio a uma evidente crise de hegemonia no bloco de poder.

A classe média, a Igreja, a pequena burguesia, militares, burocratas e tecnocratas, vários setores sociais distanciaram-se do bloco de poder ou passaram a manifestar as suas discordâncias com a economia política da ditadura. A classe operária e o campesinato, que jamais deram qualquer crédito à ditadura, puderam começar a contar com o apoio, ou a aliança, de setores de outras classes sociais. Foi assim que se formou e desenvolveu a crise de hegemonia, que está na essência da crise da ditadura desde 74, em escala cada vez mais larga e funda. (IANNI, 1981, p. 199)

Segundo o autor, houve uma repolitização da população, que finalmente começou a dizer o que pensava. Para Gaspari (2002a, p. 41), iniciou-se o desmonte da ditadura por um motivo simples: “porque o regime militar, outorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça.” Fausto (2000) complexifica a situação. Para o autor, o presidente, ao mesmo tempo em que sofria pressões da linha-dura, desejava controlar a abertura política e conduzi-la a uma democracia conservadora, mantendo a oposição longe do poder. Assim, até o fim do governo Figueiredo, na década de 1980, a linha-dura das Forças Armadas continuou sendo uma ameaça de retrocesso no processo rumo à democracia.

Além da abertura política, o governo Geisel foi marcado por uma crise econômica, iniciada com o fim do crescimento gerado pelo Milagre Brasileiro. Até então, o país havia crescido ocupando a capacidade ociosa das empresas. Agora, para manter o crescimento, seriam necessários mais investimentos, com mais recursos externos, o que acarretou um aumento da dívida pública e privada. Durante o governo Geisel, o PIB brasileiro cresceu em média 6,7% ao ano (FAUSTO, 2000). Além disso, após o fim do Milagre voltava a inflação: de 15,5% em 1973 saltou para 34,5% em 1974 (CYSNE, 1993).

A economia teve dispersão de empresas privadas nacionais e internacionais (estas em menor escala) em todos os setores, da agropecuária à indústria e ao comércio, enquanto as estatais se concentraram em “áreas estratégicas” ou “setores da infra-estrutura econômica” (IANNI, 1981, p. 47). Segundo o autor, a partir de 1974 os governantes retomaram o discurso de combate à inflação, utilizando-se para isso do controle salarial, fazendo aumentar a exploração dos trabalhadores. Ainda vigorava na década de 1970 a Lei 5.451, de 12 de junho de 1968, que tornou permanente o controle salarial pelo governo. A legislação foi modificada apenas pela Lei 6.147, de 20 de novembro de 1974, que na realidade reformulou a norma anterior. Seu principal mérito, aponta Ianni (1981), foi admitir que a política salarial brasileira prejudicava os operários.

Durante a primeira década do regime militar foram reprimidas as direções sindicais ligadas ao populismo, mas não foi prática comum o fechamento destas organizações. No governo Geisel o movimento operário renasceu, mas a reconstrução do sindicalismo populista ainda era impossível devido à postura governamental com relação ao movimento operário. O que se observa de diferente no sindicalismo do período de abertura política é a formação de organizações independentes do Estado, em um movimento não corporativista, cujas organizações surgiam no interior das fábricas (FAUSTO, 2000).

O planejamento governamental continuou presente. O II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em 1975, previa ações até o final da década. Demonstrava a continuidade do apoio estatal à acumulação monopolista, inclusive continuando com a superexploração e a repressão ao proletariado (IANNI, 1981). Assim como o I Plano Nacional de Desenvolvimento, trazia grandes programas de desenvolvimento regional e integração nacional. Pretendia enfrentar problemas nacionais e internacionais, como a desaceleração do crescimento e a crise do petróleo, ajustando a economia brasileira à nova situação internacional (DELGADO, 1985). Segundo o autor, entre as metas estava consolidar o país até o fim da década como economia industrial moderna e competitiva, cujo núcleo se encontrava na região Centro-Sul, mas que seria incorporado pelas outras regiões, setores e áreas. Para isso, previa investimentos nas áreas de indústrias básicas, desenvolvimento tecnológico e científico e infra-estrutura (energia, transportes e comunicações). Pretendia-se expandir a capacidade produtiva instalada, acelerar a substituição de importações e abrir novas frentes de expansão. Além disso, buscava ajustar a economia à nova situação internacional, inaugurar uma nova etapa de integração nacional que mantivesse taxas de crescimento e diminuísse as diferenças entre nordeste e Centro-Sul e executar estratégia de desenvolvimento social. No campo, destaca-se o apoio à organização dos produtores, especialmente em cooperativas, a fim de aumentar os ganhos de escala na compra e venda de produtos, além de facilitar a assistência técnica e a prestação de serviços (DELGADO, 1985).

Apesar das boas intenções, em meados de 1976, o Plano foi parcialmente abandonado. Em seu lugar, foi adotada uma política restritiva de combate à inflação. Para Delgado (1985, p. 90), “a desativação parcial do II PND refletiu a própria impossibilidade de uma política econômica expansionista daquela magnitude em um contexto de recessão mundial.”

Na política a oposição, representada pelo MDB, crescia na mesma proporção que os seus votos. Com o objetivo de frear o aumento da importância do partido foi promulgada em 1977 a Lei número 6.339, conhecida como Lei Falcão, que limitou muito a propaganda eleitoral: eram proibidos discursos e imagens em movimento. Os candidatos podiam mostrar apenas a legenda, o currículo, fotografia, horário dos comícios e o número de registro na Justiça Federal (LEI 6.339, 1977). A Lei atingia ambos os partidos, mas o MDB era mais prejudicado porque perdeu a sua principal oportunidade de divulgar idéias. Mesmo assim, a oposição venceu as eleições para prefeito e obteve maioria nas Câmaras Municipais em 59 das 100 maiores cidades brasileiras (FAUSTO, 2000).

A reação veio logo: no mesmo ano o governo se desentendeu com o Congresso, que não aprovou várias alterações constitucionais propostas. O Executivo baixou então o Pacote de Abril, formado por uma emenda constitucional e seis decretos-lei. Suas principais medidas foram decretar o recesso do Congresso e alterar as futuras eleições. A seguir, a presidência emendou a Constituição e baixou vários decretos-leis (FAUSTO, 2000). Geisel encerrava o seu governo endurecendo a ditadura em pleno processo de abertura política e fazendo o seu sucessor: o general João Batista Figueiredo.

2.4.1.5 Figueiredo: os militares deixam o poder

Eleito pelo Colégio eleitoral em 14 de outubro de 1978, Figueiredo tomou posse em março de 1979, tendo como vice o ex-governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves. O último presidente do regime militar havia sido chefe do Gabinete Militar no governo Médici e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo Geisel. Sua escolha representou um paradoxo, já que “o homem indicado para continuar a promovê-la [a abertura política] fosse o responsável pela chefia de um órgão repressivo.” (FAUSTO, 2000, p. 501). Apesar de um governo inexpressivo, coube a Figueiredo aprovar a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei de Anistia. O documento concedeu anistia a todos que, desde 1961, haviam praticado crimes políticos, tiveram direitos políticos cassados ou foram punidos pelos Atos Institucionais.

Em 1979 os controles à imprensa tinham praticamente desaparecido e a população contava com relativa liberdade para se manifestar, mas a oposição continuava longe de chegar

ao poder. Na economia, Mário Henrique Simonsen deixou o Ministério do Planejamento, entregue novamente a Antônio Delfim Neto, conhecido como o ministro que havia realizado o Milagre Brasileiro. Ao voltar ao cargo, porém, o ministro encontrou uma situação completamente diferente da década de 1960: o mundo havia sofrido o segundo choque do petróleo, os preços subiram e agravou-se o problema do balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo, subiam cada vez mais as taxas internacionais de juros e aumentavam as dificuldades para se conseguir novos empréstimos (FAUSTO, 2000).

Nos últimos dez anos, 13% dos ocupados haviam se transformado de autônomos e não-remunerados em empregados no setor público e privado ou empregadores. Porém, Singer (1999) defende que esta melhora apenas refletiu o desenvolvimento da economia.

Nos anos 80, toda a América Latina foi prejudicada pelo endividamento externo. O fluxo de capitais que havia impulsionado a industrialização se dirigia agora para outras regiões, especialmente na Ásia oriental (SINGER, 1999). Iniciou-se um período de grande inflação, que registrou até o início dos anos 1990 índices de três e quatro dígitos, só interrompida periodicamente por planos de estabilização. Entre 1980 e 1982, por exemplo, a inflação girou em torno dos 100% anuais (CYSNE, 1993).

Para fazer frente à crise que tinha início, Figueiredo lançou em 1980 o II Plano Nacional de Desenvolvimento, com ações previstas até 1985. Como não poderia deixar de ser, o foco do documento era combater a inflação, mas a ditadura teve que se preocupar com o crescimento da dívida externa causado pela grande abertura da economia ao imperialismo. O governo Figueiredo teve que se comprometer também com a “desestatização” da economia, inclusive com a possibilidade de empresas estatais serem transferidas ao setor privado (IANNI, 1981). Delgado (1985) recorda que o plano definiu como grandes objetivos nacionais para o período conquistar acelerado crescimento da renda e do emprego, melhor distribuição de renda e redução da pobreza, diminuição das desigualdades regionais, alcançar equilíbrio do balanço de pagamentos e controle da dívida externa, desenvolvimento do setor energético e aperfeiçoamento das instituições políticas, além do combate à inflação. Os esforços valeram a pena, pois a partir de 1984 a economia se reativou, impulsionada pelo aumento das exportações, especialmente de produtos industrializados (FAUSTO, 2000).

O país vivia a certeza de que o regime militar havia chegado ao fim e se engajou na campanha encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, exigindo eleições diretas para presidente. O movimento cresceu rapidamente, se tornando quase uma unanimidade nacional. A ditadura chegou ao fim com a eleição de Tancredo Neves à presidência, em janeiro de 1985. “Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder.” (FAUSTO, 2000, p. 512). A posse não aconteceu. A 15 de março quem subiu a rampa do Palácio do Planalto foi o vice-presidente, José Sarney, já que o presidente eleito estava doente. Apesar das tensões que marcaram o período e do medo constante de uma nova intervenção militar, a democracia prevaleceu. Em 1988 foi aprovada nova Constituição e realizadas eleições diretas em 15 de novembro de 1989, quando 70 milhões de brasileiros foram às urnas e elegeram Fernando Collor de Melo como primeiro presidente da nova era democrática brasileira.

Assim encerrava-se o período considerado como o regime ditatorial mais longo da história do Brasil Republicano. Marcado por políticas liberais na economia e pela repressão e centralização do poder no campo político, os governos militares tiveram papel fundamental no desenvolvimento do cooperativismo. Durante os 20 anos de regime militar, conforme visto no primeiro capítulo, o incentivo à formação de cooperativas, aliado ao seu controle pelo governo federal, consolidou a entrada do capitalismo no campo, o aumento da produção e das exportações. Cabe agora entender a realidade brasileira no período estudado com relação aos meios de comunicação e ao jornalismo. Para tanto, após compreender o cooperativismo e o contexto político-econômico especialmente na década de 1970, passemos a um levantamento sobre o mercado de bens culturais e de comunicação e a realidade enfrentada no período pelos profissionais de comunicação.

3 JORNALISMO: DOS TIPOS MÓVEIS À REPRESSÃO DO REGIME MILITAR

Entre as mídias voltadas ao grande público, o jornal é a mais antiga. Desde a Roma antiga há registros de experiências de comunicação escrita, mas publicações com as características básicas de um jornal, como distribuição regular e em massa de notícias impressas, só ocorreram após a criação do processo de impressão através do uso de tipos móveis por Johannes Gutenberg, em 1447. Brito e Pedreira (2009) recordam que os primeiros jornais impressos surgiram no começo do século XVII na Europa, chegando posteriormente à América e depois se espalhando pelo mundo todo.

Mas a invenção da técnica da impressão não significou o surgimento imediato do jornalismo. Apesar de por vezes este ser confundido com o jornalismo impresso, através do termo “imprensa”, não são sinônimos nem remontam à criação da tipografia. O controle das tipografias, por seu potencial para disseminação de idéias, fez com que os governos instituíssem rigoroso controle sobre a nova técnica (MELO, 2003). Logo, o jornalismo como conhecemos hoje demorou ainda alguns séculos para se estabelecer como padrão dominante na difusão de notícias.

Conforme Romancini e Lago (2007), o jornal impresso se tornou realidade na Europa no século XVIII, porém, sua massificação ocorreu apenas entre o final do século XIX e o início do XX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Ou seja, se tornou um meio de comunicação de massa apenas após o início da profissionalização dos autores dos periódicos. Até então, as publicações eram utilizadas para divulgar o ponto de vista dos seus editores e para questões políticas. Ao mesmo tempo em que começou a surgir uma categoria de profissionais especializados na busca, apuração e divulgação das informações, o jornal passou a ter maior aceitação do público. Não por mera coincidência, data também desse período o abandono do modelo europeu de jornalismo, com linguagem empolada e posicionamentos políticos claros, e a adoção da busca pela objetividade e imparcialidade como padrão editorial.

No Brasil, o jornalismo não era considerado uma profissão até o final do século XIX, sendo no máximo visto como um meio de vida (REVERBEL e BONES, 1996). A formalização da profissão iniciou oficialmente com o reconhecimento por Getúlio Vargas, ao estabelecer em 1938 decreto-lei regulando as condições de trabalho dos jornalistas. Mais

tarde, já durante o regime militar instaurado em 1964, se estabeleceu a exigência de registro profissional e a conclusão de curso superior específico.

A seguir, é abordada a profissionalização do Jornalismo, passando pelas demais profissões da Comunicação Social, e o desenvolvimento dos meios de comunicação no país, a fim de compreender o cenário em que foi criada a Coojornal. Torna-se relevante tratar dos meios de comunicação para compreender a postura governamental quanto ao tema e, principalmente, por se tratar, na época, do principal mercado de trabalho para jornalistas.

3.1 Jornalismo no Brasil: dos pasquins aos alternativos

Conforme Romancini e Lago (2007), o crescimento e a massificação da imprensa nas nações ocidentais desenvolvidas depende de fatores sociais como os níveis de instrução da população, a presença de democracia na vida política, urbanização, desenvolvimento dos meios de transportes e de comunicação. Portanto, cabe recordar brevemente como se deu o desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, considerando o contexto sócio-histórico (abordado de forma mais detalhada no capítulo anterior), pois segundo os autores

O jornalismo é uma prática social que não se resume às suas tecnologias e técnicas de produção; na verdade, o fenômeno global do jornalismo está profundamente ligado ao contexto sócio-histórico, com o qual interage. Ao mesmo tempo em que reflete características deste contexto e noticia os fatos correntes, o jornalismo atua nos acontecimentos e no processo histórico, numa relação complexa. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p. 12)

Já nos séculos XVII e XVIII havia no Brasil formas de comunicação de notícias, idéias e críticas, precedendo a tipografia. Bahia (1990) aponta que a partir de 1587 já existiam, na Bahia e em São Paulo, gazetins escritos e falados, perseguidos pelos jesuítas. Mas a implantação da tipografia no Brasil ocorreu mais de 200 anos depois, vinculada a uma série de medidas governamentais visando apoiar a normalização das atividades da Coroa Portuguesa. Apesar de imprimir essencialmente material burocrático da administração, alguns livros e instrumentos comerciais, a Impressão Régia é lembrada nos livros de história por ter impresso o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir de 10 de setembro de 1808 (MELO, 2003). Há controvérsias se este seria o primeiro jornal brasileiro, já que desde 1º de junho de 1808 Hipólito da Costa imprimia na Inglaterra o *Correio Braziliense* e enviava os exemplares

clandestinamente ao Brasil, a fim de burlar a censura prévia imposta pelo governo (SODRÉ, 1999). A *Gazeta do Rio de Janeiro* era um jornal de caráter oficioso, enquanto o *Correio Brasiliense* “exprime uma aguda visão crítica de fatos políticos, econômicos e sociais que envolvem o Brasil.” (BAHIA, 1990, p. 14).

Controvérsias a parte, fato é que o primeiro meio de comunicação de massa foi fundado no Brasil em 1808. O primeiro jornal privado do país, o *Diário do Rio de Janeiro*, foi fundado em 1821. Na época os jornais eram baratos. Romancini e Lago (2007) explicam que em média um exemplar custava entre 80 e 120 réis, enquanto uma empada com recheio de ave era comercializada por 100 réis e uma garrafa de cachaça por 80.

O século XIX também foi palco de grandes transformações no sistema de comunicações mundial. Segundo Romancini e Lago (2007), o jornalismo no período foi marcado pela introdução do telégrafo em 1852, o início do uso de cabos submarinos para o telégrafo ligando Recife a Londres a partir de 1874 e o desenvolvimento dos correios na segunda metade do século, facilitando a circulação da informação. Além disso, Brito e Pedreira (2009) lembram a melhoria dos sistemas de transportes, que contribuíram para a modernização e o fortalecimento dos jornais.

Ocorreu igualmente uma maior profissionalização e especialização no jornalismo, diminuindo o número de publicações editadas por apenas uma pessoa, de forma amadora. Também nesse período aconteceu uma confluência entre jornalismo e literatura, com escritores que se tornaram marcos da literatura brasileira publicando textos em jornais, como José de Alencar e Machado de Assis. Os leitores presenciaram as primeiras tentativas de diversificação e especialização da imprensa. Começaram a surgir periódicos para públicos específicos, como humorísticos, acadêmicos e científicos, para a família ou a mulher (ROMANCINI e LAGO, 2007).

Essa profissionalização da imprensa ocasionou o desenvolvimento das estruturas jornalísticas como empresas, tendo como pioneiro o jornal *A Província*, em São Paulo. A publicação buscava sobreviver economicamente através da venda de anúncios, assinaturas e venda em bancas. Por isso foi o responsável, em 1876, pela estruturação do primeiro sistema

de vendas avulsas nas ruas¹⁸: um vendedor anunciava o jornal pela cidade com o auxílio de uma buzina. Logo outros jornais começaram a fazer o mesmo e surgiram as primeiras bancas de jornal (ROMANCINI e LAGO, 2007).

Apesar de ter havido um movimento rumo à profissionalização nas redações, a maioria dos jornais ainda se posicionava politicamente quanto a temas polêmicos. O caráter político dos jornais ficou ainda mais claro após a independência, quando as publicações realizaram pressões políticas que resultaram na abdicação de D. Pedro I (BRITO e PEDREIRA, 2009).

Ao longo do século XIX os jornais tiveram papel fundamental em outros marcos históricos brasileiros, como a Abolição da Escravidão, em 1888, e a Proclamação da República em 1889 (BAHIA, 1990). No período entre a implantação da imprensa e a Proclamação da República que se proliferaram pequenos jornais de oposição, de caráter contestador e revolucionário, na maioria das províncias. Batizados de “pasquins”, esses jornais iriam inspirar manifestações semelhantes de jornalismo durante as duas ditaduras do século XX (BAHIA, 1990). Essa imprensa foi dando lugar aos poucos a estruturas industriais características de uma sociedade capitalista.

Entre o final do século XIX e início do XX os pequenos jornais desapareceram rapidamente. Com a proliferação das publicações produzidas em estruturas industriais, o leitor tornou-se mais exigente e os jornais mais sofisticados (BAHIA, 1990). As maiores empresas de comunicação aderiram às regras do capitalismo industrial, houve uma expansão do jornalismo regional e das áreas de cobertura. Se antes um jornal tratava essencialmente de política e economia, nesse momento os periódicos descobriram o valor de temas populares, como esportes e eventos populares, e cresceu o faturamento com publicidade. No final do século XIX os jornais, a tipografia e as artes “se beneficiam da eliminação do trabalho escravo, do crescimento econômico que impõe melhores níveis de renda, do trabalho assalariado e da descentralização republicana.” (BAHIA, 1990, p. 108).

O século XX começou com a consolidação das empresas de comunicação. Durante a primeira República, a grande imprensa assumiu o caráter de empresa e apareceram outros tipos de jornalismo, produzidos por grupos específicos, como a imprensa negra e operária, em

¹⁸ Já existia venda avulsa no Rio de Janeiro desde 1858, inclusive utilizando mão-de-obra escrava, mas não de forma estruturada.

um movimento que acompanhou o aumento da complexidade social brasileira (ROMANCINI e LAGO, 2007). Ao mesmo tempo, ocorreu a concentração crescente do controle das empresas de comunicação, especialmente a partir da década de 1920. Wainberg (2002) aponta que em 1912 circulavam no Brasil 1.377 publicações, sendo 140 diários. Entre 1912 e 1930, o número de periódicos aumentou 72%. Na época, estima-se que havia 14 mil jornalistas no país.

O jornalismo no Brasil costumava adotar o padrão editorial europeu, mas no final da década de 1920, segundo Bahia (1990), alguns jornais começaram a buscar a objetividade do jornalismo norte-americano. Matos (2008) aponta que os principais países que influenciaram o jornalismo brasileiro até este período foram a França e a Grã-Bretanha, porém, após a Primeira Guerra Mundial o Brasil voltou-se ao modelo dos Estados Unidos, baseado em pressupostos comerciais e de neutralidade da notícia. Assim, o país passou a seguir as premissas norte-americanas também no jornalismo, ao mesmo tempo em que se alinhou economicamente com a América do Norte, conforme visto no capítulo anterior.

A década terminaria com a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à Presidência. Apesar de aparentemente ser um evento estritamente político, acabou por influenciar o jornalismo brasileiro. Brito e Pedreira (2009) defendem que após a Revolução ocorreu uma emergência das classes médias e trabalhadoras, o que ampliou a venda de jornais. Mas ao mesmo tempo se acentuava a censura, com a maior parte dos jornais defendendo a reconstitucionalização do Brasil. A partir de 1937, Vargas tentava enfraquecer os jornais que lhe criticavam através da taxaçoão da importação do papel, que o Brasil ainda não fabricava. Mas Romancini e Lago (2007) destacam que ao lado da perseguição aos jornais de oposição e da censura, durante o governo Vargas as empresas de comunicação avançaram em termos tecnológicos e de mercado. Teve continuidade o movimento de profissionalização do jornalismo, influenciado inclusive pela nova legislação trabalhista. Aumentou o número de publicações especializadas, que evoluíram de seções da imprensa diária, como humor, esporte, medicina, teatro, cinema, radiofonia, moda, automotores, etc (BAHIA, 1990).

Em 20 de abril de 1923 foi fundada a primeira rádio brasileira, a Rádio Sociedade Rio de Janeiro. O rádio ganhava cada vez mais espaço e o jornal deixava de ser o único meio de comunicação de massa no país (BAHIA, 1990). Conforme dados do IBGE, citados por Caparelli (1982), até 1940 havia em todo o território nacional 70 emissoras de rádio. Uma

década depois o número já havia mais que triplicado: em 1950 eram 243. O jornal ganhava assim um concorrente na transmissão de notícias.

A próxima grande modificação no cenário da comunicação no país, que acabaria por ampliar também o mercado de trabalho para jornalistas, ocorreu em 1950, com a criação da primeira emissora de televisão. Vinculada ao maior grupo de comunicação na época, os Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, a *TV Tupi* foi inaugurada no dia 18 de setembro de 1950. Esta primeira fase da televisão se caracteriza, segundo Caparelli (1982), pelo oligopólio dos Associados, período encerrado quando a Rede Globo¹⁹ assumiu o posto de líder em comunicação no país. Nos primeiros dez anos da televisão no Brasil, o jornalismo se consolidou como um empreendimento comercial, apesar de a imprensa ainda ser muito partidária. Também neste período ocorreu a proliferação de estilos mais interpretativos de jornalismo, com análises aprofundadas e jornalismo investigativo (MATOS, 2008).

Entre os meios de comunicação, é a evolução da televisão que melhor exemplifica a postura governamental com relação à dependência externa. Caparelli (1982) aponta que o novo meio de comunicação foi implantado segundo o modelo norte-americano de livre iniciativa, demonstrando a relação próxima do país com os Estados Unidos. Mas como o Estado sempre deteve o monopólio da concessão de canais, ela serviu também aos interesses dos grupos dominantes internos, cujos interesses se cristalizavam nos governos.

O rádio e a imprensa seguiam como líderes na transmissão de informações. A existência de um incipiente sistema de telecomunicações, ao lado de correios e meios de transporte ainda deficientes, dificultava a expansão da comunicação no país. Por isso, os grandes jornais concentravam-se no Rio de Janeiro e em São Paulo. O Estado ainda era o principal provedor da imprensa, através de auxílios como financiamentos por bancos oficiais, isenções fiscais e publicidade. No rádio e na TV, a dependência do poder público era agravada pelo fato de os empreendimentos dependerem de concessões governamentais, como ocorre ainda hoje. Já nos impressos, o governo interferia controlando as quotas de papel importado. Aos poucos foi aumentando a receita obtida através de publicidade e surgiram as primeiras agências. Logo os anúncios chegaram a responder por 80% das receitas dos jornais,

¹⁹ Ao longo dos anos, a Rede Globo tornou-se o maior grupo de comunicação do Brasil e uma das maiores redes de televisão do mundo. Atualmente conta com mais de 120 emissoras próprias e afiliadas. Seu sinal cobre 98,44% do território brasileiro e atinge 99,5% da população (REDE GLOBO, 2011).

fazendo eles se preocuparem mais com a circulação e o número de leitores, se tornando menos dependentes dos governos (ABREU, 2002). Além de problemas para aquisição do papel e de equipamentos, os jornais não conseguiam ainda alcançar grandes parcelas da população devido aos altos índices de analfabetismo. Bahia (1990) diz que na metade do século passado estima-se que 50% da população era analfabeta.

No final da década e principalmente na década de 1960 teve início uma penetração sistemática de capital estrangeiro na televisão da América Latina, graças ao grande desenvolvimento alcançado pelo setor nos países hegemônicos, especialmente Estados Unidos. Esse movimento retrata, através do desenvolvimento dos meios de comunicação, a posição assumida pelo Brasil na nova ordem mundial:

Para os grupos internacionais, portanto, o final da década de 50 trouxe esta nova possibilidade para a expansão do capital e integração do setor da televisão dentro da nova ordem econômica internacional – caracterizada pelo desenvolvimento dependente, mas no interior do sistema econômico a nível mundial. Pela peculiaridade da indústria da informação, a penetração dos investimentos estrangeiros serviu de lubrificante para a integração das economias dependentes ao imperialismo. Em outras palavras, junto com a produtividade econômica, a televisão trouxe uma produtividade política em favor dos interesses norte-americanos. (CAPARELLI, 1982, p. 13)

A imprensa de iniciativa individual praticamente desapareceu, dando lugar a empreendimentos poderosos (BAHIA, 1990).

Às vésperas do golpe militar o número de emissoras de rádio brasileiras já ultrapassava 400 (CAPARELLI, 1982). Em 1960, conforme apêndice publicado por Schramm (1970), o país tinha uma média de 5,4 exemplares de jornais diários para cada cem pessoas, número muito baixo se comparado com alguns países vizinhos, como Argentina (15,5 em 1959) e Uruguai (21,5 em 1961). Em 1961 o Brasil tinha em média 6,4 receptores de rádio para cada cem pessoas e 2,2 aparelhos de televisão, enquanto a Argentina registrava 19 de rádio e 3,3 de televisão e o Uruguai 31,5 e 2,1.

3.1.1 Expansão das telecomunicações e repressão no regime militar

Tendo em mente os aspectos políticos e econômicos que levaram ao golpe militar de 1964, cabe lembrar que o movimento contou com amplo apoio civil, sendo a grande imprensa

um dos suportes estratégicos do movimento que culminou com a tomada do poder pelos militares. Abreu (2002) frisa que muitos proprietários de jornais concordavam com a ideologia da UDN, alinhada com os militares para destituir João Goulart. Estes meios de comunicação criticavam a influência do Estado na economia e as restrições à entrada de capital estrangeiro no país, bem como o “perigo comunista”, que só seria afastado com a concentração do poder nas mãos dos militares, impedindo a ascensão dos grupos de esquerda. *Última Hora*²⁰ foi um dos poucos jornais contrários à instalação de um regime militar, pois apoiava as reformas de base propostas por João Goulart e as reivindicações dos sindicatos e movimentos de esquerda.

Desde os anos 1950 a participação do Brasil na “idade da cultura de massa” era cada vez mais significativa. Bahia (1990) mostra levantamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), de 1966, onde é registrada a existência de 45 estações de televisão principais, dez auxiliares e uma experimental. Já havia 1,8 milhão de aparelhos receptores de TV, 264 jornais diários (com tiragem total de 4 milhões de exemplares), mil emissoras de rádio e 4,7 milhões de receptores de rádio. O grande alcance dos meios audiovisuais, segue o autor, gerou uma crise nos impressos não só no Brasil, mas também em países desenvolvidos, como França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, fazendo com que os jornais mudassem, reforçando o conteúdo. A cultura da imagem apareceu também nos impressos, já que na década de 1960 Abreu (2002) aponta ter havido o apogeu das revistas ilustradas semanais, como *O Cruzeiro* (do grupo Diários e Emissoras Associados), *Manchete* e *Fatos e Fotos* (ambas do Grupo Bloch).

Na década de 1960 se solidificou a penetração de capital estrangeiro, cujo caso mais emblemático é o contrato do *Grupo Time-Life* com a *Globo*²¹, assinado ainda no governo de João Goulart, apesar de a emissora ter sido inaugurada apenas em 1965, já durante o regime militar. “Nesse período, os militares que assumiram o poder necessitavam dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, para a obtenção de uma legitimidade que não tinham.” (CAPARELLI, 1982, p. 26). Diferentemente do império dos *Diários e*

²⁰ Jornal carioca fundado em 1951 por Samuel Wainer, é reconhecido pelo seu padrão inovador para a época, em termos técnicos e gráficos. Fazia parte do Grupo Wainer, composto, além do jornal, pela Companhia Paulista Editora e de Jornais SA, pela Editora Érica e pelo Rádio Clube.

²¹ Contrariando a legislação em vigor, que impedia a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação brasileiras, a Rede Globo assinou contrato com o grupo norte-americano *Time-Life* em 1962, para concessão de técnicas e equipamentos. Caparelli (1982) afirma que o contrato violou o artigo 160 da Constituição e “a televisão Globo tornou-se, após essa data, a porta-voz oficiosa dos militares.” (CAPARELLI, 1982, p. 24).

Emissoras Associados, símbolo do modelo de administração coordenada por capitães de indústrias e empresas familiares, a *Rede Globo* personifica o novo modelo dominante na comunicação: um modo racional capitalista de produção. A partir daí a televisão se popularizou no Brasil, conforme Caparelli (1982), devido às mudanças na forma de organização das empresas e às próprias modificações ocorridas na sociedade.

Desde 1960 as emissoras de TV dispunham do *videotape*, que permite a gravação e edição da programação, mas só em 1967 se tornou possível a criação de redes nacionais, devido à melhora do sistema brasileiro de telecomunicações (CAPARELLI, 1982). Entre 1965 e 1975 ocorreu um grande desenvolvimento da televisão e do rádio em quase todos os países da América Latina. “Constata-se também que após esse crescimento acelerado as curvas perdem velocidade. Isso se explica pela saturação relativa do mercado.” (CAPARELLI, 1989, p. 15). O autor pondera que a posterior desaceleração desse crescimento também teve a ver com os efeitos da crise econômica e política, pela mudança do modelo econômico que prejudicava as camadas populares e os trabalhadores.

Nesse novo cenário de autoritarismo, a *Rede Globo* já reinava como maior rede de comunicação do país. Esta segunda fase da televisão brasileira, iniciada em 1964, é marcada pelo amadurecimento do modelo *Globo*, pelas mudanças políticas, culturais e econômicas ocorridas após a queda de João Goulart e pelo papel desempenhado pela televisão ao impulsionar o (e ser impulsionada pelo) setor econômico, facilitando a internacionalização do mercado brasileiro e integrando grandes camadas da população no mercado consumidor (CAPARELLI, 1986). No campo político-ideológico, o pesquisador destaca que a televisão cumpriu importante papel na legitimação do governo pós-64 e na execução dos objetivos da Doutrina de Segurança Nacional.

Para se ter uma idéia da importância dada pelos militares à televisão, basta reproduzir números apresentados por Caparelli (1986) quanto às emissoras existentes. De 1950 a 1964 foram outorgadas 33 concessões de canais de televisão para exploração da iniciativa privada. Já de 1964 a 1979 foram 112 concessões. Ou seja, nos primeiros 14 anos de regime militar o número de concessões mais do que triplicou com relação aos 14 anos anteriores ao novo governo.

Na década de 60, o jornal continuava sendo um produto elitista, apesar da grande redução do analfabetismo. Caparelli (1982) aponta que em 1975 a porcentagem de analfabetos já havia caído para 20%. Porém, os preços dos periódicos cresceram, ao mesmo tempo em que boa parte da população registrou perda do poder aquisitivo. Assim, o consumo de jornais continuava não sendo realmente massivo, tanto que as publicações com tiragem superior a 100 mil exemplares eram exceções. Segundo dados do IBGE (1971), em 1970 havia 977 jornais no país, sendo 257 diários. Apesar do alto custo dos aparelhos receptores de TV, esse meio de comunicação crescia a cada ano. No final da década, segundo Pinheiro (2006), foram criadas as primeiras emissoras públicas, com programação voltada à educação e à cultura. Apenas entre 67 e 74 foram criadas nove. Hoje, há apenas duas redes de televisão públicas e cinco privadas.

Ao mesmo tempo, reforçava-se a concentração nas empresas de comunicação. Caparelli (1982) exemplifica com dados a respeito da imprensa diária: em 1973 era editado no eixo Rio-São Paulo 68% da circulação total da imprensa diária brasileira, ou 61% da circulação total. São Paulo detinha 40% da circulação e Rio de Janeiro 25%. Somando-se ao cálculo Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, os cinco estados editavam 90% da circulação nacional.

Apesar de ainda haver problemas com relação à obtenção do papel imprensa, uma vez que até 1979 dois terços do papel consumido no país eram importados, no final da década de 1970 o Brasil já contava com 1.200 jornais, sendo 280 diários. A tiragem total, independente de periodicidade, era de 1,5 bilhão de exemplares, sendo 1,35 bilhão de diários. As revistas somavam 700 títulos, sendo 300 semanais ou mensais, com uma tiragem total de 220 milhões anuais, ou seja, menos de duas revistas per capita por ano. Com relação ao rádio, eram cerca de mil estações (sendo 800 AM), que totalizavam 35 milhões de receptores. Já o mais novo meio de comunicação, a televisão, contava com 70 emissoras e 11,5 milhões de domicílios com aparelhos receptores (BAHIA, 1990).

Com o início da década de 1980, as empresas jornalísticas mergulharam em uma crise causada pela perda de benefícios governamentais e pela competição trazida com a globalização da economia e o surgimento de novas mídias. O mercado profissional era marcado por redução salarial e tentativas de driblar a legislação trabalhista.

É a fase, ainda vigente, da contenção salarial; do crescimento espantoso da utilização do noticiário de agências e de *press-releases* para substituir a contratação de profissionais; da contratação de *free-lancers* (“frilas”, no jargão das redações), sem garantias trabalhistas, pois os profissionais são obrigados a se transformarem em pessoas jurídicas (“pejotas”). Com todos os riscos de perda da qualidade que essas práticas acarretam. (NEVEU, 2006, p. 191)

Apesar de ter se calado diante do arbítrio do regime militar, a grande imprensa desempenhou importante papel na redemocratização. Como exemplo de ações a favor do fim do regime militar, no final dos anos 70 e principalmente década de 80, Matos (2008) cita a cobertura da *Folha de S. Paulo* nas campanhas em favor das eleições diretas, a publicação de matérias sobre abusos aos direitos humanos pela *Veja* ainda nos anos 70 e o papel desempenhado por alguns jornalistas, especialmente da área econômica, no jornal *O Globo*.

3.1.2 Políticas federais para as telecomunicações

Conforme visto anteriormente, a evolução da comunicação no país e, mais especificamente, do jornalismo, esteve ligada ao Estado. Tanto pela existência ou não de censura quanto pelas políticas governamentais para o setor, a história dos meios de comunicação está atrelada às políticas governamentais, desde a implantação da imprensa no país. Entretanto, lancemos um olhar a respeito desse fenômeno durante as décadas que antecederam o golpe de 1964 e, principalmente, no período em que o país foi comandado pelos militares.

Já na década de 1930 o governo Vargas usou de recursos financeiros e políticos, além da censura através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), para controlar os meios de comunicação. Além da publicidade governamental, grande fonte de renda para as empresas do setor, as críticas ao governo eram moderadas através da distribuição de subsídios para a importação de papel e equipamentos gráficos e de som, afetando assim tanto a mídia impressa quanto o rádio (BAHIA, 1990).

Cabe recordar que o controle sobre o papel se dava pela necessidade de importá-lo, uma vez que nos anos seguintes o preço continuou estável. Goldenstein (1987) aponta que entre 1943 e 1958 o preço do quilo de papel imprensa havia subido de 2,35 Cruzeiros para 4,82 Cruzeiros. Fazendo uma estimativa a respeito da inflação do período, a pesquisadora

aponta que entre 1944 e 1958 o preço na realidade caiu, se for considerada a inflação. Mas nos cinco anos seguintes o preço saltou para 135 Cruzeiros, devido principalmente a uma série de medidas governamentais e à inflação. Todas as empresas jornalísticas foram atingidas e tentaram reagir, aumentando o preço de venda e dos anúncios. Muitas não resistiram e fecharam neste período, devido à crise agravada pela pressão por aumento de salários.

De 1945 a 1964, um dos poucos períodos democráticos da história do Brasil, Ortiz (1989) aponta que houve um processo de renovação cultural. Vale recordar com o autor que o caráter comercial dos meios de comunicação acentuou-se já a partir de 1952, quando a legislação aumentou para 20% o percentual de publicidade permitido.

Avançando no tempo, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas, no campo da cultura, pela presença do imaginário revolucionário e pela consolidação de um mercado de bens culturais, em oposição às duas décadas anteriores, marcadas pela incipiência de uma sociedade de consumo (ORTIZ, 1989). Diante disso, segundo o autor, o governo justificava a presença da censura pelo seu caráter disciplinador, ocultando sua face repressiva. Enquanto esta é negativa, aquela é mais complexa, pois age como uma forma de repressão seletiva, impossibilitando a emergência de alguns tipos de pensamentos ou obras artísticas. “Procura-se garantir a integridade da nação na base de um discurso repressivo que elimina as disfunções, isto é, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos pressupostos como comuns e desejados por todos.” (ORTIZ, 1989, p. 115).

Percebe-se que investimentos na área de telecomunicações eram uma preocupação presente já no governo de João Goulart. Em 1962 o Congresso Nacional aprovou o Código Brasileiro de Telecomunicações. O documento, que disciplinava e organizava a radiodifusão, reforçou o caráter comercial e privado, funcionando por meio da outorga de concessões pelo Governo Federal. A televisão começou a se organizar em redes, ainda precárias, que se consolidaram apenas a partir de 1975 com programação em rede nacional. “Também é possível afirmar que o Estado fornecia a infra-estrutura tecnológica e a iniciativa privada, a produção de conteúdos. [...]” (TONIAZZO, 2006, p. 123). Esta postura é visível também no Plano Nacional de Telecomunicações, de 1963:

O Decreto 52.026, de maio de 1963 – antes, portanto, do golpe de estado – estabeleceu as finalidades do Plano Nacional de Telecomunicações, para dotar o país de um sistema de telecomunicações integrado, capaz de satisfazer às necessidades de

desenvolvimento e de segurança nacional. Essas finalidades visavam também a assegurar comunicações rápidas, eficazes e econômicas, que dessem ao governo condições de controle efetivo e uma fiscalização eficiente desse setor. (CAPARELLI, 1989, p. 21)

O golpe de 1964 na realidade foi apoiado não só pela população, mas também pela mídia em geral. O apoio vinha especialmente das classes médias e grupos conservadores, preocupados com a postura esquerdista do presidente João Goulart e com os problemas financeiros do país. Isso porque, conforme lembram Romancini e Lago (2007), não se esperava que a tomada de poder resultasse em um regime autoritário tão longo.

Em outras palavras, os meios de comunicação trabalharam para legitimar o movimento de 64 e reforçar seu “status político” entre o público, desde o Marechal Castello Branco, passando pelo General Costa e Silva e intensificando-se no Governo do General Médici. (CAPARELLI, 1986, p. 32)

A comunicação foi uma das preocupações do governo militar, não só com relação ao controle das informações através da censura, mas também com o objetivo de integrar o país. Para tanto, era essencial o estabelecimento de um sistema eficaz de telecomunicações, que chegasse a todos os pontos do Brasil, o que também era imprescindível para atingir o principal objetivo da política econômica: crescimento rápido. Segundo Moreira (2002), a implantação da infra-estrutura necessária à expansão e ao aumento da eficiência da comunicação em todo o território nacional se aliou à crescente expansão industrial, ao crescimento do mercado publicitário e à necessidade de eficientes veículos de comercialização.

Depois de 1964 o governo escolheu um crescimento rápido da economia e procurou uma integração nacional da população enquanto consumidora. Para isso, era necessário um sistema de telecomunicações eficaz, que favorecesse a unificação de um mercado de milhões de pessoas que viviam em estágios diversos de desenvolvimento, dos quais uma parte fora das relações capitalistas. (CAPARELLI, 1989, p. 21)

Para isso, um dos pontos essenciais era a integração da população nacional como consumidora (CAPARELLI, 1989). Foi com esse objetivo, segue o autor, que o governo iniciou um plano de melhoramento das telecomunicações, visando unificar o mercado brasileiro, em detrimento dos diferentes estágios de desenvolvimento das regiões.

Esta interligação de fatores políticos (**meios de comunicação para a integração e Segurança Nacional**) e econômicos (**acompanhar atendimento da demanda de comunicações exigidas pela economia**), favorece o crescimento rápido dos serviços

de telecomunicações, a criação de empresas que, por sua vez, vendem serviços, sendo um novo setor de aplicação do capital e, finalmente, agem indiretamente para a formação dos oligopólios na televisão pela possibilidade de racionalização maior dos negócios. [grifos do autor] (CAPARELLI, 1982, p. 61)

Desse modo, além do controle por meio da censura, o governo exercia um controle indireto sobre os meios de comunicação através das políticas adotadas para o setor. Melo (1985) afirma que o modelo adotado no Brasil beneficiava a burguesia, que explorava os meios de comunicação de massa como reprodutores do capital, enquanto o Estado controlava a propriedade das empresas do setor e o seu funcionamento político. Esse domínio ficou muito evidente em se tratando de radiodifusão: para explorar qualquer emissora de rádio ou televisão é necessário obter uma concessão do governo. Porém, não significa que não agia nas outras mídias, como a imprensa. Nesta, o autor aponta que a atuação do governo era ainda mais poderosa, uma vez que atuava concedendo cotas de papel, na autorização para importação de equipamentos, no fornecimento de créditos, incentivos fiscais e na distribuição da receita publicitária.

Logo, a Política de Comunicações predominante na América Latina, com exceção de Cuba (onde o Estado detém a propriedade e o controle dos meios de comunicação de massa) corresponde a uma articulação entre a burguesia e o Estado, que asseguram o monopólio desses instrumentos de reprodução simbólica. O Estado latino-americano é um Estado a serviço dos interesses burgueses, donde o privilégio que atribui para o controle dos MCM. (MELO, 1985, p. 22)

O sistema de concessões para exploração de rádio e televisão, principalmente devido aos critérios adotados pelo governo federal para sua distribuição, colaborou também para a concentração vertical nos meios de comunicação. Logo os grupos de comunicação, beneficiados pelas medidas governamentais, foram levados a um abrandamento das críticas políticas e mesmo à colaboração com os militares. Caparelli (1982; 1989) afirma que pelo medo de perder concessões, os meios de comunicação atuaram de modo a reforçar o status político e legitimar o golpe de 1964.

É possível compreender a atenção dispensada pelo governo militar ao desenvolvimento de um sistema de comunicação eficaz ao se considerar que já no ano seguinte à tomada de poder foi criada a Embratel e o Ministério das Comunicações. Mais tarde, em 1972, foi criada a Telebrás (ABREU, 2002), completando um aparato governamental formado para regular e controlar o setor. As medidas surtiram efeito,

aumentando exponencialmente o número de empresas de comunicação durante o regime militar.

Caparelli (1982) cita dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mostrar o constante crescimento no número de emissoras de rádio: até 1940 havia 70 emissoras em todo o país; em 1950 eram 243; em 1960 chegaram a 400. Mas o mais impressionante é que de 1960 a 1970 o número mais que dobrou, saltando para aproximadamente mil emissoras. Percebe-se, assim, o foco nas telecomunicações, ao mesmo tempo em que é possível compreender porque os grandes meios de comunicação se mostraram complacentes com o regime militar. Como as concessões, tanto de rádio como de televisão, são outorgadas à iniciativa privada pelo governo, estas ficavam submetidas ao Estado para evitar uma possível perda da concessão.

O mesmo crescimento ocorreu com a televisão: de 1950 a 1964 foram concedidos 33 canais para exploração da iniciativa privada, enquanto nos primeiros 14 anos de regime militar foram 112. “Num período marcado pelo autoritarismo dos governos pós-64, essas concessões tornaram-se uma forma de controle da televisão [...] por pessoas de confiança política do poder, satélites e planetas do sistema de dominação.” (CAPARELLI, 1986, p. 23). A TV se popularizou no Brasil só a partir da segunda metade dos anos 60 devido, segundo Caparelli (1982), às mudanças ocorridas na sociedade e no sistema televisivo enquanto organização. Durante o governo do General Médici, de 1970 a 1974, o número de aparelhos receptores chegou a mais de sete milhões e, no governo Geisel, subiu para 11 milhões (CAPARELLI, 1986, p. 34). Esse meio de comunicação serviu para ampliar tanto o mercado quanto o setor de comunicação, por isso “deve ser analisado, não como um meio de comunicação individual, mas como parte do sistema de comunicação de massa no Brasil, ao lado do rádio, jornal, revista, cinema, publicidade” (CAPARELLI, 1982, p. 87).

Analisando a televisão, Caparelli (1986) distingue duas fases, que representam também a realidade da comunicação como um todo no período em questão. A primeira fase, de 1950 a 1964, é marcada pela concentração dos meios de comunicação representada pelo oligopólio de Assis Chateaubriand nos *Diários e Emissoras Associados* e pela chegada da televisão no país, trazida pelo empresário. A segunda inicia-se no ano do golpe militar, 1964, com o amadurecimento do modelo *Globo* de gestão empresarial na comunicação, após contrato com o grupo americano *Time-Life* em 1962. Nessa realidade, “pela sua exploração

comercial, ela, a televisão, impulsionou e recebeu impulso do setor econômico, facilitando a internacionalização do mercado interno e integrando, como consumidor, grandes camadas da população.” (CAPARELLI, 1986, p. 12).

O amadorismo dos primeiros anos da televisão foi deixado para trás com a inauguração da *TV Globo*, mas ela só se tornou um veículo de massa na década de 1970, em um movimento inverso ao dos impressos: muitos fecharam devido às restrições de ordem política e ao aumento do preço do papel. O governo ainda exercia grande poder econômico sobre os periódicos, uma vez que era o principal anunciante (ABREU, 2002). Assim, a década de 1970 foi marcada por grandes investimentos no setor, pela consolidação dos grandes grupos como a *Rede Globo*, pelo crescimento da publicidade e pela formação de conglomerados jornalísticos, mudanças que haviam começado já na década de 1960 (FRANÇA, 2009). Nesse período se consolidou a indústria cultural no Brasil, tendo como suporte o capitalismo monopolista e o próprio contexto político e econômico do país.

Reforçando o controle sobre os impressos, o governo criou em 1967 o Grupo Executivo das Indústrias do Papel e Artes Gráficas (Gepag), ligado ao Ministério da Indústria. Seu objetivo era colaborar para a expansão das indústrias de papel e editoras. Citando Mattos (1985), Caparelli (1989) aponta que entre 1967 e 1970 o Gepag colocou à disposição das indústrias, para aquisição de equipamentos de impressão, 85,6 milhões de dólares. Porém, a realidade não era favorável aos jornais e revistas. Conforme Caparelli (1989, p. 58), de 1969 a 1974 caiu o índice de leitura de jornais devido “ao caráter concentrador de renda da política econômica do estado e o descrédito dos leitores em relação aos conteúdos veiculados”. O número de exemplares por habitante só cresceu quando a censura diminuiu.

Outros fatores que prejudicaram os impressos no período foram a continuidade dos altos índices de analfabetismo, o aumento do preço do papel e conseqüentemente dos impressos, além da perda de poder aquisitivo da população (CAPARELLI, 1982). Conforme dados oficiais citados pelo autor, nos anos de 1960 e 1970 o analfabetismo diminuiu, chegando a 20% em 1975. Porém, há acusações de que as estatísticas eram distorcidas para justificar o desenvolvimento pregado pelos militares. “Por isso, o jornal continuou elitista, sem um consumo realmente massivo. Jornais com tiragem superior a cem mil exemplares são exceções, praticamente não existindo nenhum que chegue a trezentos mil diários.” (CAPARELLI, 1982, p. 84).

Caparelli (1989) mostra que havia uma relação dialética entre jornal, rádio e televisão com os campos político e econômico:

1. As mídias tiveram um papel importante na preparação, no auge e no declínio dos modelos políticos e econômicos impostos às regiões do Cone-Sul da América Latina, de 1964 a 1984;
2. Os modelos políticos e econômicos de desenvolvimento, impostos pelo centralismo autoritário no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai exerceram um papel importante na conformação e consolidação dos meios de comunicação nesses países (CAPARELLI, 1989, p. 112).

Para exercer de forma mais direta o controle da opinião pública o governo federal criou, em 1967, a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP). O governo passou a ocupar espaço na televisão para desenvolver “a mais organizada, sistematizada, ampla e total campanha de propaganda política, jamais vista no Brasil, procurando, junto à população, um consenso, bem como de uma feroz censura para impedir a circulação de mensagens contrárias.” (CAPARELLI, 1982, p. 155). A AERP foi reformulada e, de início, pareceu que a propaganda governamental diminuiria com a abertura política. O pesquisador aponta que de fato a propaganda arrefeceu, mas a guerra psicológica continuou no rádio, nos impressos e, especialmente, na televisão.

Com os grandes conglomerados de mídia, se acentuou a tendência à concentração dos meios de comunicação. Observa-se, então, concentração tanto de propriedade, horizontal e vertical, quanto geográfica²². Utilizando dados oficiais de 1973, Caparelli (1982, p. 89) assinala estatisticamente a concentração geográfica dos jornais brasileiros na década de 1970: Rio de Janeiro e São Paulo concentravam 68% do total de publicações da imprensa diária e 61% da circulação total, independente da periodicidade (São Paulo concentrava 40% e o Rio de Janeiro 25%). Adicionando-se na conta os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, a porcentagem sobe para 90% das publicações. Mesmo os alternativos circulavam essencialmente nos centros urbanos, uma vez que se dirigiam a um público urbano que em geral tinha acesso a outros meios de comunicação (CAPARELLI, 1986). A imprensa contra-hegemônica²³ serviu então ao que se propôs: a ser uma alternativa de informação.

²² Caparelli e Lima (2004) apontam que há quatro tipos de concentração de propriedade: horizontal (oligopolização ou monopolização na mesma área), vertical (integra diferentes etapas da produção até a distribuição, como as novelas da *Rede Globo*, produzidas, transmitidas e vendidas pela empresa), propriedade cruzada (mesmo grupo tem diferentes mídias) e monopólio em cruz (propriedade cruzada em nível local ou regional).

²³ Importante ter em mente que comunicação contra-hegemônica refere-se a todas as formas de comunicação que não envolve meios de comunicação de massa. Entre os tipos de comunicação contra-hegemônica pode-se citar

Apesar da proliferação de jornais alternativos na década de 1970, que levaram a uma exposição do público a mais opções de publicações, os índices de leitura não se elevaram. Caparelli (1986) aponta que nesta década o consumo de jornais no Brasil era muito baixo, inclusive no Rio Grande do Sul, citado pelo autor como uma de suas áreas mais desenvolvidas e, mesmo assim, sem imprensa de massa. Segundo o pesquisador, isto só pode ser entendido através da observação de fatores sociais, culturais e políticos, pois “o desenvolvimento da imprensa está intimamente ligado com a sociedade que lhe dá origem e razão de ser.” (CAPARELLI, 1986, p. 67). Isso pode, de acordo com ele, ser observado no Brasil, uma vez que as mudanças econômicas e políticas repercutiram nas indústrias culturais, bem como no rádio, na televisão e na imprensa em particular: cresceram rapidamente o rádio e a televisão, enquanto diminuíram as tiragens dos impressos, proporcionalmente à população.

Importante notar que a modernização conservadora promovida pelos militares acelerou a expansão da indústria cultural no país, em outros domínios além da televisão, consolidando um mercado cultural em bases industriais nas décadas de 1960 e 1970. Após o golpe militar o movimento cultural se caracterizou, segundo Ortiz (1989), por duas vertentes não excludentes: “por um lado se define pela repressão ideológica e política; por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais” (ORTIZ, 1989, p. 115-116). As produções culturais passaram a cobrir uma grande massa consumidora, ocorrendo expansão na produção, distribuição e consumo de bens culturais. É também nesse período que se consolidaram os conglomerados controladores dos meios de comunicação e a cultura popular de massa (ORTIZ, 1989). A indústria cultural que se estabilizava no país teve como suporte o capitalismo monopolista e a realidade política e econômica brasileira (FRANÇA, 2009). Ocorreu a expansão dos meios de comunicação e da própria cultura de massa (PAIVA, 1998).

3.1.3 Censura

A censura sempre esteve presente na história do jornalismo, desde que os governos perceberam o potencial para difusão de idéias que a tecnologia de impressão trazia. A

como exemplos a comunicação alternativa (já caracterizada neste trabalho), a comunitária (desenvolvida por comunidades organizadas) e a sindical (realizada nos sindicatos ou por uma classe de trabalhadores organizados) (PERUZZO, 2002; GIANNOTTI e SANTIAGO, 1996)

primeira instituição a utilizar a censura foi a Igreja, instituindo na Europa, em 1501, a obrigatoriedade de licença para imprimir qualquer obra. O controle dos impressos era configurado através de sistema de privilégios, concedendo o monopólio da imprensa a grupos fiéis ao governo (como ocorreu na Inglaterra), ou por um sistema de vigilância, através da verificação prévia das obras (MELO, 2003). Como fica claro, cinco séculos depois foi adotado no Brasil o mesmo sistema de controle vigente na Europa nos primórdios da imprensa. O governo atuava tanto censurando os materiais publicados e punindo seus autores, quanto controlando a concessão de canais de rádio e TV e de benefícios a empresas ligadas ao governo.

No Brasil a censura existiu desde o início da imprensa. Tanto que o *Correio Braziliense*, era editado na Inglaterra e enviado clandestinamente ao Brasil para evitá-la. A censura praticada após 1964 não foi um fato isolado, uma vez que a história da imprensa no país é marcada por períodos de liberdade de imprensa intercalados com feroz censura.

Durante o regime militar de 1964 a censura teve papel essencial porque, segundo Caparelli (1989), a execução do novo modelo econômico exigia a exclusão política de grande parcela da população. Logo, integrando a doutrina de segurança nacional, o governo passou a utilizar o controle sobre os meios de comunicação como forma de legitimação e controle da opinião pública. A tática deu certo. Logo os grandes veículos de comunicação, com medo das restrições que poderiam receber do governo, deixaram a crítica de lado. Mais tarde, todos os assuntos políticos foram banidos das páginas dos jornais.

Na década de 1970, especialmente nos anos de chumbo do governo do general Garrastazu Médici, o jornalismo econômico ganhou importância. Impedidos de noticiar assuntos políticos, os jornais investiram nas editoriais de economia e internacional. Estas notícias não incomodavam os militares, pois se dirigiam a um público específico e os dados eram fornecidos por agências oficiais. Além disso, o noticiário econômico divulgava a política econômica e suas conquistas, pois o bom desempenho econômico legitimava a permanência dos militares no poder (ABREU, 2002). Isso colaborou para a diminuição dos índices de leitura. Mais do que o descrédito da população em relação aos conteúdos por causa da censura, as publicações precisavam enfrentar o fato de o jornal ainda ser um produto de elite: seu alto preço e a concentração de renda diminuía seu público (CAPARELLI, 1989).

A resistência nas redações foi minada aos poucos, ficando restrita apenas a certos períodos da ditadura e a alguns poucos profissionais que insistiam em confrontar o governo. Tanto que grandes redações foram pressionadas a demitir jornalistas de renome que eventualmente faziam crítica política, como Cláudio Abramo, da *Folha de São Paulo*, e Mino Carta, da *Veja*. Nas décadas de 1960 e 1970, muitos jornalistas acabaram na lista de “subversivos”, virando alvo das ações repressivas do governo (MATOS, 2008). A censura colaborou inclusive para a diminuição da tiragem de muitos impressos, como destaca Caparelli (1989): a intervenção do Estado foi tão decisiva para o futuro das empresas de comunicação que a maior queda nas tiragens ocorreu, não coincidentemente, durante o governo Médici, auge da censura e da repressão.

O pesquisador mostra que a doutrina de segurança nacional passou a ser aplicada de forma mais rigorosa a partir de 1968, quando a Junta Militar assumiu a presidência no lugar do presidente Costa e Silva. Com a “linha dura” das Forças Armadas no poder, aumentou a censura, a perseguição aos meios de comunicação, o assassinato de jornalistas e inúmeros atentados à liberdade de expressão e aos direitos civis. É desse ano o Ato Institucional número 5, explicado detalhadamente no segundo capítulo.

Nos porões do aparelho estatal de repressão, a censura traça o perfil de uma ditadura antropófaga, mais sofisticada e cruel que a de 1937. O silêncio que se abate sobre a imprensa devora testemunhos, como no caso dos desaparecidos em que não há processos, registros, mandatos de prisão ou atestados de óbito. (BAHIA, 1990, p. 315)

A censura agia de várias formas: enviando bilhetes às redações com assuntos proibidos de serem divulgados, presença de censor na redação ou envio dos originais para avaliação. Muitos meios de comunicação evitavam falar sobre a existência de tortura ou sobre certos processos políticos, ao mesmo tempo em que preferiam demitir seus jornalistas mais críticos a fim de evitar confrontos com o governo. O Estado contava ainda com a autocensura nos meios de comunicação, principalmente após 1972, quando foi instituída a censura prévia no *O Estado de São Paulo* e *O Jornal da Tarde*. A ação “reforçou o poder dissuasório do sistema sobre os demais veículos, que docilmente se auto-censuram” (KUCINSKI, 1991, p. 44). Conforme citado por Jorge (1987), a Associação Nacional de Advogados Criminais apurou que nas duas décadas do regime militar 359 presos políticos foram mortos ou desapareceram. “Ser acordado por agentes da polícia, preso sem qualquer explicação, ter a casa invadida,

vasculhada, ser submetido à degradação física e moral, era um risco permanente” (MOTTER, 2001, p. 93).

Parecia que a situação começaria a melhorar com a posse do general Geisel, ao anunciar a abertura política. Porém, “a cada propalação de abertura, esses organismos [de repressão, da linha dura do Exército] subterrâneos reprimiam, prendendo e torturando” (CAPARELLI, 1989, p. 55). Ao longo da década de 1970 foi diminuindo a censura oficial, mas isso porque o governo apostava na permanência da autocensura, o que de fato ocorreu. Temendo as represálias do Estado, a maioria das empresas de comunicação evitava publicar assuntos que pudessem desagradar os militares. Abreu (2002) aponta que após as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, nos porões do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), a censura foi amenizada e os meios de comunicação passaram a defender mais abertamente a volta à democracia, a anistia e a liberdade de expressão. Entretanto, a grande imprensa seguia com a autocensura e os jornais alternativos, que praticavam a crítica política abertamente, ainda sofriam com a censura e a repressão. Além da violência, o governo utilizava pressão econômica contra as publicações que criticassem o regime, seja membros da grande imprensa ou publicações alternativas, como ocorreu na Coojornal.

Em plena abertura política, a Coojornal foi vítima da repressão em três momentos, devido a reportagens publicadas no seu principal periódico, o *Coojornal*. Em 1977, após a publicação de uma reportagem com o total de políticos cassados pelo regime militar, policiais federais visitaram os principais anunciantes e solicitaram que “retirassem seus anúncios e rompessem seus contratos com a Cooperativa. A 'solicitação' foi acompanhada da ameaça de 'dificuldades futuras', caso esses não atendessem o 'pedido' dos agentes da Polícia Federal” (ROSA, 2002, p. 151). Cerca de 80% dos anunciantes deixaram de anunciar segundo Kucinski (1991), dando início ao déficit econômico da cooperativa. No ano seguinte a publicação de uma matéria sobre o grupo que lutou pelo fim da ditadura no Uruguai, os Tupamaros, fez o Serviço Nacional de Informações identificar o *Coojornal* como subversivo e acusá-lo de receber verbas dos guerrilheiros (KUCINSKI, 1991).

Mas o caso mais emblemático de repressão contra a cooperativa ocorreu já na década de 1980. Em fevereiro de 1980 o *Coojornal* publicou uma matéria sobre a guerrilha no Brasil com base em relatórios do Exército comprados de um cabo. No texto foi relatada a operação

frustrada que perseguiu Carlos Lamarca no Vale do Ribeira, em 1970, e a ação que o capturou, em 1971, no interior da Bahia. Além de ter a edição apreendida, quatro jornalistas foram processados e condenados a cinco meses de prisão por divulgação de documento secreto e “prevaricação”. O fato é lembrado por diversos autores, como Rosa (2002; 2005), Chinem (1995; 2004) e Kucinski (1991), como um dos fatores que contribuiu para o fim da cooperativa.

Atos contra as liberdades civis continuavam ainda na década de 1980. Além da prisão dos jornalistas da Coojornal, em 1983 a *Rádio Bandeirantes* de São Paulo teve seus transmissores lacrados depois de ter desobedecido um recado telefônico do Ministério das Comunicações para que não noticiasse a greve dos petroleiros paulistas. O último ato de censura do regime militar ocorreu já em 1984, na votação da emenda Dante de Oliveira para a instituição de eleições diretas. Na época, os meios de comunicação foram proibidos de fazer imagens da Capital Federal (BAHIA, 1990).

Para além da censura, o governo incentivou a indústria cultural, especialmente as produções que se adequassem a uma idéia de sociedade idealizada pelos governantes como desejada no Brasil. É comum, por exemplo, o uso de justificativas para a censura de produtos culturais por atentarem contra a moral e os bons costumes. Logo, entende-se que a ideologia de Segurança Nacional é “moralista” (ORTIZ, 1989).

Importante lembrar que nenhum regime autoritário, por mais repressivo que seja, consegue controlar permanentemente a expressão de idéias dos grupos sob seu domínio.

Isso aconteceu nos séculos passados e isso acontece agora, numa renovação do mito de Prometeu. Se a repressão é forte, com os macromeios (rádio, televisão, jornais, revistas) amordaçados, brotam micromeios ao lado do poder, canalizando as insatisfações das camadas sociais descontentes. Quando, então, essa repressão volta também contra esses micromeios, eles se tornam invisíveis na clandestinidade, o avesso dessas flores que se abrem durante o dia e se fecham durante a noite. (CAPARELLI, 1989, p. 95)

Durante o regime militar, esses “micromeios” proliferaram, especialmente após 1975, durante a abertura política. O movimento, que renovou a imprensa nacional, ficou conhecido como “imprensa alternativa”.

3.1.3.1 Do silêncio dos meios de comunicação de massa surgem os alternativos

Na década de 1970 os empreendimentos jornalísticos enfrentavam inúmeras dificuldades devido à censura e aos favorecimentos dados pelo Estado às empresas alinhadas ao governo militar. Também havia, assim como nos demais ramos da economia, uma forte tendência à concentração de propriedade e geográfica, conforme abordado anteriormente. A adaptação da imprensa em moldes industriais exigiu uma grande concentração de capital e tecnologia, marcando o fim das iniciativas de menor porte. Isso até que surgisse a imprensa alternativa. Os periódicos desse movimento, como aponta Caparelli (1986), traziam muitas características do jornalismo pré-capitalista, como métodos quase artesanais de produção e distribuição, poucas pessoas envolvidas nos projetos, foco em valores ideológicos e não no lucro²⁴. Para o autor, foram uma reação à indústria cultural e ao regime ditatorial:

Acreditamos que, por um lado, a imprensa alternativa é apenas uma decorrência da própria indústria cultural, que tem grandes capitais imobilizados e precisa impulsionar sua rentabilidade, vendendo serviços a terceiros e não deixando máquinas ociosas; e, do outro, como uma reação ao comprometimento da chamada grande imprensa e sua venalidade diante do momento vivido pela sociedade e em razão da sua satelização aos interesses dos grupos com poder econômico ou político. (CAPARELLI, 1986, p. 53-54)

Tratava-se de um jornalismo não-mercadológico, buscando a autonomia da lógica de informação. Neveu (2006) explica que esses periódicos se caracterizavam pela valorização de editoriais menos lucrativas mas que esclareciam as evoluções sociais e a informação crítica, e pela pouca importância dada ao lucro. Nos alternativos predominava a função ideológica, em oposição à função de valor (por ser um produto posto à venda), apesar de segundo Caparelli (1982) ambos estarem ligados.

É preciso ter em mente que o fenômeno alternativo dos anos 1970 não foi fato inédito. No Brasil, a imprensa alternativa surgiu quase ao mesmo tempo que a tipografia. Desde a primeira metade do século XIX havia publicações clandestinas, políticas e doutrinárias. Os chamados pasquins se proliferaram no período pós-Independência. Sodré (1999) lembra que nesses impressos eram retratadas as paixões políticas, motivadas pela violência das disputas políticas do período. Logo, sempre houve imprensa alternativa no Brasil, mas ela só foi batizada assim no início da década de 1970 (CHINEM, 2004). Mas esse movimento não

²⁴ Apesar desta definição, sabe-se que alguns alternativos cresceram a ponto de se assemelharem a grandes empresas, como é o caso do *Pasquim* e mesmo do *Coojornal*, que atingiu tiragem de mais de 30 mil exemplares.

ocorreu apenas no Brasil. Caparelli (1986) afirma que houve jornais alternativos nos Estados Unidos, na União Soviética, na China e em vários países da Europa, onde foram impulsionados pelo movimento de maio de 1968 na França. Na Argentina e no Chile, que viviam regimes autoritários assim como o Brasil, não houve muitos jornais com as características dos alternativos, o que pode ter ocorrido, segundo Caparelli (1989), pela repressão ainda mais violenta nesses países.

Ainda hoje os jornalistas que atuaram em alternativos são vistos com uma aura heróica por terem sido capazes de lançar um olhar crítico sobre a realidade brasileira no período. Os críticos radicais vêem dois cenários no jornalismo brasileiro: “um, de jornalistas militantes engajados que tiveram sua fase ‘áurea’ nos anos 70 e outro, de jornalistas alienados e conformistas dos anos 90 com suas excessivas práticas de *marketing*.” (MATOS, 2008 p. 21).

Resende (2005) afirma que a censura foi fator fundamental para o aparecimento da imprensa alternativa, pois ao calar a mídia tradicional motivou a criação de veículos paralelos, não atrelados ao governo. Em geral, participavam destas iniciativas profissionais que buscavam tornar públicas suas idéias, reunindo além de jornalistas, estudantes, intelectuais e políticos de oposição (ROSA, 2002; 2005). “Por isso, na origem de toda aventura alternativa, havia a liderança de jornalistas, ansiosos por se libertarem das restrições da grande imprensa” (KUCINSKI, 1991, p. XXIV). Mas o jornalismo alternativo não foi apenas uma “correção” à grande imprensa. Ao contrário, foi “expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime” (PEREIRA, 1986, p. 56). Citando documento do Centro de Informações do Exército (CIEX), Caparelli (1986, p. 46) menciona que para os militares se tratava de uma “imprensa de comunistas, feita por membros da esquerda”.

Para Pereira Filho (2004), estas publicações visavam fornecer uma visão diferente dos fatos, não submissa à censura. Além disso, promoveram debates sobre temas esquecidos pela grande imprensa, constituindo uma das poucas formas de oposição ao regime militar (MICCOLIS, 1987). Sua conduta, segundo Bahia (1990), era marcada pela contestação, insubmissão, marginalidade e independência, o que justifica a preferência pela denominação “alternativa”, apesar de também serem usados outros termos para defini-la, como *underground*, independente, nanica, de leitor, entre outros.

Alternativa. É um dos termos mais apropriados, principalmente porque esse conceito sugere imediatamente referência ao contexto de seu aparecimento. Alternativa indica uma relação com outro, um *alter* que chama a si os que se desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional. Aqui, alternativa poderia ser do ponto de vista do produtor, que, não contente com a imprensa tradicional, se propõe elaborar ele mesmo seu produto. Ou do leitor, que no mercado capitalista das idéias, tem opção a uma maior diversidade de conteúdos, fugindo ao monopólio dos grandes grupos que reforçam o *status quo*. A situação predominante provoca o aparecimento de alternativas, pois o conteúdo a grande imprensa estaria subserviente a um poder autoritário e não agindo no sentido de mudanças na estrutura da sociedade brasileira. [sic] (CAPARELLI, 1986, p. 45)

Conforme dito anteriormente, o público dos alternativos se concentrava nas grandes cidades e era composto por um grupo de pessoas que em geral já estava exposto a outros canais de informação (CAPARELLI, 1986). Segundo o autor, o Centro de Informações do Exército estabeleceu *Pif-Paf*, criado em 1964, como o primeiro alternativo, apesar de já haverem publicações com as mesmas características muito antes. Entre 1964 e 1980 surgiram e desapareceram cerca de 300 publicações que tinham como característica principal a “oposição intransigente ao regime militar” (CHINEM, 1995, p. 7). O maior número de jornais desta linha foi fundado em 1975, na transição do governo Médici para o Governo Geisel. Entre eles o *Coojournal* (CAPARELLI, 1986).

Entre os grandes alternativos, que alcançaram repercussão nacional, estão o *Pasquim*, *Pif-Paf*, *Movimento*, *Opinião*, *Em Tempo*, *Versus* e *Coojournal*. Porém, durante os anos 1970 proliferaram-se iniciativas semelhantes por todo o Brasil, como *Pato Macho*, *Exemplar* e *O Protesto*, apenas para registrar os nomes de alguns jornais gaúchos. Houve também com bastante frequência publicações que, assim como os pasquins do século XIX, não duravam mais do que uma ou duas edições, como é o caso do jornal *Triz*, criado em 1974 em Pelotas, que teve apenas uma edição (CENTENO, 2011).

Com o fim iminente do regime militar, observou-se o desaparecimento dos alternativos. Por isso, em meados da década de 1980 Caparelli (1986, p. 42) questionava: “numa sociedade aberta, até onde subsistirá esse tipo de imprensa?”. A resposta não demorou a aparecer. Os alternativos foram fechando, um a um, e dando lugar a novas formas de comunicação contra-hegemônica.

Já no Brasil, desapareceu a maior parte dos jornais alternativos. Aqueles que não foram fechados pelo governo nos períodos mais repressivos, entraram em declínio na medida em que outros canais naturais entravam em atividade, como os partidos políticos ou os sindicatos, ou foram consumidos pela desagregação das próprias

comunidades ideológicas em que se apoiavam, ou, finalmente, requereram falência, pelas dívidas acumuladas. Aconteceu assim com quase todos os jornais, sobrevivendo poucos. (CAPARELLI, 1989, p. 97)

Assim, os alternativos praticamente desapareceram com a volta à democracia. O fim da censura trouxe os grandes veículos de comunicação de volta à cena política, fazendo com que os alternativos “perdessem sua razão de ser”. A vinculação entre a existência da censura e dos alternativos pode ser percebida nos depoimentos de jornalistas que atuaram no jornal *O Pasquim*, reconhecido como a maior publicação do gênero. O jornalista Sérgio Augusto narra no documentário *O Pasquim – A subversão do humor* (2004) a preocupação da redação quando o cartunista Jaguar foi informado por telefone de que o periódico não passaria mais por censura prévia. O profissional conta que, após receber a notícia, Jaguar questionou: “Acabou a censura. Como é que agora a gente vai fazer jornal?”. Isso porque, segundo Jaguar, depois da abertura política “todo mundo podia esculhambar o governo sem dar problema”.

3.1.4 Consolidação da profissionalização: os cursos superiores de Jornalismo

Durante muito tempo, a história do Jornalismo confunde-se com a da Comunicação Social, já que apenas recentemente as demais profissões dentro da grande área foram reconhecidas, como Publicidade e Propaganda e Relações Públicas²⁵. As primeiras pesquisas sobre jornalismo no Brasil datam do final do século XIX. Melo (1985) aponta que nesse período aparecem os primeiros estudos, de caráter essencialmente histórico, buscando narrar a trajetória de publicações brasileiras. Por isso, tais pesquisas eram em geral vinculadas a institutos históricos. Mas o primeiro grande passo rumo à profissionalização do jornalismo aconteceu no governo de Getúlio Vargas, em 1932, quando o presidente assinou decreto determinando a expedição de carteira de jornalista (BAHIA, 1990). Antes da criação do primeiro curso superior de Jornalismo, o governo Vargas ainda publicou um decreto estabelecendo as condições de trabalho dos jornalistas, considerados os profissionais responsáveis “desde a busca de informações até à redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho.” [sic] (BRASIL, 1938).

²⁵ Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, a profissão Relações Públicas foi regulamentada em 1967, pela Lei nº 5.377. Já Publicitário / Agenciador de Propaganda é reconhecida desde 1965 pela Lei nº 4.680.

O primeiro curso superior de Jornalismo no Brasil foi instituído pelo Decreto 5.380, de 1943. Porém só entrou em vigor em 1946, através do Decreto 22.245, que determinou o funcionamento do curso de graduação vinculado à Faculdade Nacional de Filosofia, com cooperação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dos sindicatos da categoria e empregadores de empresas jornalísticas (BAHIA, 1990; MOURA, 2002)²⁶. Em 1947 foi criada a Escola de Jornalismo Cásper Líbero e em 1948 a graduação foi instituída na Universidade do Brasil (mais tarde transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). A profissão só foi regulamentada através do Decreto-Lei nº 972, de 1969²⁷. No ano seguinte passou a ser exigida formação específica para o exercício profissional (ROMANCINI e LAGO, 2007) e, segundo dados do IBGE (1971), o Ministério da Educação e Cultura expediu em 1970 o registro de 105 diplomas de graduação em Jornalismo. Na década de 1970 já havia 58 cursos de comunicação no país.

Vários autores apontam as modificações pelas quais passaram os cursos de Jornalismo no país ao longo das décadas, entre eles Bahia (1990), Melo (1985) e Moura (2002). Os pesquisadores definem quatro fases dos cursos de Comunicação, área em que o Jornalismo se insere. A primeira, até a década de 1960 ou a implantação do regime militar, em 1964, teria inspiração européia e ênfase em estudos filosóficos, históricos e literários do jornalismo e cultura geral, além de aspectos jurídicos da profissão. Na segunda fase, correspondente ao período após o golpe militar, houve uma aproximação do modelo norte-americano de ensino, dando importância a questões técnicas. Já na década de 1970 aconteceu a terceira fase, marcada por maior interesse pelas teorias da comunicação e pelo crescimento no número de faculdades de comunicação. A quarta fase, na década de 1980, começou com uma campanha dos grandes meios de comunicação pela extinção dos cursos de comunicação, dando início a novas reflexões sobre a profissão. Foram exigidos cursos mais voltados a aspectos políticos e culturais e identificados com a realidade do país.

²⁶ Melo (2003) afirma que houve uma efêmera tentativa anterior de criar um curso para formação de jornalistas na Universidade do Distrito Federal, em 1935.

²⁷ O Decreto define como jornalista o profissional que realiza “exercício habitual e remunerado” das atividades de: “a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário; b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão; c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada; d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada; e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea “a”; f) ensino de técnicas de jornalismo; g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação; h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e a adequação da linguagem; i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias; j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação; l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.” (BRASIL, 1969)

Na década de 1970 os cursos de Comunicação passaram por um período de “amadurecimento”. Em 1969 o Ministério da Educação lançou a Resolução nº 11/69, instituindo o modelo adotado pela maioria das universidades ainda hoje: uma parte do currículo em comum para todas as habilitações da Comunicação Social e outra específica para cada habilitação (MOURA, 2002). Depois disso, o campo da Comunicação presenciou o crescimento da indústria cultural, abrindo um novo leque de possibilidades de pesquisa, e a expansão das escolas de comunicação (MELO, 1985). Entretanto, Goldenstein (1987) frisa que a aproximação entre comunicação e cultura de massa começou a ganhar força apenas no final da década, ao mesmo tempo em que a expansão das empresas do setor e o peso dos meios de comunicação de massa se tornava mais evidente no Brasil.

Datam da década de 1980 as primeiras experiências de estágio nas redações do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como mecanismos mais complexos de seleção dos jornalistas por parte dos meios de comunicação (BAHIA, 1990). Porém, no Rio Grande do Sul este movimento começou bem antes: já em 1956 o jornal gaúcho *A Hora* passou a receber estudantes de Jornalismo como estagiários, reflexo da criação do curso de Comunicação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) em 1952 e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) em 1953 (SCHIRMER, 2000).

Melo (1985) recorda que apesar de existirem atividades universitárias em Comunicação Social no Brasil desde a década de 1940, os cursos sempre foram estigmatizados pela elite intelectual brasileira. A Comunicação teria alcançado sua legitimação acadêmica apenas na década de 1980, após um forte movimento reunindo toda a comunidade acadêmica contra o fechamento destes cursos, que na época eram cerca de 60.

Em 1978 foi registrada no Rio Grande do Sul a existência de 232 concluintes do curso de graduação em jornalismo e, em 1979, houve a matrícula de 1.724 alunos (FEE, 1980). A título de ilustração, Neveu (2006) cita que nos arquivos do Ministério do Trabalho há o registro de mais de 100 mil jornalistas profissionais no país, desde que ele se tornou obrigatório para o exercício da profissão, em 1969, até hoje. Mas o autor destaca que este número não desconta óbitos e abandonos da profissão. Além disso, pode-se acrescentar que não considera o grande número de pessoas atuando de forma informal, sem formação ou registro profissional. Em 2010, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ), existiam no país mais de 89 mil jornalistas (ANJ, 2011).

Entendendo o crescimento dos cursos de Comunicação Social e Jornalismo na década de 1970, pode-se compreender o que acontecia no mercado de trabalho durante o período estudado. Cabe considerar que trata-se de um período de transição, em que as redações ainda contavam com muitos profissionais sem graduação na área, que aprenderam a profissão na prática. Entretanto, os novos cursos superiores de Jornalismo lançavam no mercado de trabalho cada vez mais profissionais, modificando a realidade encontrada pelos jornalistas no período. Vejamos agora como se deu a evolução do jornalismo e dos meios de comunicação no Rio Grande do Sul.

3.2 Comunicação no Rio Grande do Sul

As primeiras manifestações de jornalismo no Rio Grande do Sul foram concomitantes às do resto do país. Isso porque em geral as iniciativas eram impulsionadas pelo mesmo motivo: a insatisfação com a monarquia. Assim, surgiram jornais na mesma época em praticamente todos os estados (SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986). Não por coincidência, começaram a surgir publicações após o decreto imperial acabando com a censura (HOHLFEDLT e BUCKUP, 2002). Após a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, passaram-se apenas 18 anos até o desembarque em terras gaúchas da Imperial Tipografia do Exército²⁸, que mais tarde imprimiria o *Diário de Porto Alegre*. Apesar de quase duas décadas parecer muito tempo, deve-se ter em mente que durante o período colonial eram proibidas impressões em todo o país. Por isso, em todos os estados começaram a se instalar tipografias apenas em meados da década de 1820 (REVERBEL e BONES, 1996).

Logo após a instalação da tipografia, em 1º de junho de 1827, segundo Silva, Clemente e Barbosa (1986), passou a circular o primeiro jornal gaúcho. Após a publicação do *Diário de Porto Alegre*, logo apareceram as primeiras publicações no interior do estado. Alguns anos depois, com o estabelecimento da República Rio-Grandense em Piratini e em Caçapava, estas cidades foram a segunda e terceira localidades a possuírem um jornal.

Os jornais desta primeira fase da imprensa gaúcha em geral circulavam uma ou duas vezes por semana, com duas ou quatro páginas. Havia também jornais que não tinham

²⁸ Reverbel e Bones (1996) afirmam que a primeira tipografia foi instalada no Rio Grande do Sul em 1826, mas Bahia (1990) aponta que o maquinário chegou ao estado em 1827.

regularidade na circulação, sendo impressos e distribuídos em dias indeterminados. Reverbel e Bones (1996) afirmam que os periódicos da época eram bem menores do que atualmente. Normalmente os impressos eram similares a folhas de papel almaço, com 32 centímetros de altura por 22 de largura, sendo alguns um pouco maiores. Segundo os autores, entre 1827 e 1850 foram publicados 61 jornais em Porto Alegre, 37 em Rio Grande e três em Piratini, Caçapava do Sul e Alegrete, municípios localizados no Sul do estado.

Como característica geral dos jornais do período, os impressos gaúchos também eram marcados pelo seu caráter político e doutrinário. Com raras exceções, os jornais posicionaram-se claramente contra ou a favor da Revolução Farroupilha, dualidade observada também na população em geral. Silva, Clemente e Barbosa (1986) contam que os jornais tinham em média um ano de duração. Para os pesquisadores, a Revolução Farroupilha (1835-1845), impulsionou o desenvolvimento da imprensa no estado. Alves (2004) relaciona o desenvolvimento da imprensa à realidade histórica da década de 1830, caracterizada pela bipolarização partidária representada por rebeldes e legalistas durante a Revolução Farroupilha. O número de impressos se multiplicou durante a revolução, pois os jornais eram usados pelos farroupilhas para divulgar a doutrina do ideário liberal, “adaptada” pelos rebeldes.

A circulação mais equilibrada de periódicos teve início, de acordo com Hohlfedlt e Buckup (2002), somente na década de 1850. Até o final do século, assim como ocorreu no resto do país, o jornalismo não era considerado uma profissão, muito menos uma indústria estruturada, baseada no lucro vindo da publicidade. No máximo, em alguns casos, era considerado um meio de vida, mas em geral era uma atividade dotada de sentido político (REVERBEL e BONES, 1996).

Com o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, houve uma reconfiguração do jornalismo no estado. A grande maioria dos jornais deixou de ser impressa em Porto Alegre e cresceu o número de periódicos editados em Rio Grande. Silva, Clemente e Barbosa (1986) apontam que se tem certeza a respeito de apenas dois jornais porto-alegrenses no período: *O Mercantil* e o *Correio de Porto Alegre*. A partir de então, a todo o momento surgiam novos periódicos, duradouros ou efêmeros. Com o fim do conflito, os órgãos antes representantes de farroupilhas e legalistas passaram a ser porta-vozes de diversos partidos políticos (SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986).

Com a chegada em massa dos imigrantes europeus ao estado apareceram, na segunda metade do século XIX, as primeiras publicações em língua estrangeira (SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986). Aproximando-se a chegada do século XX, a imprensa gaúcha se engajou nas disputas pelo abolicionismo e pela República (REVERBEL e BONES, 1996). Também foi palco de inovações no texto. Júlio de Castilhos teria sido, conforme os pesquisadores, um dos primeiros profissionais a fazer jornalismo distanciado da literatura no Brasil. Segundo Silva, Clemente e Barbosa (1986), nos últimos 25 anos do século XIX já existiam algumas publicações que podem ser classificadas como revistas.

A fundação do jornal *Correio do Povo*, em 1895, é considerada um marco na história da imprensa gaúcha. Com o periódico, de propriedade de Caldas Júnior, lançaram-se as bases da imprensa moderna no estado. Começava então uma nova era, de empresas jornalísticas baseadas em fundamentos comerciais e industriais (REVERBEL e BONES, 1996). Não à toa, Hohlfedlt e Buckup (2002) apontam esta data como referência para a transformação da imprensa em informativa. Na época circulavam sete jornais na capital (WAINBERG, 2002). Aos poucos os pequenos periódicos foram substituídos por empresas jornalísticas, estruturadas em moldes industriais. Essas adaptações continuaram durante os primeiros 25 anos do século 20, quando começaram a desaparecer as publicações em língua estrangeira (SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986).

O período entre 1911 e 1935 é considerado por Silva, Clemente e Barbosa (1986) como de aperfeiçoamento técnico e editorial dos jornais. Os maiores já tinham uma aparência mais moderna, usavam fotografias e buscavam novas técnicas de apresentação dos conteúdos. Nesta época foram fundados os primeiros jornais no interior com circulação regional. Segundo os autores, à medida que grandes jornais foram se estabelecendo em Porto Alegre, surgiram publicações nos municípios do interior. Desde a década de 1920, afirma Fonseca (2008), o *Correio do Povo* era considerado líder entre os impressos da capital. Consolidava-se cada vez mais o padrão informativo entre os periódicos, em oposição ao jornalismo político praticado anos antes, e a publicidade ganhava importância nas empresas de comunicação.

A *Folha da Tarde* foi fundada em 1936. Começou inovando ao publicar um vespertino, contrariando a crença de que jornais publicados à tarde não faziam sucesso em Porto Alegre (REVERBEL e BONES, 1996). Em 1954 circulou a edição número um do

jornal *A Hora*, que menos de um ano mais tarde seria o primeiro jornal do país a publicar fotos coloridas (SCHIRMER, 2000).

Mais uma vez jornalismo e política se misturaram no Rio Grande do Sul durante a crise política que precedeu a posse do presidente João Goulart. Hohlfedlt e Buckup (2002) recordam que a redação do jornal *Última Hora*, protegida por soldados da Brigada Militar, se tornou o centro da resistência democrática.

Fortemente garantida pelos soldados da Brigada Militar, a redação de *Última Hora* torna-se QG da resistência democrática. Buscando a preservação da ordem institucional, o governador sul-rio-grandense, Leonel de Moura Brizola, organiza a resistência ao golpe, através do chamado movimento da Legalidade, iniciativa que buscou manter a constitucionalidade, valendo-se, pela primeira vez, em nosso país, de uma rede de emissoras de rádio que buscou constituir a massa organizada em torno da idéia da posse de Jango. [...] (HOHLFEDLT e BUCKUP, 2002, p. 71-72)

Anos mais tarde, já durante o regime militar, o Rio Grande do Sul testemunhou o único caso de uma emissora de televisão tirada do ar pela censura. Em 1964 a *TV Gaúcha* teve o sinal suspenso por 24 horas, algo que nunca mais voltou a acontecer (SCHIRMER, 2000). Na década de 1970, as empresas que mais empregavam na região metropolitana de Porto Alegre eram os grupos de comunicação Caldas Júnior e RBS, proprietárias dos jornais existentes ainda hoje *Correio do Povo* e *Zero Hora*, respectivamente. Logo na década de 1980 a RBS firmou-se na liderança de mercado em todos os seguimentos, após o declínio da Caldas Júnior. Com relação aos impressos, 1982 pode ser considerado um marco na consolidação da *Zero Hora* como líder de mercado, no lugar do *Correio do Povo*, pois é neste ano que o diário da RBS atinge a maior tiragem do estado (FONSECA, 2008). Além disso, a capital gaúcha contava com sucursais de várias publicações com circulação nacional, entre os quais pode-se citar como exemplos *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Estado de S. Paulo* e *Editora Abril*, conforme se verá no quarto capítulo (GUIMARAENS, 2011; CENTENO, 2011; VIEIRA DA CUNHA, 2011; LERNER, 2011; VASQUES, 2011).

4 COOJORNAL: NOVE ANOS DE SUCESSOS E CRISES

Para obter dados a respeito da Coojornal, optou-se por recorrer essencialmente a fontes orais. Isso se deve a dois motivos principais: primeiro, pela possibilidade de obter dados relevantes e inéditos a partir de entrevistas com ex-associados; segundo pela dificuldade de acesso a outras fontes primárias²⁹. Assim, grande parte das informações deste capítulo advém da análise dos depoimentos de oito entrevistados: José Antônio Vieira da Cunha (presidente da Coojornal durante os três primeiros mandatos), Jorge Polydoro (responsável pelo departamento comercial na década de 1970), Edgar Vasques (vice-presidente na última gestão), Elmar Bones da Costa (editor do *Coojornal*), Rafael Guimaraens (secretário durante a gestão presidida por Osmar Trindade), Elaine Lerner (editora de publicações para terceiros), Silvio Corrêa e Ayrton Centeno (jornalistas associados).

A partir das entrevistas, se buscou compreender como se organizou a Coojornal. O capítulo inicia com um apanhado acerca da sua criação, abordando as possíveis motivações e as dificuldades enfrentadas. A seguir, é abordado o funcionamento da cooperativa, citando temas como formas de organização e participação, posicionamentos políticos e os seus produtos. Por fim, trata-se das possíveis causas do fim da Coojornal, como a repressão que gerou uma crise financeira e as disputas internas.

Conforme Kucinski (1991), a origem da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal) remonta ao final da década de 1960, quando um grupo de jornalistas gaúchos, que mais tarde faria parte da iniciativa, se conheceu em um concurso para a revista *Veja*. Mas como se verá adiante, a história da organização também está relacionada ao jornal *Folha da Manhã*, do grupo Caldas Júnior, e à editora Verbo, que funcionou durante alguns meses em 1974.

Inspirados por uma cooperativa de jornalistas italiana, foi realizada no dia 23 de agosto de 1974 a assembléia de criação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, no salão nobre da Associação Rio-Grandense de Imprensa, em Porto Alegre, com a participação

²⁹ Após o fechamento da Coojornal, seguiam na Justiça inúmeros processos relativos a questões trabalhistas e financeiras, tendo como réu a cooperativa. Por isso, documentos e arquivos (inclusive arquivos jornalísticos) foram confiscados pela Justiça e, anos mais tarde, destruídos, conforme registra Rafael Guimaraens no documentário “Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar” (2011).

de 66 jornalistas. Na época, segundo dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (2012), havia 1452 jornalistas no estado. Foram definidos como objetivos principais da Coojornal “enfrentar o problema do restrito mercado de trabalho e perseguir o sonho do jornal próprio” (GUIMARAENS, CENTENO e BONES, 2011, p. 14). Foi estipulado o valor de 300 Cruzeiros para cada cota-parte³⁰, valor aproximado de um salário mínimo na época, e eleita a primeira diretoria, presidida por José Antônio Vieira da Cunha, tendo como vice Luiz Cláudio Cunha.

Entretanto, a criação da primeira cooperativa de jornalistas do país não se deu sem contratempos e dificuldades. Como exemplo pode-se citar uma série de decretos baixados durante os primeiros anos do regime militar limitando a liberdade das cooperativas (KUCINSKI, 1991) e o fato de a Coojornal ter sido registrada junto ao Incra, conforme visto anteriormente.

4.1 Editora Verbo e jornal *Folha da Manhã*: o início da Coojornal

A fundação da primeira cooperativa de jornalistas do país está intimamente ligada à história de duas empresas gaúchas: a editora Verbo e o Grupo Caldas Júnior. A primeira, após a criação da Coojornal, foi absorvida pela cooperativa e seus trabalhos repassados para a nova organização. Já o grupo de comunicação reuniu em seu quadro de funcionários, especialmente no jornal *Folha da Manhã*, grande parte dos jornalistas que encabeçaram a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Em 1969 a Caldas Júnior, um dos maiores grupos de comunicação gaúchos do período, decidiu criar um novo jornal diário a fim de concorrer com a *Zero Hora*, do Grupo RBS, pelos leitores matutinos. Até então o grupo tinha dois jornais de sucesso: o tradicional *Correio do Povo* e o vespertino *Folha da Tarde*. Segundo Vasques (2011)³¹, a *Folha da Manhã* foi criada com base na redação da *Folha Esportiva*, um jornal especializado em esportes. A publicação “ganhou toda uma reforma, ampliação do seu foco e do seu pessoal, e virou o jornal matutino da casa de Caldas” (VASQUES, 2011).

³⁰ Guimaraens, Centeno e Bones (2011) afirmam que o valor era 350 Cruzeiros, mas a cópia da nota promissória publicada em seu livro mostra que cada cota-parte custava 300 Cruzeiros.

³¹ Vice-presidente da Coojornal na última gestão, entrevistado no dia 21 de dezembro de 2011.

Para concorrer com o matutino da RBS, a *Folha da Manhã* adotou um moderno padrão editorial e gráfico. Silvio Corrêa (2010)³² lembra que a publicação não se encaixava no perfil da Caldas Júnior. “Ela tinha muita penetração nas faculdades e ela tinha aquela proposta de ser um jornal pra jovens.” (CORRÊA, 2010). Polydoro (2011)³³ recorda que o jornal ficou sob a tutela de Francisco Antônio Caldas, filho do proprietário do grupo Caldas Júnior, Breno Caldas. Pela sua proposta inovadora, atraiu profissionais com o perfil parecido: “Então ela atraiu muita gente pela promessa do novo, da inovação, de um jornal mais aberto, que era mais moderno.” Na equipe da nova publicação figuravam muitos jornalistas jovens, recém-saídos da universidade (BONES DA COSTA, 2011)³⁴. Uma equipe de “gente nova e incisiva, que queria realmente dizer o que estava acontecendo e forçar os limites da censura.” (VASQUES, 2011).

A empresa também iniciou um processo de modificações no mercado de trabalho ao adotar uma postura contrária ao duplo emprego. Era considerado normal na época o jornalista trabalhar em uma redação e ao mesmo tempo em algum órgão público, o que a *Folha da Manhã* combatia ao elevar os salários e solicitar que os funcionários com duplo emprego optassem pelo jornal ou a área pública (BONES DA COSTA, 2011; VIEIRA DA CUNHA, 2011³⁵). O cartunista e jornalista Edgar Vasques (2011) acredita que através da *Folha da Manhã* a Caldas Júnior criou um embrião de imprensa qualificada, uma oportunidade de fazer jornalismo com mais liberdade dentro da grande imprensa. “A *Folha da Manhã* de certa forma estava adiante do seu tempo. Mas era o futuro. Era o que tinha que acontecer.” (VASQUES, 2011).

Isso aconteceu pelo menos durante os primeiros anos, já que vários incidentes, resultando na demissão de muitos jornalistas da publicação, demonstram um grande recuo do jornal. Para Polydoro (2011), isso foi resultado de uma série de contradições internas, entre a *Folha da Manhã* e a diretoria da Caldas Júnior. Estes, defendendo uma postura conservadora, representantes de uma oligarquia e alinhados com certas práticas do poder, enquanto os jornalistas do matutino viam no “regime militar uma dificuldade, uma barreira pra fazer um jornalismo melhor” (POLYDORO, 2011).

³² Ex-associado da Coojournal, entrevistado no dia 23 de julho de 2010.

³³ Responsável pelo setor comercial da Coojournal durante as primeiras gestões, entrevistado no dia 13 de outubro de 2011.

³⁴ Editor do *Coojournal* durante a década de 1970, entrevistado no dia 04 de outubro de 2011.

³⁵ Primeiro presidente da Coojournal, entrevistado no dia 4 de outubro de 2011.

Elmar Bones da Costa, por exemplo, deixou a *Folha da Manhã* em 1974 após a publicação de uma matéria sobre uma falha nos aviões DC-10 comprados pela Varig. Apesar de a direção ter solicitado a demissão do jornalista que fez a matéria, o então editor assumiu a culpa e se demitiu (BONES, 2011). Já Edgar Vasques deixou a empresa quando a diretoria exigiu a demissão do jornalista Osmar Trindade³⁶. Após a publicação de uma matéria sobre a violenta perseguição policial e execução de dois assaltantes na grande Porto Alegre, vários jornalistas se demitiram em solidariedade ao colega. “E aí metade da redação tirou o pé. Inclusive eu.” (VASQUES, 2011). Entre os que deixaram a redação está José Antônio Vieira da Cunha, primeiro presidente e um dos fundadores da Coojornal.

A versão recorrente a respeito da criação da Coojornal, citada na pouca bibliografia a respeito do tema, não é confirmada pelo grupo de entrevistados. A criação da Coojornal não ocorreu devido às demissões na *Folha da Manhã*. Quando foi fundada, a maioria dos associados que encabeçaram a iniciativa estavam bem empregados³⁷. O importante papel desempenhado pela *Folha da Manhã* deve-se ao fato de a maioria dos jornalistas que fizeram parte do grupo inicial de associados da cooperativa ter trabalhado na empresa. Além disso, as primeiras conversas sobre a hipótese de se reunirem em um projeto próprio ocorreram entre os funcionários do matutino. Polydoro (2011) cita que entre as oito pessoas que iniciaram a movimentação, pelo menos quatro eram funcionários do jornal: ele, José Antônio Vieira da Cunha, Elmar Bones da Costa e Rosvita Saueressig.

Para Bones da Costa (2011), a sua saída da *Folha da Manhã* de certa forma motivou as discussões a respeito de uma alternativa de trabalho. A idéia inicial era lançar um jornal, pois perceberam que o projeto inovador do matutino da Caldas Júnior não duraria muito tempo. “Então o próprio pessoal da *Folha da Manhã* começou a se reunir, a gente se reunia ali numa churrascaria no [bairro] Menino Deus e tal. E daí, e essa coisa do mercado de trabalho [a intenção de oferecer vagas realizando um jornalismo independente] fortaleceu a idéia, entende, ela começou a crescer.” (BONES DA COSTA, 2011).

³⁶ Vasques (2011) afirma que o profissional era secretário de redação, enquanto Vieira da Cunha (2011) diz que era editor da editoria de polícia.

³⁷ Vieira da Cunha (2011) conta que em uma tentativa de corrigir a versão predominante, de que a Coojornal teria surgido devido à demissão de mais de 20 jornalistas da *Folha da Manhã*, publicou um artigo a respeito no jornal *Zero Hora* do dia 25 de junho de 2011. Além do periódico, o texto pode ser encontrado no portal Sul 21 (<http://sul21.com.br/jornal/2011/06/coojornal-memoria-e-historia/>.)

A inquietação dos funcionários da Caldas Júnior dizia respeito à possibilidade de se fazer jornalismo com mais liberdade. Os recuos na linha editorial da *Folha da Manhã* demonstravam que o espaço na grande imprensa estava diminuindo diante das pressões políticas e econômicas. Mas as discussões esbarravam em questões práticas, como o capital que seria necessário para se criar um jornal. A realidade começou a mudar quando o futuro presidente da Coojornal, Vieira da Cunha, soube de uma iniciativa italiana.

E um dia eu estava lendo um jornal de São Paulo e vi uma pequena notícia que dizia que o *Il Giornale*, de Milão, ia ter uma assembléia dos seus jornalistas e redatores pra discutir um determinado tipo de problema que tinha ocorrido lá, e que... E aquilo estava acontecendo porque o jornal era uma sociedade de jornalistas, que eram os donos do jornal, que era o principal jornal de Milão. E aquilo me ascendeu uma luzinha, “uma coisa interessante isso”. Aí conversei com alguns colegas, provavelmente naquela noite mesmo ou na noite seguinte, num bar, e aquela coisa foi amadurecendo. E aí fomos investigar melhor e vimos que, já que a gente falava tanto em ter um jornal, falava tanto na possibilidade de ter uma empresa, por que a gente não poderia ter uma cooperativa onde todos seriam sócios, todos teriam igualdade de direitos, igualdade de participação. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Logo foi aceita pelo grupo a idéia de criar um espaço onde o objetivo não fosse o lucro, mas oferecer aos profissionais uma opção de trabalho e renda, conforme as bases da economia solidária citadas por Singer (2002). Coube a quem primeiro viu a notícia pesquisar mais a respeito e descobrir os passos que deveriam ser tomados para oficializar a iniciativa. Para o profissional que seria o primeiro presidente da cooperativa, o sucesso da proposta deveu-se em parte à tradição cooperativista do Rio Grande do Sul, onde a economia solidária é um exemplo de força econômica e qualificação de trabalhadores. “Até porque a gente tem as cooperativas de produtores agrícolas. Se elas deram certo, então por que nós não podemos fazer uma coisa semelhante?” (VIEIRA DA CUNHA, 2011).

Para o jornalista Rafael Guimaraens (2011)³⁸, a criação da Coojornal não foi uma tarefa fácil, pois não existia nada semelhante no país. Mesmo as cooperativas de trabalho não se assemelhavam à iniciativa. A notícia da criação de uma cooperativa de jornalistas correu Porto Alegre, fazendo com que dezenas de profissionais comparecessem à assembléia de criação. Segundo a maioria dos entrevistados, a idéia se disseminou no “boca a boca” (BONES DA COSTA, 2011; LERNER, 2011³⁹; VASQUES, 2011; GUIMARAENS, 2011). Mas a intenção de criar a Coojornal foi se espalhando mesmo antes de ter qualquer

³⁸ Arquivista e repórter da Coojornal, secretário na gestão de Osmar Trindade (1980-1981) e um dos jornalistas presos na década de 1980 após a publicação de documentos secretos do Exército no *Coojornal*, entrevistado no dia 13 de outubro de 2011.

³⁹ Repórter e editora de publicações para terceiros da Coojornal, entrevistada no dia 13 de dezembro de 2011.

informação mais concreta. Vasques (2011) defende que enquanto a idéia estava sendo maturada, já ficou conhecida no meio.

Nós começamos nos reunindo cinco pessoas, num apartamento aqui na [rua] José do Patrocínio, depois já houve uma reunião com 12 pessoas, aí já tinha 18. Foi mais no boca a boca. E até foi uma surpresa que no dia da assembleia, que a gente esperava aparecer uma 20 e poucas pessoas, tinha 64.⁴⁰ (BONES DA COSTA, 2011)

O jornalista acredita que os meios de comunicação não deram grande repercussão a respeito da assembleia de criação da Coojournal, porque “na verdade a imprensa nunca foi muito favorável à Coojournal. [...] Hoje eles têm uma postura diferente e sempre ficaram meio assim. Tanto que o *Coojournal* foi aí massacrado e não disseram nada, ficaram quietos.” (BONES DA COSTA, 2011). Entretanto, o primeiro presidente da cooperativa afirma que alguns veículos noticiaram, até por ser uma exigência do Inbra a divulgação para todos os possíveis interessados. Por isso foram distribuídos cartazes, panfletos, circulares e anúncios. “Enfim, sim, nós nos preocupamos muito em dar uma ampla divulgação. Tanto que 66 pessoas terem ido lá fazer a fundação da cooperativa foi um número extraordinário. Extraordinário.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Trata-se de um número significativo se for considerada estimativa do jornalista de que a redação da Folha da Manhã tinha aproximadamente 50 pessoas. Logo, o número de presentes é maior do que a redação de um dos maiores diários do período. Mas se na capital a divulgação foi intensa, o fato de a maioria dos entrevistados afirmar que ficou sabendo através de colegas de profissão torna compreensível o fato de Ayrton Centeno, na época residente em Pelotas, conhecer a Coojournal apenas depois da sua criação, já que não tinha relação com os profissionais da capital (CENTENO, 2011)⁴¹.

Depois de vencidas as etapas de oficialização da iniciativa, a Coojournal enfrentou outros problemas até se consolidar, como as dificuldades financeiras. O capital que a Coojournal tinha, vindo da integralização dos associados, era muito baixo. “Mal dava pra sustentar, mal sustentava o expediente, digamos assim, a base, secretária, telefone, água, luz. Esse capital só dava pra isso. Então não dava pra fazer o jornal.” (BONES DA COSTA, 2011). É nesse momento que a história da cooperativa se cruzou com a da segunda empresa que teve papel fundamental na sua criação. Sem um emprego fixo, o jornalista Elmar Bones

⁴⁰ O jornalista disse que havia 64 presentes, entretanto, no livro “Coojournal: um jornal de jornalistas sob o regime militar”, assinado por ele, Rafael Guimaraens e Ayrton Centeno, consta que foram 66 jornalistas (GUIMARAENS, CENTENO, BONES, 2011).

⁴¹ Repórter da Coojournal, entrevistado no dia 4 de outubro de 2011.

da Costa havia fundado, junto com Jorge Polydoro e mais um sócio, a editora Verbo, alguns meses antes.

A editora começou fazendo algumas publicações para terceiros (BONES DA COSTA, 2011). Quando o terceiro sócio quis deixar a empresa, Elmar Bones da Costa e Jorge Polydoro se viram diante de uma situação difícil, já que perderiam um gestor e investidor. Nesse momento surgiu a idéia de aproximar as duas organizações, já que a Verbo tinha trabalhos e a Coojornal tinha direção, mas não produzia nada. Logo cooperativa e empresa se fundiram, no final de 1974⁴². A administração e os trabalhos da Verbo passaram para a Coojornal, que já tinha sede e reuniões regulares. “A gente foi incorporado, literalmente.” (POLYDORO, 2011). Bones da Costa (2011) aponta que na época a editora publicava poucos *house organs*⁴³, mas após a incorporação decidiram investir nessa área para alcançar aporte financeiro e lançar um jornal próprio.

Começamos a fazer essas publicações e quando se formou a cooperativa se percebeu essa dificuldade, precisava continuar tendo uma outra receita, o jornal não ia dar dinheiro imediatamente. Lançar um jornal desconhecido, de um grupo desconhecido, todos muito jovens, sem muita... Sem nada. Então, partimos daquela base que era três ou quatro *house organs* que a gente tinha, que nós transferimos pra cooperativa e expandimos essa área porque essa área era uma área que dava bons resultados financeiros. A gente pegava... Fazia o projeto, vendia pra uma empresa, contratava os profissionais e aquilo dava uma capitalização pra gente ir tocando, ir arrumando o nosso jornal. (BONES DA COSTA, 2011)

Após esse impulso inicial dado pela fusão da editora com a cooperativa, a Coojornal ganhou corpo no ano seguinte, após uma das crises da *Folha da Manhã*, quando mais de 20 pessoas se demitiram⁴⁴. Trata-se de um número expressivo se lembrarmos novamente que Vieira da Cunha (2011) estima em torno de 50 funcionários na redação⁴⁵. Até então, Guimaraens (2011) acredita que a gestão da Coojornal era feita nas horas vagas dos associados, já que a maioria tinha um emprego formal na grande imprensa. Com a demissão de vários profissionais da Caldas Júnior, a cooperativa ganhou novos associados e muitos que atuavam na organização nas horas vagas passaram a se dedicar integralmente.

⁴² O jornalista Jorge Polydoro (2011) tem dúvidas se a fusão ocorreu no final de 1974 ou no início de 1975.

⁴³ Publicações jornalísticas empresariais, voltadas para o público interno (como funcionários, por exemplo) ou para o público externo (pessoal sem vinculação direta com a empresa).

⁴⁴ O então estagiário da editoria Policial, Caco Barcellos, foi demitido após publicar uma matéria sobre a violência da Brigada Militar (BARCELLOS, 1992). Em solidariedade, mais de 20 pessoas se demitiram.

⁴⁵ O jornalista estima que era a menor redação da Caldas Júnior, pois avalia que o *Correio do Povo* deveria empregar cerca de 70 profissionais e a *Folha da Tarde* aproximadamente 60.

Há quem afirme que esta crise na *Folha da Manhã* teria motivado a criação da Coojornal. Porém, segundo os entrevistados, isso não condiz com a realidade. Para Vieira da Cunha (2011) essa confusão acontece porque boa parte dos que estavam na *Folha da Manhã* haviam sido fundadores da Coojornal, no ano anterior.

O que dá a entender essa versão aí é que foi um repente. Como foram demitidos, se reuniram e foram lá criar a cooperativa. Não, a cooperativa foi um processo bem maduro, bem discutido, bem avaliado, até porque era um passo que a gente tava dando, um passo profissional. To saindo desse conforto aqui, to ganhando um belo salário como editor, tenho minha casa, tenho o meu carrinho, e vou largar tudo pra fazer um outro negócio. É uma situação completamente diferente disso aí, bem madura. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Polydoro (2011) reforça que a Coojornal era formada por um grupo de profissionais de alta qualidade, não “um grupo de desempregados que não tinham competência”. A relação com o incidente na *Folha da Manhã* se dá, segundo o jornalista, pela pressão que a cooperativa sofreu para absorver os profissionais demitidos do matutino da Caldas Júnior.

4.1.1 Trabalho x ideologia: as motivações para a fundação

Conforme visto anteriormente, a economia solidária pode ser percebida como uma forma de solucionar problemas pontuais de determinadas regiões ou grupos sociais, ou como o início de revoluções locais que provocariam mudanças no sistema capitalista (SINGER, 2003; BÚRIGO, 2010; CUNHA, 2003, RECH, 2000). Pelos depoimentos a respeito da movimentação que deu início à Coojornal, pode-se perceber que o cooperativismo foi adotado como forma de organização devido a uma questão de ordem prática: dispostos a fazer um jornal, não teriam capital suficiente para criar uma empresa jornalística.

Entretanto, dada a forma de organização da Coojornal, que será abordada adiante, cabe questionar dois pontos de vista com relação às motivações para a criação da cooperativa: a intenção de ampliar o mercado de trabalho, já que conforme visto durante o primeiro capítulo a oferta de trabalho em geral é a motivação principal para empreendimentos solidários; e a pretensão de criar uma iniciativa na qual os jornalistas envolvidos pudessem trabalhar com mais liberdade do que nos meios de comunicação convencionais. O primeiro diz respeito a uma questão econômica, buscando através da iniciativa uma alternativa de trabalho e renda. Já o segundo corresponde às metas políticas e ideológicas dos associados, ou seja, à sua intenção

de lançar um jornal alternativo. Uma dimensão econômica e uma política estariam presentes em todas as iniciativas em economia solidária, conforme recorda Cunha (2003), o que ficou evidente na Coojornal.

Para Bones da Costa (2011) havia entre os envolvidos no projeto dois níveis de descontentamento: o espaço reduzido no mercado de trabalho e a qualidade do trabalho realizado nas redações. Para o jornalista, entre os associados havia tanto profissionais buscando uma alternativa econômica quanto uma ação política para uma alternativa profissional. Porém, defende que entre os fundadores, entre os profissionais que começaram a discutir a idéia nas reuniões após o expediente, predominava a vontade de fazer um jornal, ou seja, o âmbito político. Com relação aos demais associados, Bones da Costa (2011) acredita que predominava a busca por oportunidades de emprego.

Mas nós que começamos tínhamos uma visão assim que nós éramos uma empresa cooperativa, que nós tínhamos que ter uma viabilidade econômica, que o objetivo dela não era empregar pessoas mas criar mercado de trabalho com um produto que fizesse sentido ela fazer, que ela se remunerasse e não ia empregar alguém porque ela está desempregada, ela ia empregar alguém se ela precisasse. Só que às vezes a gente recebia pressão e acabava fazendo concessões. (POLYDORO, 2011)

A seguir, observa-se mais detalhadamente estes dois aspectos que possivelmente nortearam a criação da Coojornal: a preocupação com o mercado de trabalho e a intenção de criar um produto jornalístico independente.

4.1.1.1 Uma alternativa de trabalho e renda

Considerando que, conforme Frota (1985) a possibilidade de comparar diversos pontos de vista é um dos aspectos positivos do uso de entrevistas para obtenção de dados, percebe-se que os ex-associados contatados possuem opiniões diferentes sobre as possibilidades de emprego na década de 1970. Compreende-se que isso se deve às diferentes experiências vividas por cada um tanto no período estudado quanto atualmente, pois o presente influencia o relato de fatos passados.

Em meados da década de 1970, conforme afirmam todos os entrevistados, o principal mercado de trabalho para jornalistas era os meios de comunicação, em especial os impressos.

Entre os jornais diários editados na capital estão *Correio do Povo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde* (Grupo Caldas Júnior), *Diário de Notícias* (Diários e Emissoras Associados), *Zero Hora* e *Hoje* (Grupo RBS), *Jornal do Comércio* (Companhia Jornalística JC Barros). Em rádio o jornalismo já era destaque nas rádios *Rádio Continental* (Globo), *Gaúcha* e *Farroupilha* (Grupo RBS), que empregavam um número considerável de jornalistas. Centeno (2011) demonstra isso através da sua experiência pessoal: segundo o jornalista, entre 1977 e 1978 atuou como redator na *Rádio Guaíba*, onde estima que trabalhavam cerca de 75 pessoas na redação (considerando as atividades desempenhadas por jornalistas mais o setor de esportes), divididas em três turnos. O profissional acredita que havia ao todo cerca de 200 jornalistas empregados nas rádios de Porto Alegre. Com relação à televisão, em um período em que se consolidava como meio de comunicação hegemônico, Porto Alegre contava com a *TV Piratini* (Diários e Emissoras Associados), a *TV Gaúcha* (Grupo RBS) e a *TV Difusora* (mais tarde comprada pela Rede Bandeirantes). Mas Centeno (2011) estima que havia poucas vagas em televisão, já que telejornalismo ainda era uma novidade no país. Segundo estimativa do profissional, o jornalismo ainda não tinha grande expressão no novo meio. Por isso acredita que as emissoras empregavam na capital cerca de 150 jornalistas ao todo. Na opinião de Centeno (2011), a maior parte dos jornalistas estava empregada em impressos: rádios, emissoras de televisão e as sucursais empregavam juntas o mesmo número de jornalistas que as publicações impressas.

O mercado de trabalho em assessoria de imprensa ainda era pequeno. Assessoria de imprensa e de comunicação⁴⁶ eram mais comuns nos órgãos públicos, enquanto o contato entre os meios de comunicação e empresas era feito de forma mais direta, ou seja, sem o intermédio de profissionais de comunicação atuando nas empresas (POLYDORO, 2011). Ainda era baixo também o número de empresas especializadas em assessoria de comunicação. Vieira da Cunha (2011) e Lerner (2011) recordam que existia apenas uma organização nesta área, encabeçada pela jornalista e hoje senadora Ana Amélia Lemos. Centeno (2011) cita como exemplo do crescimento do mercado em assessoria de imprensa nas últimas décadas o fato de hoje pessoas físicas, como jogadores de futebol, contarem com uma assessoria, o que era impensável na década de 1970. Voz dissonante é Edgar Vasques (2011). Para ele, já havia muitas pessoas atuando em assessoria de imprensa. Entretanto, era uma área que segundo o

⁴⁶ Assessoria de comunicação refere-se ao departamento de comunicação criado dentro de empresas e demais organizações com o objetivo de trabalhar a comunicação da instituição com o seu público. Uma assessoria de comunicação conta com profissionais de várias áreas da comunicação, como jornalista, publicitário e relações públicas. Já uma assessoria de imprensa é formada por jornalistas.

profissional não atraía jornalistas mais engajados, pois acabavam ficando de fora da luta pela redemocratização.

Além disso, os entrevistados apontam a importância das sucursais de jornais do centro do país na capital, como *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *Editora Abril*. As maiores chegaram a empregar cerca de dez pessoas (GUIMARAENS, 2011; LERNER, 2011; CENTENO, 2011), totalizando, na opinião de Centeno (2011), cerca de 35 jornalistas empregados nesta área. Entretanto, Vasques (2011) defende que a tendência à concentração dos meios de comunicação na década de 1970 fez com que as sucursais fossem aos poucos sendo fechadas.

Para Polydoro (2011), na época a maioria dos jornalistas trabalhava em impressos. Segundo Centeno (2011), cerca de metade dos profissionais trabalhavam em impressos, enquanto o restante se dividia entre as sucursais, rádios, emissoras de TV e assessorias de imprensa. A mesma postura é defendida por Guimaraens (2011), que afirma existirem mais empregos e jornais do que agora, e por Lerner (2011), para quem o mercado de trabalho ficou restrito a partir da década de 1980. “Tinha problema de desemprego. Mas, aquela coisa, as pessoas acabam encontrando o seu lugar, não era uma coisa assim tão gritante.” (GUIMARAENS, 2011). Bones da Costa (2011) também acredita que os índices de leitura eram maiores e que o mercado encolheu nos últimos anos, comparando a população com a tiragem dos jornais. Mas tratava-se de um mercado de trabalho restrito, pois mesmo os maiores diários tinham redações pequenas. “E eu acho que no interior, a situação das empresas do interior era bem pior do que é hoje, porque hoje tem 16 ou 17 diários no interior, naquela época não tinha.” (BONES DA COSTA, 2011). Segundo Centeno (2011) não havia um problema estrutural de empregos para jornalistas.

No período o mercado de produções jornalísticas era dominado por dois grupos de comunicação: Caldas Júnior e RBS. A empresa de Breno Caldas ainda liderava o mercado (VIEIRA DA CUNHA, 2011), mas já ameaçava entrar em um processo de decadência, como recorda Vasques (2011). Intensificava-se um processo de monopolização da imprensa com o fechamento de alguns veículos tradicionais. Nesse cenário, o Grupo RBS ganhava cada vez mais espaço, com um modelo de administração mais moderno que a concorrente e investimentos nos meios eletrônicos.

A fim de compreender a realidade encontrada pela Coojournal em meados da década de 1970, cabe recordar ainda que na época já existiam diversas faculdades de jornalismo, conforme abordado anteriormente, que lançavam novos profissionais no mercado a cada semestre. Assim, a chegada regular de novos jornalistas poderia agravar algum problema existente no mercado de trabalho. BONES DA COSTA (2011) e VIEIRA DA CUNHA (2011) reforçam que isso acontecia, pois apesar de as faculdades formarem um grande número de profissionais, o mercado estava estagnado.

Conforme estimativa de BONES DA COSTA (2011), entre 30 e 40% dos profissionais eram provisionados, ou seja, haviam obtido o registro profissional devido à experiência na área e não por ter cursado graduação em Jornalismo. Os outros 60 a 70% eram graduados ou estavam cursando Jornalismo. Para VIEIRA DA CUNHA (2011), a realidade estava mudando, já que até o início da década a grande maioria era jornalistas provisionados, posição sustentada também por LERNER (2011). A jornalista reforça que na Coojournal a maioria era formada, até mesmo por serem jornalistas mais jovens. Segundo GUIMARAENS (2011), LERNER (2011) e CENTENO (2011), os profissionais mais jovens, na faixa etária dos 20 aos 30 anos, em geral possuíam graduação em Jornalismo, enquanto os mais velhos normalmente eram provisionados. VASQUES (2011) resume bem o quadro ao refletir que se encontravam em uma fase de transição: havia muitos provisionados, mas os formados começavam a chegar às redações. Para VIEIRA DA CUNHA (2011), no interior do Estado a realidade era bem diferente da apresentada na capital. Como a maioria dos cursos se localizava em Porto Alegre, os jornais das cidades pequenas eram feitos quase exclusivamente por pessoal sem curso superior.

No período não era comum o acúmulo de funções ou a combinação entre jornalismo e publicidade. Em geral, o jornalista era contratado para desempenhar uma função e não atuava em outras (VIEIRA DA CUNHA, 2011; BONES DA COSTA, 2011; LERNER, 2011; VASQUES, 2011; CENTENO, 2011), conforme as atividades estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 972, de 1969 (ver página 99). As relações de trabalho eram baseadas na formalidade, segundo todos os entrevistados. Era de praxe nas empresas jornalísticas a contratação de funcionários com carteira assinada, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Embora estivesse começando a subir a maré do neoliberalismo, que foi uma revolução entre aspas internacional em direção à retirada de todas as conquistas trabalhistas que o século XX tinha feito. Então começou aí um processo de precarização do trabalho. Mas naquele momento ainda não era assim tão visível. (VASQUES, 2011)

Apesar de oficialmente o horário de trabalho para jornalistas ser de 30 horas semanais, percebe-se que as cinco horas diárias não eram respeitadas. Todos os entrevistados frisam a dedicação do bom jornalista, que não se preocupa com horário, mas sim em conseguir uma boa matéria, como justificativa para o desrespeito à carga horária. Porém, percebe-se que os jornalistas não criticam esta postura; pelo contrário, há nos depoimentos uma exaltação aos profissionais que colocam o trabalho em primeiro lugar, o que seria justificado até mesmo como uma tradição da profissão:

A origem do jornalista, se a gente for ver, era muito romântica, muito ligada à boemia, aquelas histórias todas. Então havia uma tradição que o jornalista entrava na redação, ou repórter, redator, editor, e ia ficando, ia ficando até o jornal fechar, era oito, nove, dez, onze, meia-noite. E era um profissional que havia entrado às duas, três da tarde. E tinha a mística de romantismo, e boemia e tal, que acabava contribuindo pra que não houvesse essa cobrança do ponto de vista de carga horária propriamente dita. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Mesmo Polydoro (2011), que afirma serem respeitadas as cinco horas diárias, faz uma ressalva para justificar que sempre houve flexibilidade de horários no jornalismo, “principalmente no jornalista de verdade. Que se o cara está atrás de uma matéria, e ele é jornalista, ele não vai ficar nas cinco horas e deixar de fazer a matéria, não vai lá.” (POLYDORO, 2011). Mas como eram relações de trabalho formais, esta flexibilidade era negociada com os empregadores através do pagamento de horas-extras, por exemplo (VASQUES, 2011). O único entrevistado afirmando que a carga horária era respeitada é Ayrton Centeno. Porém, ele frisa que a opinião é baseada na sua experiência profissional.

Com relação aos salários, a maioria dos entrevistados afirma que eram baixos ou, pelo menos, que não era possível viver bem com apenas um emprego (BONES, 2011; LERNER, 2011; CORREIA, 2011 e POLYDORO, 2011). A mesma opinião é defendida por Centeno (2011), oferecendo o ponto de vista de um jornalista que atuava no interior. Vasques (2011) acredita que, como em qualquer outro ramo, dependia da empresa e do reconhecimento obtido pelo jornalista. Guimaraens (2011) diz que o tempo de profissão e o cargo ocupado também influenciavam o salário, mas exemplifica que ao ingressar na Coojornal, cujos salários eram acima da média de mercado, iniciou recebendo cerca de quatro salários mínimos por mês.

O fato de a jornada de trabalho dos jornalistas ser oficialmente cinco horas diárias, bem como os baixos salários, motivava a ocorrência de um fenômeno histórico e ainda comum no período: o duplo-emprego. A baixa remuneração nas redações não incomodava a

maioria dos jornalistas porque sua renda principal vinha de outro emprego, em geral na área pública (VIEIRA DA CUNHA, 2011). BONES da Costa (2011) cita o exemplo do Grupo Caldas Júnior, onde em certos momentos, segundo sua estimativa, 90% da redação possuía um segundo emprego. “Posso falar que eu conhecia duas pessoas que não eram empregados públicos. O resto tudo era, tudo. Inclusive muitos que nem iam no serviço público. Ganhavam, passavam lá uma vez por semana, davam um alô e tal.” (BONES DA COSTA, 2011). Um movimento contrário a isso começou a ocorrer na *Folha da Manhã*, conforme abordado anteriormente.

Nesse contexto, uma das contribuições da Coojournal para o mercado de trabalho foi dar continuidade ao projeto iniciado na *Folha da Manhã* de combate ao duplo-emprego e melhoria dos salários. Vieira da Cunha (2011) aponta que a principal modificação neste campo, estimulada pela cooperativa, foi a ampliação do mercado de trabalho, pois em seu auge chegou a ocupar cerca de cem jornalistas que tinham em suas publicações a principal ou a única fonte de renda. Esse número de profissionais, explica Guimaraens (2011), era formado por cerca de 60 jornalistas atuando de forma fixa na Coojournal e entre 30 e 40 profissionais como *freelancers*⁴⁷ fixos, mas que tinham na cooperativa uma importante complementação ou mesmo a única fonte de renda. Esse número de profissionais, segundo o jornalista, equivalia à redação do jornal *Zero Hora*.

Com base nos depoimentos dos ex-associados, é possível compreender que oferecer mais vagas em um mercado de trabalho restrito era um dos objetivos da Coojournal, apesar de não ser apontado como o principal. Esta é uma das motivações apontadas por Correa (2010) e por Guimaraens (2011). BONES da Costa (2011) reforça a opinião a respeito de um mercado de trabalho restrito ao contar sua trajetória profissional. Segundo o jornalista, não encontrava mais espaço de trabalho em Porto Alegre após ter saído da *Folha da Manhã*. Segundo o ex-editor do *Coojournal*, com o tempo a direção observou que um dos grandes motivos de adesão à cooperativa não era a vontade de fazer um jornalismo independente, mas sim a busca por uma alternativa de trabalho. “Era as pessoas em busca de um mercado de trabalho. Tinha um excesso de mão-de-obra, por isso até tinham se vinculado à Coojournal.” (BONES DA COSTA, 2011).

⁴⁷ Profissionais que não têm vínculo empregatício com a empresa ou, no caso da Coojournal, não trabalhavam regularmente na cooperativa. Recebem pelos trabalhos que realizam.

4.1.1.2 A busca pelo jornalismo independente

Apesar da existência de alguns problemas no mercado de trabalho para jornalistas no período, outra motivação é apontada pelos associados como relevante para a criação da Coojornal. Os jornalistas fazem referência a uma “inquietação” com relação ao jornalismo praticado na grande imprensa. Havia uma preocupação com relação à qualidade da informação repassada ao público, que ficava prejudicada pela existência de censura e pela submissão dos meios de comunicação ao governo e às grandes empresas.

Para embasar esta posição, Vieira da Cunha (2011) cita alguns exemplos de profissionais que foram fundadores da Coojornal, entre os quais estão editores, diretores e chefes de reportagem em grandes veículos. Logo, estavam bem posicionados profissionalmente. “Era mais aquilo que eu falei, de ter um organismo, instituição onde a gente pudesse participar e ter um protagonismo importante na sociedade e na profissão.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Além disso, o jornalista afirma que incomodava o fato de não ter nenhum controle sobre o jornal que produzia, tendo que obedecer às determinações de um patrão. Guimaraens (2011) complementa que a cooperativa “vendia” a idéia de ser um lugar onde o jornalista poderia administrar o seu próprio trabalho. Entretanto, Corrêa (2010) cita que na realidade as publicações eram administradas de forma semelhante aos meios de comunicação de massa, com critérios editoriais que impossibilitavam a publicação de tudo o que fosse produzido. “Mas eu acho que havia mais liberdade lá dentro do que nos órgãos, nos demais.” (CORRÊA, 2010).

Em uma realidade de censura e repressão, o sonho de trabalhar livremente atraía os profissionais que não se conformavam com a situação. Para Bones da Costa (2011), o jornalismo formal e oficioso praticado na época pelos meios de comunicação desestimulava a atividade jornalística, fazendo a profissão perder o sentido para muita gente. É o caso de Vasques (2011), que afirma ter se associado à Coojornal porque ela correspondia às suas expectativas de atuar em um lugar onde se oferecesse à população “uma alternativa de informação, que não fosse viciada nem pela censura nem pelos interesses corporativos de uma empresa, porque antes de ser imprensa é empresa, quer lucrar”, aliado à possibilidade de ampliar o mercado de trabalho com um jornalismo de qualidade. A junção das duas metas é bem resumida por Centeno (2011): “As pessoas queriam não só ter um mercado efetivo de trabalho, onde pudesse ganhar a vida com aquilo ali, mas ter autonomia, ser dono do seu

nariz.”. A afirmação do jornalista reforça o ponto de vista de Berger (1998), com relação ao período. Segundo a pesquisadora, os jornalistas da década de 1970 acreditavam que o único obstáculo para a realização de um jornalismo isento era a censura, relação complexificada a seguir com os estudos da linguagem.

Por muito tempo, acreditou-se que a linguagem era um instrumento capaz de ser fiel ao acontecido. Lembramos que nas redações de jornal, nos anos 70, era comum identificar na censura o único obstáculo para a expressão integral da realidade, com a crença de que a liberdade de imprensa garantiria o desvendamento do mundo tal qual ele era. Os impedimentos ao conhecimento do que se passava no País, portanto, estavam tão-somente no poder político e a superação de tais impedimentos era uma questão de tempo – a história se encarregaria de fazer transparecer a realidade. (BERGER, 1998, p. 17)

O comprometimento dos jornais com o poder e o dinheiro incomodava os jornalistas, alimentando o sonho de fazer um jornal de jornalistas e controlar o próprio trabalho (GUIMARAENS, 2011). Para alguns profissionais, esta questão ideológica foi a principal motivação para a criação da Coojornal. “Então, diferindo do que algumas pessoas dizem que tinha um problema de mercado de trabalho... Sempre é bom ter mais mercado de trabalho. Mas não foi a razão determinante.” (POLYDORO, 2011). Já Bones da Costa (2011) afirma que entre os fundadores não havia uma preocupação com o mercado de trabalho. “A gente queria, quando começou, criar condições pra fazer um jornal nosso.”.

Essa ambição de trabalhar com liberdade, expressa na meta de lançar um jornal próprio, foi estipulada antes mesmo da fundação da cooperativa. A falta de dinheiro para lançar o projeto fez com que inicialmente a equipe se dedicasse a outros projetos para alcançar a estabilidade financeira, através das publicações para terceiros. Isso contribuiu para empregar muitos associados, mas o objetivo continuava sendo lançar um jornal alternativo (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Assim, o jornalista acredita que uma das grandes contribuições da Coojornal, embora não tenha se desenvolvido nas redações em geral, foi começar um processo de conscientização dos jornalistas sobre a sua responsabilidade diante do conteúdo que produzem.

Foi explicitar que o profissional tem que ter uma ingerência sobre aquilo que ele está fazendo. Isto é, ele tem que ter opinião, ele tem que participar, ele tem que estar sabendo onde é que o jornal quer chegar, onde é que o rádio e a televisão querem chegar, e assim por diante. Ele precisa saber e poder opinar, ser ouvido, prática que praticamente inexistia até então. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Para muitos a Coojornal significava uma possibilidade de trabalho (POLYDORO, 2011). Centeno (2011) cita o seu caso como exemplo: quando ficou desempregado, foi logo trabalhar na Coojornal. “Era uma tábua de salvação. [...] Nem sei como foi, mas sei que eu não fui pedir emprego nos outros lugares.”. Porém, ao falar sobre o tema percebe-se que o significado da Coojornal mais presente para os ex-associados é a questão ideológica, a paixão pelo trabalho e pela possibilidade de ser jornalista com liberdade em pleno regime militar.

Guimaraens (2011) lembra que a Coojornal era mais do que um trabalho. Quando se associou e começou a atuar na organização como arquivista, era comum os funcionários passarem o dia todo na sede da cooperativa, mesmo que não tivesse nenhum trabalho.

Quando eu cheguei lá pra mim foi um, foi extraordinário assim na minha vida. E ali eu senti que era, porque da cooperativa todo mundo falava “Bah, a cooperativa, imagina trabalhar na cooperativa” e foi. É uma coisa que era um sonho assim, porque ali, as pessoas que estavam lá, pessoas muito qualificadas, selecionadas assim. Não é qualquer um assim que podia trabalhar lá. (GUIMARAENS, 2011)

O jornalista diz que mesmo quem não participava ativamente da Coojornal se orgulhava da entidade. “As pessoas vibravam muito. Mesmo quem nunca colaborava, mas tinha orgulho de fazer parte, de ser associado, mesmo que não tivesse feito nenhuma matéria, mas fazer parte. Aquilo alimentava a sua forma de encarar a profissão” (GUIMARAENS, 2011). Para muitos a cooperativa era vista como a oportunidade de participar ativamente das decisões de um produto jornalístico. É o que reforça Polydoro (2011), ao afirmar que mesmo quem trabalhava em veículos da grande imprensa fazia questão de participar das reuniões. Mesmo no interior já se ouvia falar da iniciativa porto-alegrense.

A Cooperativa dos Jornalistas era conhecida sim. Antes do Coojornal. Ainda nesse tempo aí desse Coojornal interno, desse boletim. Então já tinha. E isso circulava nas redações. A gente recebia esse negócio e aí botava na redação, dava pra outro, dava pra uma rádio, esse tipo de coisa assim, entende. Então, já havia isso, já havia esse amálgama, essa coisa entre a categoria e a cooperativa, já tinha bastante presente nesse período. E depois só veio a se fortalecer quando a cooperativa ganhou corpo como ganhou e começou a publicar uma série de publicações. (CENTENO, 2011)

Quando foi trabalhar na Coojornal, Elaine Lerner (2011) ainda era aluna do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), mas se lembra bem da forma como a organização era vista pelos estudantes. Para a jornalista, a cooperativa representava onde todo mundo queria estar, onde se discutia a situação do país, ao contrário

das redações dos outros jornais, se consolidando como um símbolo “da resistência dos jornalistas”. Era um lugar onde se reuniam os melhores jornalistas de Porto Alegre.

O Coojornal era uma coisa tão grandiosa que quando eu anunciei na faculdade que eu ia pra Coojornal “ah, pode ficar, não te preocupa com a presença”. Eu lembro, eu lembro isso que um ou outro professor disse isso: “não te preocupa”. Não ia aprender muita coisa mesmo. Lá no Coojornal eu ia aprender muito mais. (LERNER, 2011)

O âmbito político está também presente na opinião de Vasques (2011). Para ele, a organização representava a chance de incidir positivamente na realidade através do jornalismo. “No sentido do progresso, de superar o autoritarismo, a ditadura, a censura, o arbítrio, a violência, tudo, entendeu. E eu acho que a gente ajudou a dar esse passo. Por isso que hoje todo mundo que trabalhou lá se orgulha disso.” (VASQUES, 2011). A Coojornal era um dos poucos lugares no período em que era possível trabalhar com liberdade, autonomia, liberdade de expressão e sem censura interna (CENTENO, 2011). O jornalista afirma que o período atuando na Coojornal foi marcante em sua vida, assim como para Corrêa (2010). Vieira da Cunha (2011) resume que a experiência na Coojornal influenciou bastante a sua carreira principalmente por ter sido um empreendimento com características peculiares, típicas de cooperativas. “Antes eu trabalhei em empresa, depois fui trabalhar em empresa, tive empresa, mas a cooperativa era um lugar desses que era completamente diferente, era um organismo completamente diferente. Era um organismo mais vivo, mais dinâmico, mais participativo”.

4.2 Adaptações no cooperativismo: forma de funcionamento da Coojornal

A Coojornal seguia os princípios norteadores do cooperativismo, como a posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática e destinação do excedente conforme critérios decididos de forma democrática (SINGER, 2003). Os associados eram ao mesmo tempo usuários e empresários, com igualdade de direitos e obrigações, além de o voto de cada um ter o mesmo peso, independente do valor investido na cooperativa (PINHO, 1977). Mas, como se verá adiante, alguns fundamentos do cooperativismo foram adaptados à realidade enfrentada pela organização jornalística, como a distribuição dos lucros e a centralização de algumas decisões.

4.2.1 Diretoria, conselhos e núcleos: a forma de organização

Como toda cooperativa, a Coojornal elegia periodicamente a diretoria que ficaria à frente da organização por um período de tempo estipulado previamente. O primeiro presidente lembra que quando foi eleito, na assembléia de criação da Coojornal, cada mandato era de três anos. Ainda durante seu primeiro mandato ele propôs a redução do período para dois anos. “Pra tu ver como eu era um cara democrata. Era três anos e eleição indefinida, como era nas cooperativas todas.” (VIEIRA, 2011). Preocupado com a alternância no poder, propôs e foi aprovada a limitação de uma reeleição. Assim, permaneceu como presidente entre 1974 e 1980⁴⁸: o primeiro mandato de três anos, uma eleição pela nova norma de dois anos no poder e uma reeleição pela mesma regulamentação. A seguir, foi eleito como presidente Osmar Trindade e, após um mandato, assumiu Gérson Schirmer. Durante os primeiros anos da Coojornal, quando a organização estava crescendo e oferecendo trabalho para muitos associados, não havia chapas concorrentes nas eleições. “É que o Vieira ele era um cara tão encaixado naquela função que não houve, durante os períodos iniciais não houve essa cogitação. Era meio que automática a reeleição.” (BONES DA COSTA, 2011)

Apesar de ser uma entidade democrática, havia uma hierarquia na Coojornal. Mas os líderes eram escolhidos através de eleições democráticas, baseadas em “um homem um voto”.

Quem eram as pessoas que iam tocar a cooperativa hierarquicamente? Esses eleitos. E eram pessoas que ao serem eleitas assumiam responsabilidades civis e penais acima de qualquer outro que era simplesmente associado. E aí na hora de fazer inevitavelmente alguém tem que bater o martelo. 20 pessoas juntas não batem o martelo simultaneamente pra decidir alguma coisa. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Encabeçando essa hierarquia, durante a década de 1970⁴⁹, estava Vieira da Cunha como presidente, responsável pela parte administrativa da Coojornal. Elmar Bones da Costa se dedicava à redação, assumindo mais tarde a edição da publicação mais importante, o *Coojornal*. Já Jorge Polydoro, apesar de estar sempre ligado ao departamento de arte, ficou responsável pela parte comercial ou, em suas palavras: “Eu cuidei do negócio, que não era só comercial. Negócio é uma coisa além do comercial. Relacionamento, buscar recursos pra

⁴⁸ Há discordâncias a respeito dos períodos correspondentes a cada mandato. Alguns entrevistados afirmam que Vieira da Cunha ficou na presidência de 1974 a 1979. Outros acreditam que foi até 1980. Fato é que após o primeiro presidente deixar o cargo houve mais duas diretorias até o fim da cooperativa, em 1983.

⁴⁹ Optamos por abordar a organização da cooperativa com foco na década de 1970 porque neste período considera-se que a Coojornal foi bem-sucedida. No final da década alguns fatos deram início à crise que levou ao fim da organização, mas estes serão abordados adiante.

comprar as máquinas. [...] Então tudo que era negócio eu me envolvia.” (POLYDORO, 2011). Lerner (2011) concorda que os três estavam no topo da hierarquia, mas acrescenta que Rosvita Saueressig vinha logo depois. “Como qualquer sociedade, não existe uma sociedade que não haja uma hierarquia.” (LERNER, 2011).

Não eram muitos profissionais que coordenavam diretamente a Coojornal. “Era uma direção muito pequena, o negócio era pequeno. Mas era mais importante do que grande.” (POLYDORO, 2011). Nos primeiros anos as dificuldades na administração começaram a aparecer. O jornalista acredita que havia algumas deficiências pela falta de formação específica da diretoria, afinal eram jornalistas, não administradores. Por isso buscaram melhorar a administração contratando profissionais da área, principalmente para cuidar da questão financeira, já em 1976. Além de alguns cargos na administração, Lerner (2011) afirma que havia assalariados em outras funções, como na cozinha e na gráfica. Porém, nenhum jornalista era assalariado.

A Coojornal ainda contava com conselhos e núcleos no seu organograma. “Nós tínhamos uma governança complexa, como toda organização. [...] Tem vários níveis de conselho e de diretoria, tem conselho, tem conselho fiscal...” (POLYDORO, 2011). Muitas vezes esta estrutura, que visa à democracia, acaba atrapalhando uma gestão eficiente, pois a obrigação de se tomar decisões através da realização de assembleias prejudica a existência de uma administração ágil (BENETTI, 1985a; PINHO, 1977). Vasques (2011) e Polydoro (2011) defendem que isso ocorreu na Coojornal.

O democratismo interno que fazia com que às vezes uma questão menor, pequena, envolvesse o conselho integral que era formado por, sei lá, 20 a 25 pessoas, ficavam lá horas discutindo, horas discutindo, pra às vezes não chegar a conclusão nenhuma e remeter pra uma reunião seguinte. Tirava muita energia de quem precisava produzir e fazer produtos que fossem ao mercado. (POLYDORO, 2011)

Os conselhos, como em todas as cooperativas, auxiliavam mais diretamente a diretoria na tomada de decisões. Eram consultados para tomar decisões mais simples do que as levadas às assembleias. Bones da Costa (2011) recorda que havia três conselhos: conselho de redação, de administração e fiscal. Já os núcleos reuniam profissionais da mesma área para trabalharem em conjunto e discutirem temas relativos à profissão. Como exemplo, pode-se citar núcleo de fotógrafos, de cartunistas (ou de arte) e o núcleo de jornalismo histórico (apontado como importante setor da cooperativa, será abordado adiante). Mas apesar desta forma de

organização peculiar, a Coojournal estava inserida em uma sociedade capitalista vivendo sob um regime ditatorial. Muitas vezes a relação entre cooperativa e empresas se dava como se essa fosse uma empresa de comunicação.

A Coojournal, assim como os meios de comunicação de massa, contava com um departamento comercial, responsável por comercializar produtos e anúncios. Ou seja, era este setor, encabeçado por Jorge Polydoro, que visitava as empresas para oferecer soluções em comunicação, como a publicação de *house organs*, mas também vendia anúncios nos periódicos da cooperativa, como o *Coojournal*. “Nós não estávamos descolados da vida econômica e social do meio” (VASQUES, 2011). A afirmação reforça a colocação de Pinho (1977), que afirma ser natural às iniciativas em economia solidária a sua vinculação ao ambiente que as cerca. Ao mesmo tempo cabe recordar que em ambas as formas de compreender a economia solidária, tanto entendendo como uma contradição natural dentro do capitalismo, quanto percebendo tais iniciativas como núcleos de formações socialistas, esta é vista como ligada ao contexto em que é criada. Ou seja, uma cooperativa ou qualquer outro tipo de empresa solidária, apesar de se organizar em bases socialistas, se relaciona com o sistema capitalista.

Para fazer parte da Coojournal, bastava adquirir uma cota-parte e se associar. A adesão era livre e espontânea, como deve ser em qualquer cooperativa. Para ser cooperado, a única exigência, conforme o primeiro presidente, era ser jornalista. Para agregar outros profissionais que poderiam ser importantes para a cooperativa, era permitido o ingresso de 5 a 10% de profissionais liberais. Logo, a Coojournal contava em seu quadro de sócios com advogados, arquitetos e até um dentista (VIEIRA DA CUNHA, 2011).

Há uma dificuldade dos entrevistados em recordar o valor pago por cada cota-parte, que em realidade era de 300 Cruzeiros, em torno de um salário mínimo (GUIMARAENS, CENTENO e BONES, 2011). Porém, todos concordam que não era preciso ter o dinheiro para se associar. O pagamento das cotas-parte adquiridas podia ser parcelado. Ou melhor, financiado: Elaine Lerner (2011) lembra que pagou a sua cota-parte em 12 prestações. Segundo Vieira da Cunha (2011) e Guimaraens (2011), os associados tinham a opção de parcelar em até 24 vezes. Polydoro (2011) acredita que o prazo podia ser ainda maior. E quem

passasse a trabalhar dentro da Coojornal, em uma de suas publicações, ainda tinha a vantagem de ter o valor descontado mensalmente do seu adiantamento das sobras⁵⁰.

4.2.2 A participação dos associados

Mesmo quem não fizesse parte de nenhum conselho ou da diretoria tinha a liberdade para opinar e participar das decisões administrativas e editoriais. Além das assembleias gerais realizadas a cada três ou quatro meses, segundo Vieira da Cunha (2011), havia prestação de contas periodicamente. Normalmente eram realizadas reuniões informais, pelo menos uma vez por mês, com todos os profissionais que estivessem na sede da Coojornal, quando eram apresentados os dados da cooperativa.

Os entrevistados são unânimes em afirmar que as assembleias da Coojornal sempre atraíram um grande número de associados. Vieira da Cunha (2011) explica que era realizada uma assembleia ordinária anual com o objetivo principal de avaliar o balanço e o relatório de atividades e planejar os próximos 12 meses da cooperativa. Tratava-se da “assembleia pra consolidar a questão legal”. Além desta, eram convocadas assembleias gerais extraordinárias sempre que surgia algum assunto importante, pois a diretoria via nessas reuniões uma forma de integrar todos os associados e fazê-los se sentirem realmente donos da Coojornal. Antes de lançar o jornal semanal *Rio Grande*, por exemplo, foi convocada uma assembleia geral que teve cinco horas de discussões. “A cooperativa sempre teve assembleias lotadas. Eram assembleias surpreendentemente movimentadas, polêmicas, atraentes e importantes.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Mesmo os jornalistas que moravam fora podiam participar através de procurações, enviadas aos colegas principalmente nas grandes decisões, como eleições para a diretoria. “Quem não podia participar fazia questão de entregar uma procuração pra alguém votar por ele. Tinha, tinha. As pessoas se interessavam em participar.” (CENTENO, 2011).

Guimaraens (2011) estima que em geral mais da metade dos associados residentes em Porto Alegre participavam de cada assembleia. De início, Bones da Costa (2011) afirma que

⁵⁰ Por ser uma cooperativa, os jornalistas não eram funcionários e não recebiam salário. Porém, a fim de atrair bons profissionais, a Coojornal entregava mensalmente um adiantamento das sobras (como o lucro é chamado nos empreendimentos de economia solidária).

as assembleias não tinham grandes discussões, mas sim comemorações. Quando a cooperativa apresentava bom desempenho as reuniões para prestação de contas eram vistas mais como confraternizações, como reuniões para comemorar os bons resultados. Segundo o jornalista, além de eleições e prestação de contas, as assembleias serviam como local de discussão sobre linha editorial das publicações da Coojornal e sobre o papel do jornalista na sociedade, ou seja, questões mais políticas.

4.2.2.1 Distribuição das sobras em forma de salários

Devido ao fato de a Coojornal ter sido a primeira cooperativa de jornalistas do país, Guimaraens (2011) recorda que seguiram em parte o modelo adotado pela Unimed⁵¹ a fim de adaptar o modelo cooperativista italiano, citado no início do capítulo, à realidade brasileira. Entretanto, havia grandes diferenças entre ambos e a principal delas era uma das grandes preocupações da diretoria: os pagamentos.

Na Unimed o profissional cooperado recebe conforme o número de atendimentos que realiza, entretanto, esta fórmula não poderia ser seguida na Coojornal. Se a cooperativa adotasse o mesmo modelo, não se conseguiria criar uma situação de estabilidade para os profissionais (GUIMARAENS, 2011). Logo, criaram um sistema complexo que ficava entre o trabalho assalariado e o cooperativismo.

Era necessário oferecer aos jornalistas uma certa estabilidade. Para tanto, o mínimo seria um pagamento mensal, já que no cooperativismo não há as garantias trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A saída encontrada foi o pagamento de honorários. “Então aqueles que tinham vínculo direto, digamos permanente, com algum veículo, então eles recebiam alguma remuneração mensal, acordada entre a cooperativa e o profissional.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Ao final de cada mês quem trabalhava diretamente na cooperativa recebia os seus honorários, como se fosse um salário em um emprego com carteira assinada. Tratava-se de um adiantamento das sobras.

⁵¹ Criada em 1967, a Unimed é uma cooperativa de saúde hoje presente em mais de 80% do território nacional (UNIMED, 2011).

Lá todo mundo era sócio e ganhava como sócio por conta das sobras. Depois se não tinha sobra azar, o cara já tinha ganho (risos). Era uma das deficiências vamos dizer assim do modelo que nós criamos. As pessoas precisavam viver, tu tinha que fazer uma proposta pra ele e depois dizer assim “Olha, a cooperativa não teve saldo e tu vai ter que devolver o dinheiro”. Não tinha como fazer isso. (POLYDORO, 2011)

Os pagamentos mensais condiziam com a realidade de mercado ou, conforme alguns entrevistados como Vieira da Cunha (2011), eram acima da média. Para que não houvesse distorções, existiam “faixas salariais” onde cada associado que fosse trabalhar dentro da Coojornal era encaixado (GUIMARAENS, 2011; LERNER, 2011). Guimaraens (2011) acredita que nos primeiros anos de existência da cooperativa o valor recebido mensalmente era maior que a média de mercado, pois ao ingressar na Coojornal, trabalhando como arquivista e ainda na faculdade de Jornalismo, já ganhava cerca de quatro salários mínimos. “Claro que com o tempo, com a inflação toda também, as empresas davam reajustes e a gente não conseguia dar reajuste, então foi aproximando. Mas no início a remuneração era bem boa, bem satisfatória.” (GUIMARAENS, 2011). A mesma impressão tem Lerner (2011), que igualmente começou a trabalhar na Coojornal ainda estudante de Jornalismo. Para ela, o salário era tão bom que foi possível comprar um apartamento e ir morar sozinha.

Além deste “salário” pago a quem fosse colaborador fixo da Coojornal, muitos jornalistas recebiam como *freelancers*, ou seja, recebiam um valor por cada trabalho realizado. Para estes profissionais o pagamento também era condizente com os demais veículos (CENTENO, 2011). Fora isso, publicações alternativas como o *Coojornal* e o *Rio Grande* recebiam colaboração de jornalistas que sequer eram associados. Empregados em meios de comunicação censurados, produziam as matérias e, ao serem vetadas pela direção dos veículos, encaminhavam os textos à Coojornal gratuitamente (LERNER, 2011).

Afora os pagamentos mensais, os custos operacionais e o pagamento dos *freelancers*, a cooperativa deveria gerar algum lucro, ou sobra, como é chamado no cooperativismo. O destino desse excedente deveria ser decidido democraticamente, o que acontecia na Coojornal, segundo os entrevistados. A discordância ocorre com relação à existência ou não de sobras. O primeiro presidente afirma que ela deu resultado positivo em praticamente todos os balanços anuais. “Mas nunca foi assim um grande resultado a ponto de dividir e cada um ficar satisfeito com o que ia entrar no seu bolso.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Ao invés de optar pela divisão das sobras, os associados votavam a favor de reinvestir o valor na cooperativa.

Foi graças a isso que a gente conseguiu ter ali um parque industrial gráfico próprio, o que foi uma coisa inédita e até ousada para a época. A cooperativa, graças ao fato de todo o seu resultado, o seu lucro ser investido na própria empresa, ela montou ali um núcleo industrial, que tinha todas as etapas da fase industrial de revista e jornal, com exceção da impressão. A gente só não tinha rotativa. Então até o fotolito, que era a figura que existia ali, antes de ir pra gráfica, era tudo produção da cooperativa, no núcleo industrial [...] que empregava algo em torno de 20 pessoas. Empregados. Esses todos CLT. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Segundo Bones da Costa (2011), Guimaraens (2011) e Vasques (2011), os associados sempre decidiam reinvestir o excedente. Porém, Bones da Costa (2011) faz a ressalva de que em poucos anos foi obtido resultado positivo. Isso ocorria também porque muitas vezes as sobras eram gastas antes do balanço final. “Às vezes tu ia lá e simplesmente ‘Mas *cadê* as sobras?’. Já tinha gasto em alguma coisa, tinham investido em alguma coisa, tinham comprado alguma coisa. Claro que depois o contador botava no papel, mas...” (POLYDORO, 2011). Já Lerner (2011) recorda de um ano em que a assembléia decidiu investir o valor, o ano em que foi adquirido o parque gráfico citado por Vieira da Cunha (2011).

4.2.2.2 Autonomia para decisões editoriais

No dia a dia de uma empresa jornalística normalmente as decisões são tomadas de forma rápida, especialmente sobre questões editoriais. Todos os entrevistados afirmam que, por causa disso, as resoluções na Coojornal eram centralizadas, ou seja, diretoria e editores tinham autonomia para escolher que caminho seguir em situações que dependessem de uma solução rápida.

Todos os entrevistados concordam que os editores tinham autonomia para tomar decisões editoriais de suas publicações, como as matérias a serem publicadas, manchetes de capa e tamanho dedicado a cada tema. Elaine Lerner (2011) é a única a afirmar que nas publicações por ela editadas as decisões do dia a dia passavam por um “conselho informal”, formado por ela, Rosvita Saueressig, Jorge Gallina e o presidente Vieira da Cunha.

Para o ex-editor do *Coojornal*, Elmar Bones da Costa (2011), havia “uma aceitação das responsabilidades pela decisão”. Se o editor decidisse substituir um texto, não havia muitos questionamentos, embora o padrão fosse explicar para o repórter o porquê de uma matéria ter sido reduzida, cortada ou substituída por outra. Além disso, o conselho de redação

participava das escolhas editoriais, inclusive das reuniões de pauta. Cabe recordar que se trata de uma questão presente nas cooperativas em geral, conforme visto no primeiro capítulo. À medida que crescem, as organizações tendem a concentrar as decisões nas mãos da diretoria, em nome de uma administração mais eficaz (MACHADO, 2003; SCHNEIDER, 1981; BENETTI, 1985a). Com base na explicação de Bones da Costa (2011) a respeito da tomada de decisões nas publicações, percebe-se que na Coojornal a questão da centralização das decisões dizia respeito não só à administração, mas também às publicações, tornando o equilíbrio entre centralização e participação ainda mais frágil.

Não há muita clareza sobre como era escolhido quem ia trabalhar em cada publicação. Recorrentemente durante os depoimentos os ex-associados se referem a esta seleção como algo sem critérios definidos, tanto para a reportagem quanto para os cargos de chefia. Vieira da Cunha (2011) defende que a seleção ocorria “ao natural”. Para Guimaraens (2011), o principal critério era a afinidade do profissional com a linha editorial da publicação. “Ninguém disputava, assim. No momento que as publicações foram aparecendo o grupo era pequeno, então ia agregando pessoas conforme afinidade com esse novo produto” (GUIMARAENS, 2011).

Bones da Costa (2011) afirma que havia um conselho editorial responsável por esse tipo de decisão. Formado por cinco ou seis pessoas, eles analisavam os jornalistas que haviam manifestado interesse em trabalhar na Coojornal e escolhiam o que melhor se enquadrasse no perfil da publicação. Vieira da Cunha (2011), apesar de afirmar que a escolha dos editores e cargos de chefia se dava naturalmente, também faz referência a uma decisão coletiva: o colegiado que dirigia determinada publicação escolhia entre todos os jornalistas que haviam se candidatado para trabalhar.

Além dos editores, cada publicação tinha um grupo de profissionais fixos. Para o cartunista Edgar Vasques (2011), a decisão de quem ia trabalhar em cada periódico era motivo de disputa, pois era decidido pela diretoria e os editores dos jornais e revistas. Por isso, sempre surgiam acusações de privilegiar algum profissional. Além disso, Guimaraens (2011) conta que também se tornava motivo de disputa, especialmente no *Coojornal*, a participação de jornalistas não associados. Era comum profissionais de outros veículos de comunicação mandarem matérias para o mensário, o que resultava em brigas quando era substituída uma matéria feita por um repórter fixo para dar lugar à colaboração vinda de fora.

4.2.3 Posicionamento político da Coojornal e de seus associados

Considerando o objetivo político-ideológico da fundação da Coojornal, de lançar um jornal alternativo próprio, pode-se supor que a cooperativa fosse uma organização abertamente de esquerda. Elaine Lerner (2011) lembra dessa forma da Coojornal. Para ela, todas as tendências políticas de esquerda estavam representadas na Coojornal, mas não existia nenhum associado a favor do governo. A posição é contrariada por Corrêa (2010). Segundo o jornalista, as publicações feitas pela Coojornal para terceiros eram independentes em termos ideológicos.

Polydoro (2011) reforça a existência de uma “mistura” política na Coojornal ao afirmar que várias vertentes ideológicas conviviam dentro da cooperativa e, portanto, buscar consensos não era tarefa simples. Porém, não havia uma orientação política oficial da cooperativa.

Acho que legalmente talvez nem pudesse ter. Seria ilegal ter, não pode. Mesmo com o país estando sob uma ditadura, tinha uma Constituição que tinha que ser cumprida. Ao menos nós acreditávamos numa Constituição, e aí a gente não poderia simplesmente deixar alguém de fora de alguma coisa por uma questão ideológica ou por cor, ou por qualquer outra razão, raça, ou qualquer outra razão. (POLYDORO, 2011)

Ao contrário de muitos órgãos da imprensa alternativa, como *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e até mesmo *O Pasquim*, o *Coojornal* e a cooperativa como um todo não se identificavam com nenhuma corrente política. “Então era isso, a gente acabava ficando muito crítico ao regime, acabava sendo identificado como de oposição à ditadura, mas a nossa postura era de um trabalho profissional. Então essa foi a nossa grande distinção.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Para Bones da Costa (2011), o cooperativismo ajudou o grupo a desenvolver essa característica de independência com relação a ideologias e correntes políticas. Além de não ser ligado a nenhum partido, Vasques (2011) afirma que a rigor se poderia até considerar a existência de uma direita, uma esquerda e um centro dentro da cooperativa.

Apesar de oficialmente a Coojornal não possuir uma orientação política, considerando a posição política de cada entrevistado é possível perceber que predominavam entre os associados os que se identificavam com orientações políticas de esquerda. Lerner (2011), por

exemplo, diz que na época se considerava comunista, mas nunca teve nenhuma participação em partido. Mesmo depois de se filiar ao PMDB, anos mais tarde, nunca foi militante. Já Guimaraens (2011) estava envolvido com o movimento estudantil, além de ter feito parte, na faculdade, de um grupo vinculado secretamente à Aliança Libertadora Nacional (ALN). Mais tarde, com o fim do bipartidarismo imposto durante o regime militar, Guimaraens se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Jorge Polydoro (2011) afirma que sempre se considerou de centro-esquerda, apesar de nunca ter sido militante de nenhum partido, como afirmam todos os entrevistados, mesmo os filiados a alguma organização. A mesma opinião tem Silvio Corrêa (2010). Já o primeiro presidente se identificava como o MDB. Segundo o jornalista, a maioria dos associados tinha uma identificação política com o partido da oposição, mas havia alguns simpatizantes da Arena apesar de ser “uma franca minoria” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Vasques (2011) afirma sempre ter sido socialista. “Então é, a minha posição política é essa. Eu sou um cara de esquerda, por essa régua aí tradicional, mas não sou um cara sectário. Não sou filiado a partido nenhum.” (VASQUES, 2011).

Posicionamentos políticos à parte, Bones da Costa (2011) resume bem a postura que prevalecia entre os jornalistas que fizeram parte da Coojornal. “Eu era contra a censura, entende. [...] Porque a censura é incompatível com o jornalismo. O jornalismo não tem censura. Se tem censura é outra coisa, publicidade, divulgação, é outra coisa.” (BONES DA COSTA, 2011). Se identificando também como de esquerda, Centeno (2011) afirma que sua militância sempre foi pelo jornalismo. “Pra mim, a tentativa de mudar as coisas que estão profundamente erradas é um dever do jornalista. É um dever do jornalista olhar criticamente o mundo e agir perante essas coisas que estão erradas, também criticamente”. Assim, é reforçada a possibilidade de a questão político-ideológica ter prevalecido na criação da Coojornal, uma vez que a postura de Centeno (2011) e Bones (2011) reafirma a tentativa de agir de forma a modificar a realidade, através do seu trabalho como jornalistas.

4.2.4 Publicações próprias e terceirizadas equilibram lucros e prejuízos

Comumente a Coojornal é reconhecida como a organização que publicou o jornal *Coojornal*. Talvez essa confusão se dê porque o nome da cooperativa e do seu jornal alternativo são iguais, ou devido à importância alcançada pelo periódico durante a década de 1970. Entretanto, o *Coojornal* foi apenas um dos produtos e serviços oferecidos pela

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. Além dele foram editadas publicações com tiragem na casa dos 300 mil exemplares e realizadas várias outras atividades.

Apesar de o *Coojournal* ser a publicação mais lembrada, perde importância ao se considerar o aspecto econômico. Para se ter uma idéia da ampla estrutura criada pela Coojournal vale citar estimativa do primeiro presidente da cooperativa. Vieira da Cunha (2011) acredita que o alternativo foi responsável por menos de 10% da receita da cooperativa. Para o jornalista, durante o período em que esteve em funcionamento a Coojournal deve ter publicado cerca de cem periódicos. Vasques (2011) resume bem a variedade de produtos ao relacionar a busca por faturamento e ampliação do mercado de trabalho em oposição à priorização da livre informação. A Editora Coojournal, como era conhecido o setor responsável pelas publicações para terceiros, desenvolvia atividade profissional em jornalismo buscando principalmente obter receita e oferecer emprego a um número significativo de jornalistas. Por outro lado, o *Coojournal* tinha como objetivo principal não o lucro, mas oferecer à população informação isenta e sem censura. “Então, tinha duas pernas, tanto que uma não fazia a outra tropeçar.” (VASQUES, 2011).

Pela existência de publicações próprias e de periódicos editados para terceiros, a Coojournal se relacionava com o mercado de duas formas: através da venda de anúncios nos seus jornais e da venda dos projetos de *house organs* desenvolvidos pela Editora Coojournal (GUIMARAENS, 2011). Além disso, também contava com outros serviços, como uma agência de notícias.

A Agência Coojournal nasceu da prestação de serviços realizada na editora, ao criar publicações para empresas e organizações (POLYDORO, 2011). Bones da Costa (2011) lembra que o surgimento da agência está ligado ao prestígio alcançado pela cooperativa através do *Coojournal*, aliado ao grande número de jornalistas trabalhando diretamente na sede da cooperativa. Outras publicações começaram a transcrever matérias publicadas no *Coojournal* e eventualmente solicitar coberturas à equipe gaúcha. Vendo uma possibilidade a mais de ampliar a receita, resolveram montar a estrutura necessária para prestar regularmente esse tipo de serviço. “Acho que nós fornecemos material pra todos os jornais brasileiros numa determinada época.” (BONES DA COSTA, 2011). Vieira da Cunha (2011) associa a criação da agência a um evento em particular: a criação da revista *Isto É*. Sem sucursal no Rio Grande

do Sul, acabaram buscando a Coojournal como correspondente, atitude tomada em seguida por outras publicações.

Então, de uma certa forma, nós começamos a ser representantes dessas revistas todas. [...] E aí acabamos criando a Agência Coojournal que fornecia, fazia uma cobertura dos principais fatos aqui do Rio Grande do Sul e fornecia para os seus clientes, entre eles acabou sendo a *Folha de São Paulo*. E foi um setor que cresceu muito com a história do seqüestro dos uruguaios. Desde o começo a gente esteve envolvido. O Luis Cláudio Cunha, da revista *Veja*, era o nosso vice-presidente, então a gente se envolveu muito no processo, teve um momento em que quem fazia as melhores coberturas do seqüestro dos uruguaios éramos nós. Então a Agência Coojournal vendia matéria pro *Jornal do Brasil*, pra *Folha de São Paulo*, pra *Isto É*, enfim. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Assim, além de ampliar a receita, fazia-se uso mais eficiente da mão-de-obra disponível. Em viagens, por exemplo, além de produzir matérias para uma publicação, os jornalistas aproveitavam o tempo para elaborar conteúdos para outros periódicos e para a agência (BONES DA COSTA, 2011). A relação entre direção e associados no tocante ao trabalho na agência de notícias se dava de forma semelhante às demais publicações. Conforme Bones da Costa (2011), a chefia de reportagem da cooperativa chefiava a agência e os repórteres eram chamados conforme a disponibilidade. A agência não contava com um grupo fixo de profissionais. Ao vender uma matéria a chefia de redação determinava quem faria a cobertura.

Outra atividade lembrada por Centeno (2011) e Guimaraens (2011) como importante na cooperativa é o Núcleo de Jornalismo Histórico. Conforme dito anteriormente, havia vários núcleos na Coojournal. Entretanto, este ganhou relevância devido ao seu papel na promoção de discussões internas e, principalmente, ao fornecer conteúdos ao *Coojournal*, conhecido por suas reportagens históricas.

Tendo em mente que a Coojournal realizou uma série de atividades jornalísticas e ligadas à comunicação como um todo, realiza-se a seguir uma reflexão a cerca dos dois principais campos de atuação da cooperativa: o *Coojournal*, materialização da questão ideológica que movia os fundadores da organização, e as publicações cujo objetivo era arrecadar receita e gerar empregos.

4.2.4.1 De onde vinha o lucro da Coojornal: as maiores publicações

Além de publicações terceirizadas e do *Coojornal*, a organização tinha outros periódicos próprios. Entre eles, os entrevistados destacam o *Ano Econômico*, o *Jornal do Inter* e o *Rio Grande*.

O *Ano Econômico* pode ser definido como “uma espécie de anuário da economia do Rio Grande do Sul. A gente dava uma radiografia da economia do Rio Grande do Sul.” (CENTENO, 2011). O jornalista, que trabalhou no periódico, explica que apesar de ser uma grande publicação⁵², demandava trabalho só em um curto período de tempo, por ser editada apenas uma vez por ano. O ex-editor do *Coojornal*, Elmar Bones da Costa (2011), lembra que ele era publicado no início de cada ano, trazendo o balanço da economia no ano anterior. “O *Ano Econômico* foi muito importante, muito bem editado, era um álbum, bacana. Aí os ilustradores caprichavam. Tinha capas produzidas com bonecos, fotografias, perfis e tal, direção de arte, tudo.” (VASQUES, 2011).

Segundo Polydoro (2011), apontado por Vasques (2011) como um dos criadores do periódico, tratou-se da primeira publicação com um *ranking* de empresas do Rio Grande do Sul. Mas apesar de inovador e da alta qualidade, o anuário foi produzido por apenas três ou quatro anos pela Coojornal. Depois, foi vendido para o Grupo RBS, que deu continuidade ao projeto durante pouco tempo.

Outra publicação criada pela Coojornal foi o jornal semanal *Rio Grande*, apontado por autores como Kucinski (1991) como uma das causas do agravamento da crise financeira, que será abordada adiante. O jornal, fundado em 1979, tinha uma linha editorial muito semelhante ao *Coojornal*, mas vendia apenas entre 4 e 5 mil exemplares por edição (KUCINSKI, 1991). O então presidente da cooperativa recorda que foi convocada uma assembléia para discutir a criação do semanário, resultando em cinco horas de debates (VIEIRA DA CUNHA, 2011).

Nascido em meio à crise financeira e ao surgimento da oposição dentro da cooperativa, os entrevistados concordam que foi uma ação precipitada, motivada pela situação tensa pela qual passava a Coojornal. Guimaraens (2011) explica que sempre foi intenção dos

⁵² Para Centeno (2011), eram aproximadamente 300 páginas em cada edição. Bones da Costa (2011) acredita que ficava entre 200 e 300.

associados transformar o *Coojournal* em semanário e quem sabe um dia diário. Em um contexto de disputa eleitoral, com a oposição cobrando uma publicação com menor periodicidade, a solução encontrada foi lançar um jornal semanal regional. Isso porque a simples transformação do *Coojournal* em semanário demandaria muitos investimentos, por ser um jornal nacional. A solução encontrada foi o lançamento de uma publicação regional, “que poderia ser um termômetro pra dar mais segurança na hora de decidir transformar o *Coojournal* num semanário” (GUIMARAENS, 2011).

Assim como Kucinski (1991), Bones da Costa (2011) e Guimaraens (2011) acreditam que o *Rio Grande* era muito parecido com o *Coojournal*. Guimaraens (2011) afirma que ele era feito de uma forma mais precária, pois a estrutura não era adequada para uma publicação com esta periodicidade. Já Bones da Costa (2011) defende que a diferença na linha editorial era o conteúdo mais factual no *Rio Grande*, por ser semanal.

E nós não estávamos prontos pra fazer um semanário. Nós não tínhamos capital, não tínhamos como bancar um veículo daqueles se ele ficar sem publicidade. O *Rio Grande* foi quase uma aventura, como negócio, embora como jornal fosse um jornal que a gente percebia que tinha mercado, que tinha enfim, tinha necessidade de ter um veículo como aquele, naquele momento era bom ter. Mas não tinha projeto, não tinha capital, não tinha... Ele durou aí alguns meses, depois pararam. (POLYDORO, 2011)

Durante a elaboração do projeto os jornalistas se animaram com a idéia de fazer um jornal por semana. A expectativa de anúncios também era boa, mas não se concretizou (BONES DA COSTA, 2011). Acordos feitos com agências de publicidade acabaram não se confirmando e o número esperado de assinaturas não foi alcançado. Em parte a esperança residia no sucesso do *Coojournal*: devido ao prestígio alcançado pelo mensário, imaginavam que o semanário também teria uma grande adesão (GUIMARAENS, 2011). O estudo feito antes do lançamento apontou que o jornal alcançaria um certo equilíbrio com venda de 5 mil exemplares e duas páginas e meia de anúncios por semana. No entanto, nunca obteve vendas superiores a 2 mil jornais nem mais de meia página de anúncio por edição (VIEIRA DA CUNHA, 2011).

Bones da Costa (2011) afirma ter percebido já no segundo mês que o jornal não daria certo, principalmente por causa da estrutura da *Coojournal*. Com o *Rio Grande*, a equipe que fazia o *Coojournal* mensalmente passou a trabalhar ao mesmo tempo em um semanário. “A maneira como tu te posiciona e a maneira até como tu opera, tudo é diferente. E aí não tinha

condições de fazer, não tinha condições de amadurecer aquele processo.” (BONES DA COSTA, 2011). Devido à vida efêmera, o *Rio Grande* pouco aparece quando se fala da imprensa gaúcha. “Foi muito baixa a adesão [de leitores e anunciantes], e o jornal também nunca chegou a ter uma cara assim, nunca chegou, a não ser em um ou outro momento, nunca chegou a ter um impacto muito grande, passou meio batido.” (GUIMARAENS, 2011).

Outro título importante criado pela Coojournal foi o *Jornal do Inter*. Apesar da referência ao clube de futebol, lembra Bones da Costa (2011), ele pertencia à cooperativa, que recebia uma espécie de franquia para utilizar o nome e por isso fazia todos os trâmites comuns aos periódicos comerciais, como venda de anúncios. Com pautas exclusivamente vinculadas ao Internacional, contribuiu para modificar a cobertura de esportes. Por ser quinzenal, dados mais factuais normalmente presentes nas editorias de esporte, como o resultado dos jogos, não se justificariam na publicação. Buscava-se pautas diferentes, reportagens mostrando detalhes sobre o time e seus jogadores (BONES DA COSTA, 2011). Além de vender bastante exemplares, contava com muitos anúncios (GUIMARAENS, 2011). O sucesso foi tanto que inspirou a criação do *Jornal do Grêmio*. Mas esse, segundo Vasques (2011), durou menos tempo, enquanto o “*Jornal do Inter* chegou a marcar uma época”.

Em seu melhor momento a Coojournal chegou a editar mais de 30 publicações para terceiros. Durante o primeiro ano, Vieira da Cunha (2011) acredita que a cooperativa começou publicando menos de cinco títulos. O número de clientes foi aumentando, bem como o de trabalhadores neste setor da Coojournal, alcançando o auge entre três e quatro anos após a criação, ou seja, entre 1977 e 1978. Apesar da importância das publicações terceirizadas para as finanças da cooperativa, nem todos os associados eram a favor. Lerner (2011), que trabalhou essencialmente com esse tipo de periódicos, recorda que muitas pessoas não concordavam em a Coojournal fazer publicações com o objetivo de ganhar dinheiro.

Bones da Costa (2011) explica que após a Coojournal ser conhecida no mercado, as instituições passaram a procurá-la em busca de soluções em comunicação com mais frequência. Mas antes o mais comum era os jornalistas criarem o projeto, venderem para a organização em questão e chamarem o número de associados necessário para executá-la. Isso dava aporte financeiro para a Coojournal seguir com suas atividades e buscar a publicação de um jornal próprio. O departamento responsável pelas publicações para terceiros oferecia trabalho para um grande número de profissionais, uma vez que estava apto a produzir vários

tipos de trabalho, como livros, revistas, folderes, folhetos, jornais, entre outros, pois contava não só com jornalistas, mas também com outros profissionais da comunicação. “Ao mesmo tempo que ia aglutinando e formando uma equipe, uma base, aquilo dava uma receita estável pra gente ter uma estrutura. [...] E isso levou muita gente pra dentro da Coojornal. Porque aí tu oferecia trabalho.” (BONES DA COSTA, 2011).

Não há dúvidas sobre a importância financeira das publicações terceirizadas para a receita da Coojornal. Bones da Costa (2011) esclarece que se tratava de lucro certo, ao contrário dos títulos próprios, cujo resultado dependia de anúncios e venda de exemplares. Ao se fazer um projeto desse tipo eram contabilizados os custos de produção (como mão-de-obra e impressão, por exemplo) e acrescido um percentual como lucro para a Coojornal, que podia variar entre 30 e 50% dos custos. Entre as principais publicações para terceiros da Coojornal, os entrevistados citam a revista *Agricultura e Cooperativismo* e o jornal *O Gaúcho*. Conforme apurado durante os depoimentos, estes estariam entre os periódicos com as maiores tiragens, ao lado do jornal *Rancho*, publicação com 300 mil exemplares editada para um grupo de cooperativas⁵³.

O jornal *O Gaúcho* era editado para o Serviço Social da Indústria (Sesi) e atingiu uma tiragem de quase 300 mil exemplares em 1978 (LERNER, 2011; VIEIRA DA CUNHA, 2011). Guimaraens (2011) afirma que a tiragem do mensário era maior que a do jornal *Zero Hora* ainda hoje. Segundo a jornalista Elaine Lerner (2011), responsável pela publicação, o projeto foi criado por Elmar Bones da Costa e Jorge Polydoro. Tratava-se de uma publicação normalmente com oito páginas distribuída mensalmente, de forma gratuita, para os operários das empresas associadas ao Sesi. “Era uma grande coisa em termos de quantidade e a responsabilidade.” (LERNER, 2011).

Uma das maiores redações na Coojornal era a da revista *Agricultura e Cooperativismo*, produzida para a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (Fecotrigo). No periódico atuavam cerca de dez profissionais, que contavam com o apoio de toda a estrutura da Coojornal, como fotógrafos, diagramadores e departamento de arte (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Guimaraens (2011), que atuou como repórter da publicação, destaca a sua alta qualidade e o fato de ter sido considerada uma das melhores

⁵³ Vieira da Cunha (2011) acredita que eram cooperativas de crédito, enquanto Polydoro (2011) afirma serem cooperativas de consumo.

revistas brasileiras sobre agricultura. O texto era muito trabalhado para facilitar o entendimento e atrair leitores, o que era conseguido também abordando temas do cotidiano do agricultor.

Porque ela conseguia abordar as questões da economia, da agroeconomia, conseguia abordar com relativa profundidade assim, mas numa linguagem que qualquer associado de cooperativa entendia. Então, eu acho que essa publicação foi muito importante, e eu acho que foi a primeira revista de agricultura assim com esse sentido, voltada pra o pequeno agricultor. Porque existiam revistas de agricultura, mas voltadas pro grande produtor, pro grande criador, para o cara que já é uma empresa. A gente trabalhava pro pequeno. (BONES DA COSTA, 2011)

Esta teria sido a segunda publicação mais importante da Coojournal, ficando atrás apenas do *Coojournal*. Era relevante também sob o ponto de vista financeiro, pois o afastamento da Fecotrigo da Coojournal, em 1979, representou a perda de um terço da receita da cooperativa (GUIMARAENS, 2011). Ao surgir a revista, Vieira da Cunha (2011) explica que a edição foi naturalmente entregue a Osmar Trindade, por sua experiência na editoria de rural em um jornal diário. Mas além dele, Guimaraens (2011) explica que havia outro editor: Airton Kanitz, funcionário da Fecotrigo. Assim, a publicação era editada por um associado da Coojournal e um representante da Federação das Cooperativas. Entretanto, cabe recordar com Bones da Costa (2011) que a relação entre a Coojournal e a Fecotrigo não se resumia à revista. A cooperativa foi a responsável por renovar o setor de comunicação da organização, já que os jornalistas encontraram uma série de problemas de comunicação com seu público. Logo, a Coojournal passou a editar o jornal *O Interior*, existente até hoje, de caráter mais factual a respeito das cooperativas associadas, enquanto a revista trazia um enfoque mais voltado à economia agrícola. Além disso, elaborava ainda um boletim voltado para os técnicos chamado *Trigo e Soja* (BONES DA COSTA, 2011).

Esse setor foi a forma encontrada pela equipe para poder lançar um jornal alternativo sem depender exclusivamente de anunciantes para manter a publicação. Ao mesmo tempo acabou ampliando as opções de trabalho para jornalistas ao oferecer às organizações algo que elas não tinham: publicações dirigidas (LERNER, 2011). Centeno (2011) e Vieira da Cunha (2011) também crêem que a cooperativa abriu um grande mercado.

Sei, conscientemente, que a cooperativa contribuiu muito pra profissionalizar essa área, na medida em que se esmerava pra fazer um trabalho de altíssima qualidade para cada um e todos os seus clientes, e procurava ter em seu quadro pessoas com competência, com condições de fornecer um trabalho, um produto de qualidade. Então nisso ela teve um papel relevante sim. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Isso porque apesar de ser um serviço de assessoria de imprensa, não se tratava de jornalismo “chapa branca”, ou seja, onde são expostos apenas os aspectos positivos da organização. “É que essa produção segmentada era uma produção inteligente e diferente do que se fazia na época. [...] Mostrava os problemas, investigava, era tratado como jornalismo mesmo. E isso era uma coisa que não era muito comum na época.” (VASQUES, 2011). Além de oferecer trabalhos em assessoria de imprensa, área que segundo os entrevistados ainda estava surgindo na região metropolitana de Porto Alegre, a Coojornal inovava também na forma como eram realizadas as publicações. Conforme se percebe pelos depoimentos, havia a preocupação de transformar cada *house organ* em um produto jornalístico de qualidade e não ser apenas um porta-voz das organizações.

4.2.4.2 Coojornal: o grande alternativo gaúcho

O objetivo de lançar um jornal próprio foi alcançado em outubro de 1976. Após oito edições circulando como boletim da cooperativa, o *Coojornal* foi transformado em jornal voltado ao grande público (HEINZELMANN, 2005). Até então, Polydoro (2011) afirma que não havia um projeto concreto, plano de negócios ou mesmo uma organização econômica a respeito da publicação, pois era custeada pela cooperativa.

Kucinski (1991) diz que ao se tornar jornal voltado ao grande público, a tiragem logo saltou de 3,5 mil exemplares para 35 mil, que passaram a ser distribuídos em todo o Brasil. Em nota do editor na primeira edição como jornal, o editor Elmar Bones da Costa deixa claro o objetivo sempre presente de lançar um jornal próprio: “Este jornal, de nome um pouco estranho, pertence a 300 jornalistas gaúchos. De uma certa forma, ele é o primeiro resultado de um trabalho que começou há dois anos, quando um pequeno grupo de profissionais da imprensa fundou a Coojornal” (BONES, 1976, p. 2). Autores como Kucinski (1991) e Chinem (1995) apontam que foi o único alternativo editado fora do eixo Rio – São Paulo a alcançar expressão nacional. O ex-editor afirma que o boletim *Coojornal* surgiu justamente da discussão sobre a relação entre jornalismo e cooperativismo, feita cotidianamente na Coojornal. Além disso, seria uma forma de atrair mais associados e explicar o que era a iniciativa (BONES DA COSTA, 2011).

O principal motivador do *Coojournal* sempre foi o idealismo, a questão política, já que financeiramente não se tratava de um jornal de sucesso, sendo em geral deficitário. “Basicamente *Coojournal* era despesa. Eu nem sei se ele empatava. Mas, por outro lado, era, digamos assim, leito motriz, era pra isso que a gente tava ali.” (VASQUES, 2011). Por isso, a cooperativa investia muito no periódico. Para Bones da Costa (2011), todo o resto era apenas uma etapa para viabilizar o *Coojournal*. O foco era a qualidade. O ex-editor cita que um repórter podia dedicar até 20 dias para apenas um texto se fosse necessário. Tudo isso em nome da qualidade do conteúdo.

A publicação se caracterizava por conteúdos críticos ao regime militar, como os demais alternativos do período. O diferencial do jornal, segundo Strelow (2005), era a predominância de reportagens. Para Rosa (2002), as críticas ao governo eram claras. Mansan (2008) afirma que o tema predominante era política, abordando também cultura, economia e sociedade. Em nota do editor publicada em outubro de 1976, Elmar Bones da Costa explicou a linha editorial do boletim *Coojournal*, que a partir da edição seguinte seria transformado em jornal voltado ao grande público, mas manteria a mesma postura:

Além do nome, ele mantém a sua principal característica que é dar uma atenção especial à imprensa, entendida como o conjunto dos meios de comunicação de massas. A razão é simples: paradoxalmente, há poucas áreas neste país sobre as quais se tem tão poucas informações como a imprensa, apesar de ter-se tornado moda falar dela nestes últimos tempos. (BONES DA COSTA, 1976, p. 2).

É unânime entre os entrevistados que a escolha do editor ocorreu de forma natural, assim como nas demais publicações. Desde o início Bones da Costa (2011) foi o responsável por produzir o boletim *Coojournal*. Logo, quando o mensário foi transformado em jornal ele continuou responsável pela publicação. O editor tinha autonomia para tomar as decisões do dia-a-dia, mas Vieira da Cunha (2011) frisa que a participação do maior número possível de associados era imprescindível nas principais decisões editoriais do jornal. Por isso, faziam questão de que todos participassem das reuniões de pauta. “Sempre tinha bastante gente. Quando ela estava assim no auge, estava todo mundo empolgado, ia bastante gente. 50 pessoas numa reunião de pauta.” (GUIMARAENS, 2011)

Apesar da grande repercussão das matérias publicadas, Bones da Costa (2011) acredita que os profissionais do *Coojournal* não recebiam mais do que os outros. O que aumentava no mensário era a pressão pela publicação de textos. Por ser reconhecido nacionalmente,

jornalistas de todos os veículos tentavam publicar matérias no periódico. Vieira da Cunha (2011) e Guimaraens (2011) lembram que o jornal contava com menos de cinco repórteres fixos. Os demais eram colaboradores associados à Coojournal, mas que atuavam regularmente em outras publicações. Além disso, recebiam colaborações de profissionais de empresas de comunicação que tinham seus textos censurados nos veículos para os quais foram originalmente produzidos. Para decidir o que ia ou não ser publicado, o principal critério era qualificação. Bones da Costa (2011) completa que o conselho de redação estabelecia diretrizes gerais, seguidas por ele no dia-a-dia. Para Lerner (2011), a recordação a respeito do *Coojournal* é de grandes discussões a respeito de algumas matérias.

O que não contava com grandes participações era o departamento comercial. Segundo Vasques (2011), o trabalho vendendo anúncios no alternativo era difícil, já que ao colocar uma publicidade as empresas de certa forma se comprometiam com o projeto, arriscando provocar ações repressivas do governo, como de fato aconteceu. O primeiro presidente recorda que quando foi para as bancas, o *Coojournal* tinha menos de cinco anúncios por edição. “Mas enquanto jornal ele foi crescendo, crescendo e no melhor momento dele ele foi altamente superavitário. Altamente não. Foi superavitário. Que quanto mais a gente tinha, mais a gente gastava [para ter qualidade de conteúdo].” (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

O auge do *Coojournal* coincidiu com a publicação da matéria sobre os políticos cassados pelo regime militar, em 1977. Nesse momento Vieira da Cunha (2011) afirma que a publicação teve um superávit, pois contou com 30 anunciantes na edição, sendo entre seis e oito de página inteira. A partir daí, os anúncios reduziram drasticamente devido às pressões do Exército sobre os anunciantes. Corrêa (2010) inclusive acredita que se o *Coojournal* não tivesse sido lançado e provocado a repressão, a cooperativa não teria acabado.

Mas eu acho que o motivo de ela ter fracassado foi o lançamento do jornal *Coojournal*. Porque aí ficou dentro da mesma cooperativa ela sendo uma empresa, que editava pra outros, e ao mesmo tempo tendo o seu órgão. E aí houve também naquele tempo, naquele tempo a gente ainda tava muito sob os efeitos da ditadura, embora já tivesse passado a fase inicial, mas eu acho que em 78 e 79 foi a fase mais dura que houve com a ditadura. Então, como o *Coojournal*, por obrigação, tinha que ser um jornal mais liberal, um jornal avançado, ele contrariou muitos interesses econômicos, e aí houve inclusive uma união de não sei se de empresas liberais, pelo Exército pra que não fizessem anúncios na Coojournal. Então, com isso eles mataram a Coojournal. Então foi esse o grande problema da Coojournal ter fracassado. (CORRÊA, 2010).

Entretanto, os demais entrevistados afirmam que em nenhum momento os associados questionaram a publicação de um jornal alternativo. Segundo Centeno (2011), o *Coojornal* se destacou como um dos poucos jornais alternativos realmente importantes da década de 1970, o que se deve em parte ao enfoque dado pelo periódico aos temas tratados. O jornalista explica que na redação as matérias eram elaboradas realizando-se dois tipos de deslocamentos: temporal e espacial. Fazia-se um deslocamento especial ao tratar de realidades semelhantes às do Brasil encontradas em outros países, como Uruguai, Paraguai, Bolívia ou Argentina, que também viviam sob regimes ditatoriais. Por outro lado, o *Coojornal* acabou reconhecido pelas suas reportagens históricas, ou seja, por realizar um deslocamento temporal. Através do resgate de fatos históricos e da discussão sobre acontecimentos do passado, os jornalistas conseguiam relacionar temas atuais.

Para Guimaraens (2011), o *Coojornal* obteve sucesso por tratar de temas que nenhum outro veículo tinha coragem de abordar. Fazer um jornalismo isento teria sido o objetivo desde o início. “Então isso aí deixou uma marca no jornal muito forte, de um jornal muito questionador, muito crítico. E os jornais não eram assim os jornais em geral, os jornais eram muito conformados, eram jornais muito oficialistas, sempre a versão do governo era a versão que prevalecia.” (GUIMARAENS, 2011). Assim, o periódico conseguia, para Vasques (2011), cumprir com os objetivos de incidir na realidade através da prática do jornalismo comprometido com a informação, ignorando a censura e combatendo o autoritarismo.

4.3 Crise e fim da cooperativa

Assim como as razões para a fundação, as causas que teriam colaborado para o fim da cooperativa seriam de caráter econômico e político (ou ideológico). Polydoro (2011) acredita que a questão econômica se resume essencialmente à ausência de um projeto de negócio. “Então a primeira [razão] acho que foi um sonho que não tinha na realidade uma organização capaz de fazer frente a ele.” (POLYDORO, 2011). A *Coojornal* começou a perder clientes e trabalhos, resultando em atrasos de salários, de tributos, de aluguéis, enfim, em um rombo cada vez maior no caixa da organização. “Ela foi perdendo clientes, perdendo clientes, e, portanto, deixando de absorver trabalho de profissionais, dos seus associados, deixando de contratar serviços. Então foi definhando, definhando...” (VIEIRA DA CUNHA, 2011).

O outro aspecto, ligado a questões ideológicas e políticas, corresponde à repressão sofrida pela cooperativa e às disputas internas, ou seja, problemas políticos externos e internos. Polydoro (2011) destaca as questões ideológicas internas, pois o modelo administrativo criado na entidade prevalecia muitas vezes sobre a racionalidade exigida em um negócio. “Imagina uma empresa que oito, dez executivos passam três horas por dia debatendo questões e não resolvendo, não chegando a consenso e tendo que transferir decisões. Era mais ou menos isso que acontecia.” (POLYDORO, 2011). Além disso, o jornalista cita ainda o componente externo, ou seja, o fechamento político existente durante o regime militar. “Nós éramos muito frágeis e muito vulneráveis à opressão externa e ao conflito interno, e ao nos dividir nós perdemos tudo.” (POLYDORO, 2011).

Em geral os entrevistados se referem às causas do fechamento da Coojornal relacionando os fatores econômicos e políticos como complementares, sendo que um teria agravado o outro, como se verá a seguir. Atribui-se o fim da Coojornal à junção destes dois grupos de problemas, sendo que acreditam que se uma das duas questões não tivesse ocorrido a cooperativa teria sobrevivido. Mas há ainda quem diga que houve também decisões administrativas equivocadas. Guimaraens (2011) cita como exemplo o rompimento do contrato com a Fecotrigo, citado acima, que representou um rombo nas finanças da Coojornal. Lerner (2011) também defende que o fim “começou bem antes de acabar”, devido à má administração nos últimos anos, agravada pelas disputas internas. A posição é contrariada por Centeno (2011). Para o jornalista, a Coojornal era muito bem administrada. Para ele, a culpada pelo fim da cooperativa foi a situação política do país no período.

Eu acho que é uma coisa importante, parece que é uma coisa utópica, porque findou-se, porque acabou. Não. Ela não é utópica, ela se realizou plenamente em determinado momento. Ela foi atropelada por circunstâncias externas. Não houve má administração na cooperativa. Foi atropelada por circunstâncias externas que destruíram a cooperativa, que era muito bem administrada, ela tinha excelentes perspectivas. Porque esses jornais de empresas era uma grana segura que entrava sempre, e com isso ela podia fazer coisas. Então, era uma bela idéia que foi assassinada pela ditadura. (CENTENO, 2011)

Para Vieira da Cunha (2011), foi um conjunto de fatores que colaborou para o fechamento da Coojornal. Como as questões apontadas em geral estão ligadas a outros fatores, segue uma revisão dos principais problemas enfrentados pela organização a fim de compreender o que influenciou na crise enfrentada durante os últimos anos de atividades.

4.3.1 Repressão inicia a crise financeira

Conforme dito, as dificuldades econômicas tiveram início (ou pelo menos foram agravadas) com a repressão. Para Centeno (2011), o grande problema foi a perseguição do regime militar, que pressionou anunciantes e clientes, diminuindo bruscamente a receita da Coojornal. A opinião é compartilhada por Bones da Costa (2011), para quem a repressão desencadeou e potencializou outros fatores que colaboraram para o fim, como as divergências internas e os problemas financeiros. “Eles foram direto nos anunciantes. O *Coojornal* de uma edição pra outra perdeu 15, 16 páginas de anúncios. [...] Perdeu 80% dos anúncios⁵⁴ de uma edição pra outra. Aí começamos a perder projetos que a gente fazia pra essas empresas terceiras.” (BONES DA COSTA, 2011). Ou seja, o fator político agravando as questões econômicas que, na opinião do jornalista, seriam resolvidas se não fosse a pressão externa.

Segundo Vieira da Cunha (2011), após um episódio de pressão do governo sobre os anunciantes, o *Coojornal* perdeu 95% da publicidade de clientes que nunca mais anunciaram. A cooperativa continuou custeando o jornal, mas à medida que o número de clientes foi diminuindo, os recursos ficaram mais escassos. “Então foi um ciclo vicioso que se estabeleceu e a cooperativa não soube resolver isto.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Para Vasques (2011), que fez parte da última direção da Coojornal no cargo de vice-presidente, essa queda no número de anunciantes foi o início do fim. Tratou-se de uma crise gradativa, mas rápida, iniciada após a publicação do número de políticos cassados pelo regime militar.

Rosa (2002) aponta que este foi o primeiro incidente com a repressão. Em julho de 1977, após publicar uma matéria sobre o número de políticos cassados durante o regime militar, intitulada “4.682 é o número de cassados em 13 anos de revolução”, policiais federais gaúchos visitaram os anunciantes do Coojornal e “solicitaram” que “retirassem seus anúncios e rompessem seus contratos com a Cooperativa. A ‘solicitação’ foi acompanhada da ameaça de ‘dificuldades futuras’, caso esses não atendessem o ‘pedido’ dos agentes da Polícia Federal” (ROSA, 2002, p. 151).

O texto, assinado por Mylton Severiano da Silva e Joel Rufino, com edição de Hamilton Almeida Filho, foi originalmente produzido para a revista *Extra – Realidade*

⁵⁴ Vieira da Cunha (2011) afirma que o jornal chegou a perder 95% dos anunciantes em uma edição, enquanto Bones da Costa (2011) e Kucinski (1991) estimam que foi 80%.

Brasileira. Antes da publicação ela passou a ser censurada e seus responsáveis decidiram fechá-la. A reportagem foi então enviada ao *Coojornal* e publicada como manchete de capa. Essa seria a maior tiragem da história da publicação, com 34 mil exemplares⁵⁵ (GUIMARAENS, CENTENO e BONES, 2011). Mas, além de ser um conteúdo provocativo para o governo, a história foi agravada pelo editorial publicado na edição, que contava como a cooperativa havia recebido a reportagem.

Segundo Polydoro (2011), a matéria foi enviada de São Paulo de uma forma muito comum para a época: no aeroporto, se pedia para que um passageiro levasse a encomenda. Após entregar o pacote a um homem com destino a Porto Alegre, o jornalista paulista ligou para a *Coojornal* dando a descrição de quem levava o material. Mas ao chegar ao aeroporto Salgado Filho e ser abordado pela jornalista da *Coojornal*, Rosvita Saueressig, o passageiro primeiramente negou ter qualquer encomenda. Depois de ser questionado novamente, admitiu que tinha recebido o pacote em São Paulo, mas ao abri-lo, dentro do avião, resolveu colocar fora. Isso porque tratava-se de um funcionário da Receita Federal, que seria recebido em Porto Alegre por agentes da Polícia Federal para realizarem uma investigação. O material foi enviado novamente e a história contada no editorial. “A Polícia Federal simplesmente foi a todos os anunciantes do jornal perguntar por que estavam financiando um jornal de comunistas. Então, pra acabar com o jornal” (POLYDORO, 2011). A pressão fez com que quase todos os anunciantes retirassem seus anúncios.

Já no ano seguinte aconteceu o segundo grande episódio de repressão contra a *Coojornal*. Em novembro de 1978 o *Coojornal* publicou uma matéria a respeito dos Tupamaros, grupo que lutou pelo fim da ditadura no Uruguai, com uma entrevista exclusiva com os antigos guerrilheiros (KUCINSKI, 1991). Rosa (2002) explica que isso levou o Serviço Nacional de Informações (SNI) a classificar oficialmente a principal publicação da cooperativa como subversiva e a afirmar que recebia dinheiro dos Tupamaros. Polydoro (2011) afirma que ao ficarem sabendo que as forças armadas estavam observando a *Coojornal*, perceberam que estavam vulneráveis a possíveis ações repressivas.

Decidiu-se que entrariam em contato com o governo, a fim de explicar que a organização não tinha ligação alguma com grupos guerrilheiros. Polydoro (2011) conta que

⁵⁵ Guimaraens, Centeno e Bones (2011) afirmam que o recorde de tiragem foi 34 mil, mas Kucinski (1991) afirma que a maior tiragem alcançada foi 35 mil.

não conseguiu sequer iniciar os seus argumentos, quando foi interrompido pelo militar que o recebeu, afirmando que o governo sabia de tudo. Entretanto, os jornalistas não deviam se preocupar com o governo, mas sim com as forças paramilitares, contrárias à abertura política e responsáveis por uma série de atentados a bancas de jornais que vendiam alternativos. A seguir, explicou que por isso deveria ser apoiada a eleição do general Figueiredo, pois por conhecer todo o sistema, poderia desarmar as organizações paralelas que atuavam dentro das forças armadas. “Eu voltei com um problema pro pessoal.” (POLYDORO, 2011).

Mas o caso mais emblemático da repressão contra a Coojornal ocorreu já na década de 1980, quando já se falava em eleições diretas e o regime militar parecia cada vez mais perto do fim. Quatro jornalistas (Rosvita Saueressig, Osmar Trindade, Rafael Guimaraens e Elmar Bones da Costa) foram condenados a cinco meses de prisão em 1981 devido à publicação da reportagem “Os relatórios do Exército sobre a Guerrilha”, em fevereiro de 1980. Em 1982 a condenação foi ratificada pelo Superior Tribunal Militar e em fevereiro de 1983 os profissionais foram presos durante cinco dias, sendo libertados sob *habeas corpus*. No texto são relatadas falhas em operações de caça à guerrilha e a morte de Carlos Lamarca, além de dificuldades nas comunicações e operacionais durante a operação. Eram fatos ocorridos cerca de dez anos antes. (GUIMARAENS, CENTENO e BONES, 2011). Guimaraens (2011) recorda que quando os profissionais entraram com o último recurso a que tinham direito, o processo não foi votado a tempo e acabou prescrevendo, em 1983.

Porque ali ninguém mais queria tocar nesse assunto. [...] Até era um incômodo pra eles, porque sempre dá repercussão, sempre dá notícia, e como o governo tava naquela propaganda de abertura política, estava um pouco incômodo manter quatro jornalistas presos por cometerem o crime de imprensa, na verdade. Se é que é crime. (GUIMARAENS, 2011)

Todo o processo e a forma como o *Coojornal* teve acesso aos documentos ainda deixam dúvidas quanto a uma possível armação do Exército para prejudicar a cooperativa. Rafael Guimaraens (2011), um dos profissionais presos, estava na sede da cooperativa quando um cabo do Exército chegou oferecendo ao jornal acesso aos documentos. Apesar de não ter assinado a matéria, foi condenado junto aos demais por ter recebido o oficial e ido com ele verificar a autenticidade do material. Para ele, até hoje existe a dúvida quanto à existência de um plano para desarticular a Coojornal.

Apesar de a cooperativa sofrer represálias do governo desde a publicação da matéria sobre os políticos cassados, a reportagem com os documentos secretos do Exército é considerada um marco em sua história. Para Guimaraens (2011), as acusações e o processo movido contra os jornalistas foram determinantes para o fim da Coojournal. Segundo ele, durante o desenrolar da história houve um afastamento ainda maior dos clientes e anunciantes. Isso, aliado à crise interna na cooperativa, acabou acarretando o seu fechamento. “Essa enorme pressão externa encontrou uma estrutura que estava fragilizada pelas broncas internas. Não sei se a gente não tivesse as broncas internas se teria resistido. Não sei.” (VASQUES, 2011). Guimaraens (2011) defende que sem os problemas externos, que agravaram as questões internas, a Coojournal teria se recuperado.

4.3.2 Assembleísmo e ativismo político: a crise interna

Além da repressão do governo, a Coojournal teve que lidar com uma outra forma de problemas político-ideológicos. Por volta de 1978 os associados começaram a se dividir em dois grupos, com posturas e objetivos diferentes para a cooperativa. A direção, ainda presidida por Vieira da Cunha, era alvo de várias acusações. As disputas alcançaram tamanha relevância para o fechamento da Coojournal que para Vieira da Cunha (2011) a eleição em que duas chapas disputaram a diretoria, em 1979⁵⁶, marca o início do seu declínio. Nesse ano o estado já contava, segundo o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (2012), com 1543 jornalistas filiados à entidade.

Uma das acusações feitas contra a diretoria seria a centralização das decisões. Conforme contam Centeno (2011), Guimaraens (2011) e Polydoro (2011), a administração da Coojournal era democrática. Entretanto, o grupo que formou a oposição queria mais participação dos associados em todos os níveis de decisão, o que não era apoiado pela situação. Para a diretoria, uma maior democratização inviabilizaria a administração da cooperativa. De acordo com os entrevistados, havia uma estrutura democrática, com as principais decisões tomadas em assembleias. Apesar de ter sido da oposição, Rafael Guimaraens (2011) reconhece que não seria possível realizar assembleias para cada decisão a

⁵⁶ Os entrevistados tendem a se confundir nas datas e não foi encontrado um registro preciso a respeito de eleições e mandatos. O então presidente, Vieira da Cunha (2011), afirma que esta eleição foi em 1979, quando se reelegeu pela terceira vez.

ser tomada. Por isso, havia ainda conselhos e as decisões em geral eram tomadas pela diretoria.

E esse grupo dirigente, uma equipe, vamos dizer assim, um grupo de associados mais jovens passou a fazer esse questionamento. Até casualmente as pessoas do núcleo de jornalismo histórico eram as pessoas que se vincularam à oposição, em termos gerais. Eu próprio era da oposição, embora trabalhasse lá. E questionar, que estava muito, que precisava abrir mais, que precisava... E houve, da parte da direção, até um fechamento maior ainda. Na verdade no fundo eles se achavam muito responsáveis, pela fundação. (GUIMARAENS, 2011)

Segundo Vieira da Cunha (2011) e Bones da Costa (2011), a oposição buscava uma atuação mais política da Coojornal, enquanto a situação acreditava que deveria ser mantido o foco em fazer da organização uma alternativa no mercado de trabalho. “Há uma tentativa de enfrentamento da ditadura, as duas partes enfrentam a ditadura, mas uma com mais cautela e a outra com mais, mais desabrida assim.” (CENTENO, 2011). Vasques (2011) resume bem a questão. Para o cartunista, havia um grupo que queria privilegiar a cooperativa, que representava uma opção em termos de mercado de trabalho, e outro que buscava focar as atenções no *Coojornal*, ou seja, promover uma atuação política mais ativa. Essas posições se acirraram ainda mais após a reunião onde os militares insinuaram a Polydoro (2011) que a única forma de acabar com a ditadura e desbaratar o sistema paralelo formado dentro do governo seria apoiando a eleição de Figueiredo, conforme abordado anteriormente. “Reforçou a idéia de que nós tínhamos que ir com calma, que uma precipitação poderia ser o fim da cooperativa e se nos tivéssemos articulados e tal, nós poderíamos contribuir pra esse sucesso.” (POLYDORO, 2011).

Bones da Costa (2011) explica que durante algum tempo tentaram harmonizar as duas partes para evitar que a Coojornal acabasse se dividindo em duas, o que protelou a crise. Com o tempo, a divisão interna se agravou a ponto de associados deixarem de se falar (VASQUES, 2011). Mas os entrevistados frisam que só isso não causou o fim da Coojornal. “Mas aí tinha o componente do momento. Não se tratava de gerir um negócio, mas de tentar incidir numa realidade desfavorável e mudar ela, entende. Então essas broncas aí ficavam extremamente potencializadas.” (VASQUES, 2011). Para os ex-associados, esse racha interno seria superado se não fossem os outros fatores. “O Vieira era um cara que continuava tendo a confiança da maioria das pessoas. Não era uma coisa de grande gravidade.” (BONES DA COSTA, 2011). Analisando com um distanciamento temporal, sob o ponto de vista de um associado que fazia parte da oposição, Guimaraens (2011) defende ter havido erros de ambas as partes: “Claro que

se falar com as pessoas, alguns vão achar que foi imaturidade dos jovens, outros vão achar que a direção é autoritária mesmo. Mas eu acho que foi uma mistura das duas coisas assim, foi intolerância versus imaturidade.” (GUIMARAENS, 2011). Bones da Costa (2011) acredita que a crise financeira colaborou para acirrar as disputas internas, pois a oposição passou a argumentar que os problemas seriam resolvidos com uma administração diferente.

Em sua terceira eleição, em 1979, Vieira da Cunha (2011) pela primeira vez concorreu contra outra chapa, pois até então as eleições contavam com chapa única. Na sua opinião, havia uma disputa de poder, pois a Coojornal estava em um dos seus melhores momentos, com o *Coojornal* prestigiado e influente em todo o Brasil. O presidente ganhou a eleição, mas a cooperativa acabou perdendo:

Não pelo fato de ter uma oposição, mas pelo fato de ter havido uma imaturidade muito grande, tanto de um lado quanto de outro, de tal forma que foi uma disputa muito acirrada, cujo resultado foi os que ganharam permaneceram na cooperativa e os que perderam se afastaram. Não necessariamente se desassociaram. Mas eram pessoas que estavam no seu dia-a-dia lá, participando com trabalho, com idéias, e se afastaram, o que empobreceu intelectual e profissionalmente a cooperativa. (VIEIRA DA CUNHA, 2011)

Vieira da Cunha continuou no poder, mas a eleição foi apertada. Guimaraens (2011) acredita que a vitória da situação aconteceu apenas porque o estatuto permitia o voto por procuração. Assim, quem morava longe podia votar sem estar presente na assembléia e, por não acompanhar diretamente o que acontecia na Coojornal, a referência de quem residia fora era a chapa de situação. Havia uma verdadeira “guerra de procurações” (BONES DA COSTA, 2011).

Para o quarto mandato foi eleito Osmar Trindade⁵⁷. A cooperativa enfrentava o seu pior momento, com os associados polarizados entre oposição e situação, cada vez menos trabalhos e anúncios. Era início de 1981 quando a chapa assumiu e tramitava o processo contra quatro dos seus jornalistas, citado anteriormente. Nessa época, a direção original já havia se afastado. Guimaraens (2011), que esteve envolvido na diretoria nas gestões anteriores, foi convidado a ser secretário na chapa presidida por Trindade. Já não atuavam na Coojornal figuras importantes dos primeiros anos, como Elmar Bones da Costa, José Antônio Vieira da Cunha e Jorge Polydoro (GUIMARAENS, 2011).

⁵⁷ Há uma certa confusão a respeito da polarização entre situação e oposição nesta eleição. Pelos dados apurados nas entrevistas, aparentemente novamente concorreu uma chapa única de situação.

Nos primeiros anos da década de 1980 ficou claro que a Coojornal ia mal, tanto por questões financeiras quanto por disputas internas. Com a cooperativa perdendo negócios e, conseqüentemente, receita, naturalmente os associados começaram a se afastar. “Houve também um afastamento político, porque muitas pessoas começaram a se desencantar com o rumo que a cooperativa estava tomando, começaram a se afastar, então foi uma, isso foi uma lenta agonia que acabou acontecendo.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011). Aliando a isso o fato de que cada associado que pedia desfiliação solicitava o resgate de sua cota-parte, o afastamento dos associados colaborou duplamente para o fim (GUIMARAENS, 2011). Por outro lado, os associados não tinham escolha, já que não havia mais muito trabalho na Coojornal. Tanto que nos últimos anos era normal atrasar os pagamentos ou até mesmo entregar apenas vales, ao invés do adiantamento das sobras em forma de salário. “Diminuiu a entrada de dinheiro, tinha muitos meses que a gente pensava ‘como nós vamos ser remunerados?’ Então quem tinha mais compromissos recebia, outro não recebia.” (LERNER, 2011).

4.3.3 O fim: dívidas, processos e afastamento de associados

A última diretoria, que sucedeu Osmar Trindade, já não conseguiu sequer iniciar algum projeto para reverter a situação. Após a saída de grande parte dos associados, não havia mais interessados em assumir a diretoria. Vasques (2011) lembra ter sido assim que chegou à vice-presidência na chapa presidida por Gerson Schirmer: por precisarem de pessoal para continuar gerindo a Coojornal e haver ainda poucas pessoas envolvidas com a organização. Aconteceu uma espécie de consenso entre os que ainda estavam na cooperativa. “Eu fui ali de soldado da causa.” (VASQUES, 2011).

Segundo o último vice-presidente, não havia mais trabalhos ou dinheiro na última gestão. “A gente tinha sido desbaratado como possibilidade de negócio. [...] A gente de certa forma entrou numa fria porque não tinha...” (VASQUES, 2011). Como se a situação não pudesse ficar pior, muitos profissionais que trabalhavam na Coojornal, ao sair da cooperativa, entravam na Justiça em busca de indenização pelos direitos trabalhistas não recebidos. Para arcar com os últimos salários dos funcionários contratados pela cooperativa com carteira assinada, a diretoria precisou inclusive vender bens, como móveis e equipamentos.

No final, não havia mais nem sede. Pela falta de pagamentos, a Coojornal teve que entregar as duas casas alugadas que ocupava. Fiadores foram acionados e perderam bens pessoais, como imóveis. Vieira (2011) explica que a diretoria existia na verdade para cumprir com as responsabilidades da cooperativa, como assinar documentos.

Eu imagino que se tu for falar com qualquer empresário que faliu ele vai ter uma sensação parecida, mas no nosso caso ainda era mais. Agregava a isso as expectativas de todo mundo. Não só isso, mas os caras que objetivamente tiveram prejuízos pessoais, financeiros. É uma coisa absurda. Foi horrível. (VASQUES, 2011)

Para Vieira da Cunha (2011), houve imaturidade da última direção, que não teria sabido como encarar os problemas nem convocado os associados para colaborarem em busca de uma solução. Guimaraens (2011), ao contrário, diz que a direção tentou mobilizar os associados, mas faltou interesse. Para ele, os problemas mais graves ocorreram durante os três últimos anos, ou seja, durante as duas últimas gestões. Desde 1980 a Coojornal vinha em um processo de demissão de funcionários, atrasos e reduções de salários e venda de equipamentos. A falta de dinheiro fez inclusive com que em algumas edições o *Coojornal* não circulasse mensalmente, mas sim a cada dois meses. Isso ocorreu, por exemplo, com as edições bimestrais de fevereiro e março, abril e maio de 1982, quando voltou ser mensal, mas com circulação restrita ao Rio Grande do Sul. Dessa forma ficou até a última edição, no final de 1982. Em março de 1983 foi editada ainda uma edição especial, denunciando e protestando contra a prisão de quatro jornalistas associados (GUIMARAENS, CENTENO e BONES, 2011). No fim, a última direção procurou saldar o máximo de dívidas possível. “Tudo o que foi conseguido e mais o resultado da venda do núcleo industrial e dos direitos do 'Ano Econômico' serviram apenas para quitar as dívidas acumuladas” (KUCINSKI, 1991, p. 219).

4.3.4 Mercado de trabalho após a Coojornal

Durante o seu auge, conforme visto anteriormente, estima-se que aproximadamente cem pessoas tinham na Coojornal sua única ou pelo menos a principal fonte de renda. Assim, pode-se considerar que o seu fechamento tenha representado um impacto negativo no mercado de trabalho, fazendo com que um grande número de trabalhadores ficasse desempregado ao mesmo tempo. Entretanto, as entrevistas mostram que nos últimos anos a

cooperativa teve um afastamento massivo de seus associados, fazendo com que no final fosse muito baixo o número de jornalistas que tinham na organização sua principal fonte de renda.

Essa opinião é reforçada por Lerner (2011), Vieira da Cunha (2011) e Vasques (2011). Para o primeiro presidente da Coojornal, após o início da crise os profissionais foram aos poucos se afastando e buscando outras alternativas de trabalho. “Quer dizer, do ponto de vista de impacto no mercado eu acho que esta lenta agonia acabou impactando pouco, porque aos poucos os profissionais foram buscando outras alternativas. Muitos deles inclusive saíram do estado, ou de Porto Alegre, indo pro interior.” (VIEIRA DA CUNHA, 2011).

Rafael Guimaraens (2011) discorda. Para ele, que após sair da Coojornal trabalhou durante algum tempo apenas com *freelancer*, o fechamento contribuiu para agravar o desemprego na região metropolitana. Vários jornais deixaram de circular entre o final da década de 1970 e o início da de 1980, como *Diário de Notícias*, cujas atividades foram encerradas em 1979, e a *Folha da Manhã*, que deixou de circular em 1980. Assim, restaram na capital gaúcha apenas quatro jornais diários: *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Zero Hora* e *Jornal do Comércio*. “Aí sim o mercado de trabalho teve um estrangulamento muito grande. E depois, mais tarde ainda, as próprias... Quando começou essa coisa de se criar convênios entre os jornais, os jornais de fora começaram a fechar as sucursais também.” (GUIMARAENS, 2011). A postura é defendida por Lerner (2011). Segundo a jornalista, foi um período difícil para os jornalistas. “Muita gente mesmo sem emprego. Vários jornais fecharam. Mudou muito acho que de 70 e poucos a 81.” (LERNER, 2011). O que não mudou muito foi o número de jornalistas registrados no estado, conforme o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul (2012): em 1979 eram 1543, enquanto em 1983 eram 1560 jornalistas profissionais.

Conforme o jornalista, alguns profissionais vinculados à Coojornal enfrentaram dificuldades para conseguir emprego depois de deixarem a cooperativa, especialmente os quatro processados pela publicação dos documentos secretos do Exército. Como na época os jornais ainda eram, em geral, muito oficialistas, os jornalistas ficaram taxados durante algum tempo como profissionais que não deveriam ser contratados. Guimaraens (2011) lembra que ao sair da cooperativa tinha acertado dois empregos, um na *Zero Hora* e outro na *TV Gaúcha*. Mas quando saiu da cadeia, devido ao processo movido pelo 3º Exército, as vagas já tinham sido preenchidas. “Então era muito difícil pra nós, depois da experiência toda, conseguir

emprego, e ainda que conseguisse, era um tipo de jornalismo completamente diferente do tipo de jornalismo que a gente fazia.” (GUIMARAENS, 2011). O ex-presidente José Antônio Vieira da Cunha (2011) recorda que quando saiu da cooperativa voltou para o interior do estado e ficou durante dois anos trabalhando no jornal da família, em Cachoeira do Sul. Já o ex-editor do *Coojornal*, Elmar Bones da Costa (2011) foi trabalhar na *Gazeta Mercantil*, ou seja, um jornal de fora do Rio Grande do Sul.

Considerando as dificuldades narradas por Guimaraens (2011), torna-se relevante considerar que apesar das dificuldades enfrentadas por alguns profissionais após a Coojornal, atualmente percebe-se que a maioria dos ex-associados seguiu na profissão. Entre os profissionais há quem ainda atue como jornalista, empresários de comunicação, professores universitários e pesquisadores, além de jornalistas que seguiram carreira política, como a senadora Ana Amélia Lemos e o ex-governador do estado Antônio Britto Filho. Ou seja, apesar de a Coojornal ter acabado em 1983, o encerramento das suas atividades não representou o fim da carreira dos seus associados, mas sim o início de uma nova etapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa, se buscou compreender a criação, a forma de organização e as causas do fim da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal). À primeira vista, pode-se considerar que uma pesquisa tendo como objeto de estudo esse tipo de empreendimento engloba dois temas principais: a economia solidária, em primeiro lugar, por se tratar da forma de organização adotada; e o jornalismo, por ser a categoria profissional envolvida na iniciativa estudada. Entretanto, compreender a existência da Coojornal envolve muito mais aspectos do que esses dois campos.

Isso acontece porque, segundo Pinho (1977), nenhuma cooperativa existe isoladamente. Estas organizações estão vinculadas ao ambiente que as cerca e por isso se torna necessário verificar em que contexto a iniciativa ocorreu. Mostrou-se extremamente importante compreender a realidade em que funcionou a Coojornal exatamente por ser uma iniciativa que envolveu os campos citados acima. Com relação ao jornalismo, mostrou-se imprescindível a contextualização a respeito da década de 1970 e dos movimentos que levaram até o regime militar então em vigor, pois a realidade interferiu tanto na criação quanto no funcionamento da Coojornal, tendo papel chave em seu fechamento. Ao mesmo tempo, torna-se relevante a discussão com relação ao cooperativismo a fim de compreender o que tal movimento representou no país e no estado, bem como em que momento a Coojornal se inseriu politicamente. Assim foi possível verificar algumas idiosincrasias com relação às políticas governamentais para o cooperativismo e a comunicação de massa.

Com relação ao cooperativismo, pode-se dizer que ele foi historicamente utilizado pelos governos como formação auxiliar para a consecução dos seus objetivos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a fundação de cooperativas foi incentivada principalmente por predominarem iniciativas na zona rural, uma vez que o cooperativismo foi usado como uma forma de aumentar a produção e facilitar a penetração do capitalismo no campo. Na política, a crise enfrentada pela Coojornal coincidiu com a aprovação da Lei de Anistia em 1979 e a diminuição dos controles sobre a imprensa, apregoada desde a posse do general Ernesto Geisel, em 1974. Portanto, cabe citar, a título de ilustração, que datam deste período o fim de quase todos os jornais alternativos criados na década de 1970. Sabe-se que este fenômeno não teve papel relevante para o encerramento das atividades da Coojornal, pois o seu alternativo

não era a principal fonte de receita da cooperativa, mas cabe a localização da crise dentro do cenário macro, inclusive com relação à economia.

Através do percurso realizado pelas questões políticas e econômicas brasileiras durante o regime militar, foi possível abordar de forma mais clara a realidade dos meios de comunicação e do jornalismo no período. Economicamente o Estado buscava a inserção do Brasil na nova ordem mundial através de um modelo de desenvolvimento dependente ou associado, procurando promover o crescimento através da atração de capital internacional. No período em que a Coojornal esteve em funcionamento já havia acabado o “milagre brasileiro” do início dos anos 1970, que representou o crescimento da economia através da concentração de renda, do aumento das desigualdades e da pauperização das classes com menor poder aquisitivo. Mas nada disso era noticiado, a não ser nos jornais alternativos, devido à censura. Os planos de desenvolvimento beneficiavam os grandes empresários, o que se repetia também nos meios de comunicação.

As concessões de rádio e televisão eram uma das formas utilizadas pelo governo para conseguir apoio da grande mídia, que se calava diante dos arbítrios e fazia vista grossa aos problemas enfrentados pelo país, também pelo medo da censura. Mesmo nos cursos de Comunicação Social, após o golpe militar, as questões políticas a respeito da profissão foram deixadas de lado. Mas além da repressão, o regime militar foi um período de grande desenvolvimento das telecomunicações no país, facilitando a circulação de informações. A televisão se consolidou com o principal meio de comunicação e o jornalismo ganhou mais uma plataforma de atuação. Assim, ao mesmo tempo em que censurou e reprimiu, o governo teve papel fundamental para o crescimento da mídia no país. Mas esse crescimento não foi acompanhado de maior qualidade no jornalismo, o que influenciou a criação da Coojornal. Se os meios de comunicação de massa do país não estivessem sob censura ou praticando a auto-censura, não teria havido a proliferação de jornais alternativos presenciada na década de 1970 e, conseqüentemente, a Coojornal perderia uma das suas motivações principais: fazer jornalismo independente.

Apesar das políticas governamentais para o cooperativismo, a realidade em que a Coojornal foi criada não foi favorável. Conforme visto ao longo do presente trabalho, não havia no Brasil nenhuma organização semelhante na qual a iniciativa gaúcha pudesse se espelhar. A idéia havia surgido a partir de uma organização italiana. Ao buscar constituir uma

cooperativa semelhante no país, conforme recorda Guimaraens (2011), se basearam em cooperativas de trabalho, como a Unimed. Porém, nenhuma das existentes se assemelhava, ainda que remotamente, à idéia dos jornalistas. Isso sem contar a difícil realidade de censura e repressão enfrentada pelos jornalistas e empresas de comunicação em geral.

Cabe recordar com Singer (1999) que o dilema da economia solidária é eliminar o desemprego e a exclusão social inerentes ao capitalismo. Ao iniciar este trabalho, partiu-se do pressuposto de que a criação da Coojornal teve duas motivações. Uma delas seria a questão do mercado de trabalho, a fim de resolver o problema do desemprego ou de condições precárias de trabalho. Por isso, pretendia-se realizar um levantamento a respeito das condições às quais os profissionais tentavam fugir se associando à iniciativa. Entretanto, assim que teve início a etapa das entrevistas com os ex-associados, percebeu-se que entre os fundadores não havia a preocupação com obter uma nova ou uma melhor colocação no mercado de trabalho, já que a grande maioria dos fundadores eram jornalistas com bons empregos (VIEIRA DA CUNHA, 2011).

Através dos depoimentos de oito jornalistas que fizeram parte da Coojornal, foi possível compreender que a abertura de mais vagas de trabalho não era uma preocupação presente entre os fundadores. No entanto, avaliando o período percebe-se que o mercado porto-alegrense era dominado por dois grupos de comunicação, Caldas Júnior e RBS. Ao mesmo tempo em que os cursos de comunicação formavam a cada ano dezenas de novos profissionais, pode-se afirmar que o mercado continuava praticamente estagnado, possivelmente gerando alguma dificuldade de colocação no mercado. Logo, a preocupação com o mercado de trabalho está presente nos depoimentos dos entrevistados que se associaram à Coojornal mais tarde e não acompanharam a sua criação. Assim, pode-se inferir que se para os fundadores a principal motivação foi a questão ideológica, representada pela vontade de lançar um jornal alternativo, para os que se associaram mais tarde a cooperativa se mostrava como uma possibilidade de emprego, como uma segurança a mais no tocante à obtenção de renda.

Cunha (2003) enfatiza que nos empreendimentos solidários estão presentes sempre duas dimensões: uma política, por levar à participação democrática, e outra econômica, por representarem alternativas de renda. Na Coojornal estiveram presentes ambas dimensões. Porém, a questão política esteve ainda mais marcada na história da cooperativa por ser um dos

motivadores da sua fundação. Todos os entrevistados frisam que o objetivo principal dos fundadores da Coojournal era a possibilidade de trabalhar realizando um jornalismo independente, não atrelado a interesses econômicos ou subordinado ao governo. A geração de empregos, através principalmente das publicações terceirizadas, era vista apenas como uma etapa a caminho do objetivo maior de lançar um jornal alternativo (BONES DA COSTA, 2011).

Conforme visto ao longo da pesquisa, as iniciativas em economia solidária podem ser encaradas tanto como uma forma de solucionar problemas pontuais causados pelo capitalismo quanto como o início de revoluções locais que levariam a um crescimento do socialismo na sociedade na qual são inseridas. Ou seja, uma vertente de pesquisadores vê a economia solidária de forma mais cética, como Cunha (2003), e acreditam que seja um movimento natural dentro de sistemas capitalistas, sem ameaçar a prevalência destes. Ao mesmo tempo, autores como Paul Singer vêem a economia solidária como “germe do socialismo”, ou formas de resistência e uma alternativa ao capitalismo (SINGER, 1999).

Não cabe discutir se algum dos pontos de vista está correto, mas sim ter em mente que, independente da forma como o movimento é visto, a economia solidária é uma forma de organização da produção em bases socialistas. Singer (2002) resume a diferença entre empresas capitalistas e solidárias ao citar a divisão base do capitalismo. Para o pesquisador, em uma cooperativa ou qualquer outro empreendimento solidário é negada a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. Isso acontece porque não há trabalhadores que não são proprietários, nem proprietários que não trabalham. Aí se observa uma das contradições presentes na Coojournal e em muitas outras cooperativas, dos mais diversos ramos. Apesar de seguir os princípios do cooperativismo, a entidade estudada contava com o trabalho de profissionais não-associados, tanto através da contratação de funcionários com carteira assinada quanto pela colaboração de jornalistas, através da compra de materiais jornalísticos produzidos por profissionais que não faziam parte do quadro social.

Considerando que a Coojournal funcionou durante nove anos, entre 1974 e 1983, pode-se questionar se a iniciativa fracassou. Analisando as causas do seu fechamento é possível concluir que a Coojournal foi bem-sucedida. Como diz Centeno (2011), ela se realizou plenamente durante o período em que existiu. Até o início da crise que levou ao seu fim, cumpriu seus dois principais objetivos: um, vinculado a uma questão prática de mercado de

trabalho, consistia na intenção de oferecer à categoria uma alternativa de emprego e renda em um mercado de trabalho restrito; outro, representando a motivação ideológica ou política dos seus fundados e associados, era a intenção de lançar um jornal alternativo e incidir na realidade.

Se o contexto encontrado no período foi motivador para a criação da Coojornal, seja através da questão do mercado de trabalho, seja pela realidade política que dificultava a realização de um jornalismo isento, pode-se afirmar que ela foi igualmente determinante para o seu fim. Ao longo do presente trabalho foi possível verificar que uma série de fatos contribuiu para o surgimento de uma crise que levou ao fim da cooperativa. Os problemas são um misto de questões financeiras e de ordem política, internas e externas à Coojornal, e por isso não podem ser tratadas separadamente.

A crise financeira que se tornou irreversível no final dos anos 1970 e início da década de 1980, conforme visto anteriormente, começou com um episódio de repressão. Ao mesmo tempo, algumas questões políticas internas à cooperativa, como decisões administrativas equivocadas, colaboraram para aumentar os problemas financeiros. Um bom exemplo é citado por Guimaraens (2011): por desconsiderar a importância da Fecotrigo na receita da Coojornal, a direção acabou rompendo o contrato devido a um pequeno desentendimento, perdendo um terço da sua receita. Outro fator interno que ampliou os problemas enfrentados foi o surgimento de disputas internas, que acabaram agravando a crise iniciada pela pressão da Polícia Federal.

Pode-se concluir, pontualmente, que o fim da cooperativa deve-se à repressão do regime militar, que iniciou uma crise financeira, agravada cada vez mais por decisões administrativas equivocadas e pelo medo da repressão presente entre as organizações parceiras. Aliado a isso, a cooperativa não conseguiu se unir para tentar superar a crise por causa de disputas internas. Tudo isso colaborou para que a organização entrasse em um declínio permanente, principalmente a partir do final da década de 1970. Com o número de clientes e anunciantes diminuindo, havia cada vez menos trabalho e menos dinheiro na Coojornal. Vendo diminuídas as possibilidades de ter seu sustento ou a complementação da renda na cooperativa, os associados começaram a se retirar. Ao mesmo tempo, muitos associados solicitavam a desfiliação devido às disputas internas. Além de devolver as cotas-partes de cada profissional que solicitava a desfiliação, muitos ainda processavam a

cooperativa em busca de pagamentos atrasados ou de direitos trabalhistas. Tudo isso, obviamente, agravou a crise financeira ao ponto de a última diretoria vender móveis e equipamentos para arcar com alguns de seus compromissos (VASQUES, 2011). Ou seja, os vários fatores colaboraram ao mesmo tempo para o fim da cooperativa, como demonstrado no gráfico abaixo.

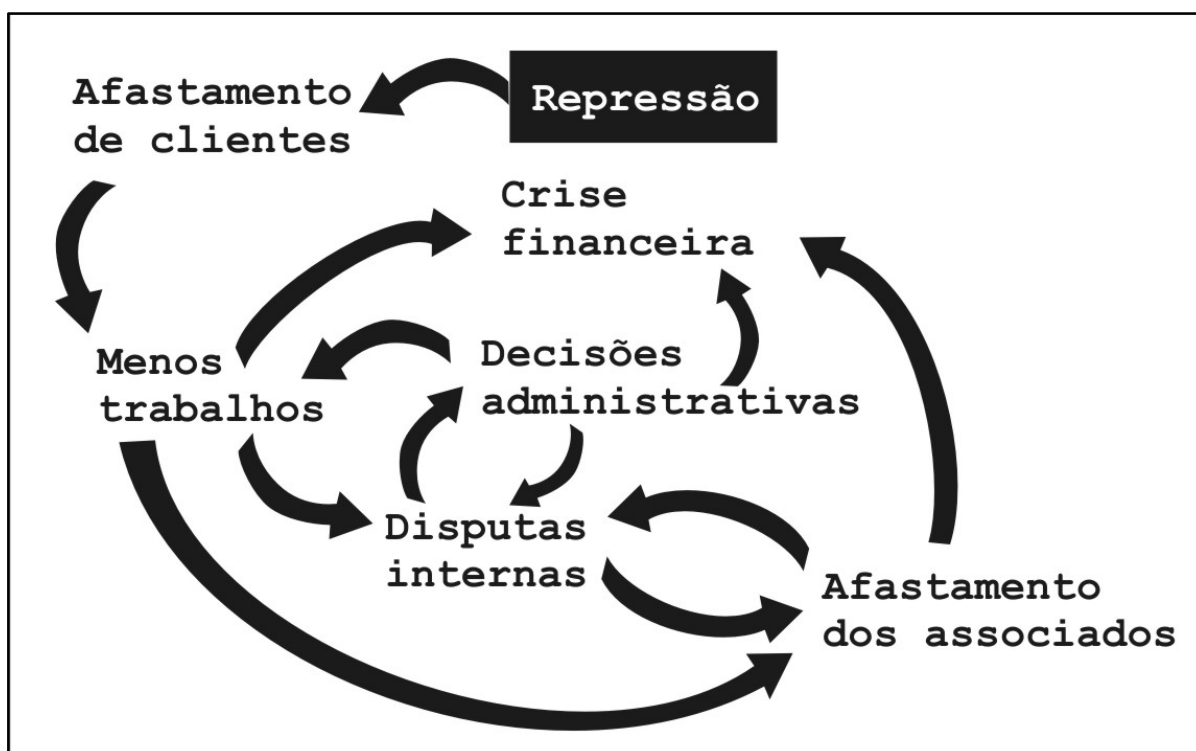


Figura 1: Causas do fim da Coojornal

Fonte: gráfico elaborado pela autora com base nas informações obtidas durante as entrevistas.

A década de 1980 é conhecida como “década perdida” por ter sido um período de estagnação econômica na América Latina devido principalmente à diminuição do fluxo de capitais internacionais. Assim agravou-se a inflação, que já era um problema na década de 1970. Na Coojornal, a inflação representou o aumento das dívidas e a diminuição dos pagamentos, representando mais um fator externo a agravar a crise.

Singer (1999) defendia, ainda no século passado, que sem as ameaças externas seria possível novamente escolher formas alternativas de organização da vida econômica e social. Tendo em mente que as razões do fim da Coojornal estão intimamente ligadas à realidade econômica e principalmente política do período em que esteve em funcionamento, é possível presumir que uma iniciativa semelhante hoje teria boas chances de ser bem-sucedida. Considera-se que o objeto de estudo do presente trabalho realizou-se plenamente durante os

nove anos em que existiu, proporcionando uma alternativa de emprego e renda para muitos profissionais, bem como buscando modificar a realidade política do período através do alternativo *Coojournal*. Mas percebe-se que o contexto nada favorável foi determinante para o seu fim. Desse modo, uma cooperativa de jornalistas hoje não enfrentaria os mesmos problemas e ainda se justificaria pelo mesmo motivo: a necessidade de oferecer à população jornalismo isento, não atrelado a interesses econômicos ou políticos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*. 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.net/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2011.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/enfoc/arquivos/documento/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>>. Acesso em: 12 junho 2011.

ALVES, Francisco das Neves. Liberalismo, revolução e imprensa na formação do Estado Nacional Brasileiro: um estudo de caso no Rio Grande do Sul. In: _____ *Imprensa, política e história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004, p. 11-27.

ANJ Associação Nacional de Jornais. Banco de dados. 2011. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/jornalistas-no-brasil/>>. Acesso em: 10 janeiro 2012.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: A história da polícia que mata*. São Paulo: Globo, 1992, 6ª ed.

BARRETO, André Valente de Barros. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 287-313.

BECKER, Dinizar. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Capital Social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 85-121.

_____. A economia política do desenvolvimento contemporâneo – algumas considerações teórico-históricas. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, n. 2, vol. 5, p. 29-39, maio/agosto 2000.

BENETTI, Maria Domingues. As relações entre Estado e cooperativismo: Análise do período 1933-37. In: BENETTI, Maria Domingues; FRANTZ, Telmo Rudi (coords.). *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul 1957-4*. Porto Alegre: FEE, 1985. p. 5-34b.

_____, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrijo 1957/1980*. Porto Alegre: FEE, nº 5, agosto de 1985a.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

BESKOW, Paulo R. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12, abril de 1999, p. 56-79. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/beskow12.htm>>. Acesso em: 16 junho 2011.

BONES DA COSTA, Elmar. *A Coojournal*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2011. 1h24min. Entrevista concedida à pesquisa “A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como alternativa de organização da categoria profissional”.

_____. *Nota do Editor. Coojournal*, Porto Alegre, out. 1976, p. 2.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-norma-csr.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-3-5-fevereiro-1966-363627-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-4-7-dezembro-1966-363630-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-6-1-fevereiro-1969-363616-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-7-26-fevereiro-1969-363622-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-8-2-abril-1969-363602-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-9-25-abril-1969-363632-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-10-16-maio-1969-363606-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-11-14-agosto-1969-363939-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-12-31-agosto-1969-363943-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-13-5-setembro-1969-363607-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-14-5-setembro-1969-354940-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 15, de 9 de setembro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-15-9-setembro-1969-354941-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-16-14-outubro-1969-354942-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 17, de 14 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-17-14-outubro-1969-354943-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 16 junho 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 910 de 30 de novembro de 1938. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/juridico.php?id=5#docs>> Acesso em: 24 janeiro 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 972 de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0972.htm. Acesso em: 17 junho 2011.

BRASIL. Lei n. 6.339, de 1º de julho de 1976. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6339-1-julho-1976-357658-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29 maio 2011.

BRASIL. Lei nº 6683 (Lei de Anistia), de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6683-28-agosto-1979-366522-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 16 junho 2011.

BRASIL. Lei número 5.764 de 1971. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 15 fev 2011.

BRITO, Judith; PEDREIRA, Ricardo. *A força dos jornais: os 30 anos da Associação Nacional de Jornais no processo de democratização brasileiro*. Brasília: Associação Nacional de Jornais – ANJ, 2009.

BÚRIGO, Fábio Luiz. *Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2010.

CADONÁ, Marco André; GOERCK, Caroline; SCHULTEN, Aline Dinara. Experiências coletivas de economia solidária no Vale do Rio Pardo. *Redes*, Santa Cruz do Sul, vol. 9, nº 3, p. 217-238, set/dez 2004.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986. 4ª Ed.

_____. *Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1864-1984)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1989.

_____. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CAPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 8ª ed.

CBO Classificação Brasileira de Ocupações. Ministério do Trabalho. Disponível em:
<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/regulamentacao.jsf>>. Acesso em: 11 novembro 2011.

CENTENO, Ayrton. *A Coojornal*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2011. 1h45min. Entrevista concedida à pesquisa “A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como alternativa de organização da categoria profissional”.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Jornalismo de Guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet*. São Paulo: Disal, 2004.

COOJORNAL. *A sexta cooperativa*. Porto Alegre. Ano II, nº 21, outubro de 1977, p. 9.

COOJORNAL: um jornal de jornalistas sob o regime militar. Produção da editora Libretos. Porto Alegre: Libretos, 2011. 1 DVD.

CORRÊA, Silvio. *A Coojornal*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2010. 21min. Entrevista concedida à pesquisa “A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como alternativa de organização da categoria profissional”.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 45-72.

CYSNE, Rubens Penha. *A economia brasileira no período militar*. Est. Econ, São Paulo, v. 23, nº 2, p. 185-226, maio/agosto 1993. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/rubens/HOMEPAGE/publica%C3%A7%C3%B5es/Artigos%20Publicados/A%20Economia%20Brasileira%20no%20Regime%20Militar.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2011.

DELGADO, Nelson Giordano. A agricultura nos planos de desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI, Maria Domingues; FRANTZ, Telmo Rudi (coords.). *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul 1957-84*. Porto Alegre: FEE, 1985. p. 35-101.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: Memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, José Luciano de Mattos. Registro oral, história e grandes organizações. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira... [et al.]. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 98 – 123.

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S.* Porto Alegre: L&PM, 1986.

ESTEVES, Egeu. Os desafios à igualdade nas cooperativas autogestionárias. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 271-285.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Dinâmica social e cooperativismo: o caso da Fecotrigo. In: BENETTI, Maria Domingues; FRANTZ, Telmo Rudi (coords.). *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul 1957-84*. Porto Alegre: FEE, 1985. p. 105-218.

FAOSTAD. Banco de dados da Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>>. Acesso em: 14 junho 2011.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000, 8ª Ed.

_____. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1975, 3ª ed.

FEE. Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. 1980. V. 1

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. Solicitação sobre o número de cooperativas de jornalistas registradas no país. Mensagem recebida por <rozanae@gmail.com> em 17 de maio de 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, 3ª Ed.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: _____ [et al.]. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. O jornalismo de indústria cultural no Rio Grande do Sul. In: _____ *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 143-185.

FRANÇA, Jacira Silva de. Indústria cultural e ditadura militar no Brasil dos anos 70. Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré, Rio de Janeiro, nº 2, 2º semestre de 2009. Disponível em: <http://www.sumare.edu.br/raes/edicoes/ed02/industria_cultural-jacira.pdf>. Acesso em: 13 setembro 2010.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. *Documentação oral e a temática da seca*. Brasília: Centro Gráfico Senado Federal, 1985.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GIANNOTTI, Vito, SANTIAGO, Cláudia. As mil pedras do mosaico. In: _____ *Comunicação sindical: falando para milhões*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

GUIMARAENS, Rafael. *A Coojornal*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2011. 1h33min. Entrevista concedida à pesquisa “A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como alternativa de organização da categoria profissional”.

GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES DA COSTA, Elmar. *Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar*. Porto Alegre: Libretos, 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 10ª ed.

HEINZELMANN, Leticia Turcato. *Coojornal: Jornalismo alternativo, estrutura de grande imprensa*. 2005. 80 p. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HOHLFELDT, Antonio; BUCKUP, Carolina. *Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, 2ª Ed.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. 1971. V. 32.

_____. Censo demográfico 1950, 1960 e 1970. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1290&z=t&o=25&i=P>>. Acesso em 14 junho 2011.

_____. Censo agropecuário 1960, 1970 e 1980. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1731&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em 14 junho 2011.

JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* Petrópolis: Editora Vozes, 1987, 4ª ed.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LERNER, Elaine. *A Coojornal*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2011. 58min. Entrevista concedida à pesquisa “A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como alternativa de organização da categoria profissional”.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: _____ (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1981, p. 133-155.

MACHADO, João. Cooperativas e socialismo. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 99-125).

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003, 2ª Ed. P. 135-158.

MANSAN, Jaime Valim. Imprensa contra-hegemônica: o caso do Coojornal (1976-1983). In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina/PR. Anais do III Simpósio, 2008. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/jaime.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2009.

MARIANI, Bethania. O comunismo imaginário. In: _____ *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan e Editora da Unicamp, 1998.

MATOS, Carolina. *Jornalismo e política democrática no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2008.

MELO, José Marques de. *História Social da Imprensa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, 2ª ed.

_____. *Comunicação: teoria e política*. São Paulo: Summus, 1985.

MICCOLIS, Leila. *Do poder ao poder*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

MOREIRA, Roberto Sabato Claudio. A revista Realidade e o processo cultural brasileiro dos anos 60. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, 2ª ed., p. 411-430.

MOTTER, Maria Lourdes. *Ficção e História: Imprensa e Construção da Realidade*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001

MOURA, Cláudia Peixoto de. *O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares*. Porto Alegre: EdPucrs, 2002.

MÜLLER, Geraldo. Cotrijuí: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1981, p. 97-131.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

O PASQUIM: a subversão do humor. Produção de TV Câmara. Brasília: TV Câmara, 2004. 1 DVD.

OCERGS. Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. Solicitação sobre o número de cooperativas registradas no estado. Mensagem recebida por <rozanae@gmail.com> em 25 de maio de 2010.

OIT, Promoción de las Cooperativas, informe v (1), 89. Conferencia Internacional del Trabajo, junio 2001. Ginebra. 2001. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc89/rep-v-1.htm>>. Acessado em: 28 set 2009.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 2ª ed.

_____. *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. Hollywood com filtro no país da abertura: uma leitura da telenovela “Dancing Days”. 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=cardoso-claudio-hollywood-dancing-days.html>. Acesso em: 13 setembro 2010.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. Sindicalismo e cooperativismo: entre a criação e a destituição. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 73-98.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!... In: FESTA, R.; SILVA, C. E. L. da (Orgs.) *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 53-76.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

PERUZZO, Cicilia M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Revista do Pensamento Comunicacional Latino-Americano - PCLA*. São Bernardo do Campo, v. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 7 dezembro 2012.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Redes regional e nacional de televisão: TV Mirante-MA e TV Globo. In: FADUL, Anamaria; GOBBI, Maria Cristina. *Mídia e região na era digital: diversidade cultural, convergência midiática*. São Paulo: Arte & Ciência, 2006, p. 175-189.

PINHO, Diva Benevides. *Economia e Cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

POLYDORO, Jorge. *A Coojornal*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2011. 1h49min. Entrevista concedida à pesquisa “A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como alternativa de organização da categoria profissional”.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980, 12ª Ed.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, 3ª Ed.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

REDE GLOBO. Desenvolvido pela Rede Globo. 2011. Apresenta informações sobre a organização. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/TVG/0,,9648,00.html>>. Acesso em: 20 janeiro 2012.

RESENDE, L.G. A censura contra a cidadania: o caso do Brasil. In: Pré-Congresso da federação Internacional de Estudos sobre a América Latina e o Caribe (FIEALC), 2005, Vitória. Anais... Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/resende-lino-geraldo-censura-cidadania.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2009.

REVERBEL, Carlos; BONES, Elmar. *Luiz Rossetti: o editor sem rosto & outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Copesul/L&PM, 1996.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, 2ª ed.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSA, Susel Oliveira da. “Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia”: Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. *Nau Literária*, Porto Alegre, vol. 01 n. 01, jul/dez 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/viewFile/4850/2768>>. Acesso em: 15 abril 2009.

_____. “...Choram Marias e Clarices no solo do Brasil...”: Coojornal, o sonho de fazer um “jornal de jornalistas”. In: _____ *Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas*. 2002. 177 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/4850/2768>>. Acesso em: 25 abril 2009.

ROXO, Marco. Sindicato, corporativismo: a trilha de identidade profissional do jornalista no Brasil. *Unirevista*, São Leopoldo, vol. 1, nº 3, julho 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Roxo.PDF>. Acesso em: 6 novembro 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 23-77.

SCHIRMER, Lauro. *A Hora: uma revolução na imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SCHIRMER, Gérson. *Solicitação de entrevista sobre a Coojornal*. Mensagem recebida por <rozanae@gmail.com> em 9 de dezembro de 2011.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1981, p. 11-40.

SCHRAMM, Wilbur. *Comunicação de massa e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Banco de dados do Ministério do Trabalho. 2011. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 10 dezembro 2011.

SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986.

SINDICATO dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul. Banco de dados. Consulta realizada em 27 janeiro 2012.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-126.

_____. *De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada*. Estudos Avançados, São Paulo, nº 33, maio/agosto 1998.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003, 2ª Ed. P. 11-28

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999, 3ª Ed.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 4ª ed.

_____. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SOUZA, André Ricardo de. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 27-44.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul. *Revista PJ:Br Jornalismo Brasileiro*, São Paulo, Edição 05, 2005. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios5_d.htm>. Acesso em: 15 abril 2009.

TONIAZZO, Gladis S. Linhares. Pressupostos de uma rede regional: Rede matogrossense de televisão. In: FADUL, Anamaria; GOBBI, Maria Cristina. *Mídia e região na era digital: diversidade cultural, convergência midiática*. São Paulo: Arte & Ciência, 2006, p. 123-136.

TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, 2ª Ed.

UNIMED. Desenvolvido por Unimed. 2011. Apresenta informações sobre a organização. Disponível em: <http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd_canal=49146&cd_secao=49094>. Acesso em: 20 janeiro 2012.

VASQUES, Edgar. *A Coojornal*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2011. 1h32min. Entrevista concedida à pesquisa “A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como alternativa de organização da categoria profissional”.

VIEIRA DA CUNHA, José Antônio. *A Coojornal*. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2011. 1h17min. Entrevista concedida à pesquisa “A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como alternativa de organização da categoria profissional”.

WAINBERG, Jacques A. A morte de jornais centenários e o caso do Rio Grande do Sul. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: UnB, 2002. p. 387-410.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. 2004. Disponível em: < <http://r1.ufrrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em: 12 junho 2011.

ANEXO – Lista de associados da Coojornal

Acari Amorim, Adalberto Correa de Lemos, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Ademir Fontoura, Adriano Lopes de Oliveira, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Afonso Ritter, Agnese Schiffino, Airton Muller, Alberto André, Alberto Blum, Alberto Figueiras, Alceu Nogueira, Alda Souza, Afonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amaro Dornelles, Amauri Mello, Amilton Vieira, Ana Amélia Lemos, Ana Riviello, Ana Maria Smidt, André Jockymann, Ângela (Bita) Sória Riccardi, Ângela Santangelo, Ângelo Dias da Silva, Aníbal Bendati, Anilson Costa, Anna Maria Magalhães, Antonio A. de Oliveira, Antonio Britto Filho, Antonio (Nico) Esteves, Antonio C. Paulino, Antonio Gonzáles, Antônio Dreon Peres, Antonio Manoel de Oliveira, Antonio Vargas, Antonio Teixeira Junior, Ari Teixeira, Ariosto Teixeira, Armando Burd, Armando Sobral Rollenberg, Armindo A. Ranzolin, Arthur Monteiro, Artur Pinto da Silva, Artur Poester, Assis Hoffman, Ataídes Miranda, Augustinho Licks, Avani Maenfeld, Ayrton Kanitz, Ayrton Centeno, Beatriz Rosa, Beatriz Polydoro, Benigno Rocha, Bernardete Viana, Bernardete Duarte Schmitt, Bruno Ferreira, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Kolecza, Carlos A. Maya Fruet, Carlos Alberto Sardenberg, Carlos Alexandre Castro, Carlos Alfredo Silva (Alf), Carlos Müller, Carlos E. Athanasio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Mentz, Carlos Gerbase, Carlos Bastos, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimaraens, Carlos R. Dornelles, Carlos Silveira, Carmen Cagno, Carmen Rial, Celso Rosa, Celso Schröder, Cid Pinheiro Cabral, Cinara Lima, Ciro Dias dos Reis, Cíntia Leal, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace, Clarice Giorgi, Cláudio (Caco) Barcelos, Cláudio Levitan, Cláudia Quinto, Cléa Motti, Clotilde (Clô) Barcellos, Clóvis Heberle, Clóvis Malta, Cristina Baptista Pereira, Cyro Canabarro, Daniel de Andrade Simões, Danilo Ucha, Delmar Marques, Divino Fonseca, Edelberto Behs, Edgar Lisboa, Edgar Vasques da Silva, Edna Della Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kosminski, Eduardo A. Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Soares Guimaraens, Elaine Lerner, Eleonora Canto de Lucena, Elisabete (Bete) Portugal, Elisabeth Copetti, Elmar Bones da Costa, Eloísa Enck, Elser Quintana, Eneida Serrano, Enio Rocha, Ercy Pereira Torma, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Evelyn Berg Ioschpe, Evilásio Oliveira, Fátima Torri, Fernando Lindote, Fernando Goulart, Fernando Guedes, Fernando Saes, Fichel Chargel, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Flávio Schubert, Floreal Rosa, Floriano Correa, Francisco (Chico) Daniel da Silva, Francisco Ribeiro, Francisco Lopes, Francisco Karam, Francisco Juska Filho, Francisco Paulo Santana, Gabriel Mathias, Geanoni Peixoto, Gecy Belmonte, Genaro Joner, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gilberto Leal, Glauco da Cruz Brandão, Gomercindo Coutinho, Guilherme Souza, Guisleno Baru Derquim, Gustavo Moritz, Haroldo Silva, Hedi Moema Bauer, Heidy Gerhardt, Hélcio Pereira, Hélio Gama Filho, Hélio Marcos Doyle, Heloísa Cé, Helton Ricardo Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Hiltor Mombach, Hiron Goidanich, Humberto Monteiro, Humberto Andreatta, Iara Bendatti, Iara Pereira, Iaraporan Müller, Ibsen Pinheiro, Ieda Bernardi, Ignês Pletsch, Ilgo Winck, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Egon Stigger, Jacqueline Joner, Jaime Klintowicz, Jaime Sautchuck, Jandira Feijó, Jandira César, Jane Filipon, Jayme Copstein, João Batista Aveline, João Batista Marçal, João Batista Scalco, João Borges de Souza, João Carlos da Silva, João Muniz, João Lacerda, Jorge A. Polydoro, Jorge Meditsch, Jorge Baumann, Jorge F. Gallina, Jorge Escosteguy, Jorge Gomes, Jorge Olavo Carvalho Leite, Jorge O. Silva, Jorge Freitas, Jorge Miranda Neto, José Antônio Pinheiro Machado, José Antônio Ribeiro, José Antônio Severo, José Antônio Simch da Silva, José Pinto Netto, José Antônio Flores, José Antonio Vieira da Cunha, José Ripoll, José Emanuel Mattos, José Enedir Francisco, José Erasmo Nascentes, José Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Mitchell, José Lauro Siqueira, José Luiz Lima, José Luiz Prévidi, José Luiz Chiarelli, José Marcelo

Pontes, José Onofre Jardim, José Araújo, José Fontes, José R. Silva, José Roberto Garcez, José Fonseca, José Abu-Jamra, Juan Carlos Gómez, Juarez Fonseca, Judith Costa, Julieta Nunes, José Luiz Chiavenatto, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara C. Coelho, Jussara Custódio, Laerte de Franceschi, Laerte Martins, Laerte Meliga, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lea Aragon, Lenora Vargas, Leo Tavejhansky, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lilian Bem David, Linda Sarturi, Leandra Paim, Lourival Vianna da Silva, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Alberto Arteché, Luiz A. Rebés de Abreu, Luiz Scotto de Almeida, Luiz Vidal, Luiz Antonio Corazza, Luiz Antônio Duarte, Luiz Kosminski, Luiz Antonio Pinheiro, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Merten, Luiz Carlos Ferreira, Luiz C. Miranda, Luiz Carlos O. Almeida, Luiz Cláudio Cunha, Luiz Eduardo Achutti, Luiz F. Vilaverde, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Flores, Luiz F. Silva, Luiz Fernando Verissimo, Luiz Francisco Terra Junior, Luiz Fonseca, Luiz Gonçalves, Luiz Humberto Pereira, Luiz Inácio Castro, Luiz Oscar Matzembacher, Luiz Pilla Vares, Luiz Paulo Daudt, Luiz Recena Grassi, Luiz R. Lanzetta, Luiz Rache Vitello Filho, Lygia Nunes, Manoel Canabarro, Manoel J. Lourenço, Mara S. Bernardes, Marcelo Oscar Lopes, Marcelo Villas-Bôas Santos, Márcia Turcatto, Marcio Câmara, Marco Antônio Schuster, Marco Antônio Baggio, Marco Túlio de Rose, Margareth S. Paula, Mary Menda, Maria Angélica de Moraes, Maria da Graça Seligmann, Maria da Graça Silva, Maria E. Borges, Maria Helena Brancher, Maria Helena Passos, Maria Iara Rech, Maria Zanchetta, Maria Isabel Hammes, Maria Lúcia Fontanive, Maria L. Teixeira, Maria R. Ferreira, Maria Suely Caldas, Marina Wodtke, Mario Nascimento, Mario Perez, Mario Rocha, Mario Madureira, Mario Marcos de Souza, Marinória Osório, Marise Fetter, Maristela Barros, Maroni João da Silva, Marques Leonam Cunha, Maurecy Santos, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Mary Mezzari, Milton Wells, Milton Galdino da Silva, Milton R. da Silva, Milton S. Machado, Mirian Costa Correa, Miriam T. Moura, Milton Coelho Maron, Mozart Santos, Najjar Tubino, Nelson Ferrão, Nelson Franco Jobim, Neltair Rebés Abreu (Santiago), Nestor Fedrizzi, Neusa Ribeiro, Newton Peter, Nilson Figueiredo, Nilson Guimarães, Nirce Levin, Nivaldo Manzano, Odilon Rebés Abreu, Olides Canton, Olívio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Filho, Orlando Brasil, Osmar Trindade, Otacílio Grivot, Otilia Rieth, Paolo Marconi, Patrício Bentes, Paulo Fogaça de Medeiros, Paulo Burd, Paulo Verri, Paulo Pereira, Paulo Vasconcellos, Paulo Guerreiro, Paulo Gerson Oliveira, Paulo Macedo, Paulo Bezerra, Paulo Cancian, Paulo de Tarso Riccardi, Paulo Totti, Pedro Macedo, Pedro Sosa Pereira, Pedro Maciel, Plínio J. Dotto, Porfírio Borba Netto, Rafael Guimaraens, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasques, Rejane Lempeck, Remi Baldasso, Renan Antunes de Oliveira, Renato Kern, Renato Pinto da Silva, Renato V. Canini, Ricardo Balsoni, Ricardo Chaves, Ricardo (Caco) Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Appel, Roberto d'Azevedo, Roberto Thomé, Roberto Manera, Roberto C. Franco, Roberto Ethel, Roberto Antunes Fleck, Rogério Monteiro, Rogério Raupp Ruschell, Rogério Medeiros, Rômulo Krafta, Ronaldo Westermann, Rosvita Saueressig Laux, Rubens Wayne, Ruy Bender, Ruy Carlos Ostermann, Sérgio Batsow, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Lagranha, Sérgio Toniello, Severino Góes, Sibila Rocha, Silmar Muller, Sílvia Costa, Silvio C. Ferreira, Silvio Correa, Solange Morgado, Tânia Carvalho, Tânia Krutschka, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Tomás Irineu Pereira, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Vera Daisy Barcelos, Vera Bosak, Vera Gomes, Vera Monteiro, Vera Kern, Victor Hugo Sperb, Vera Costa, Virson Holdembbaum, Vitor Moraes, Waldoar Teixeira, Walter Firmo da Silva, Whalmir Anna Von Koenig, Wilmar Marques (Wilmarx), Wladymir Netto Ungaretti e Zélia D. Leal.